



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**JOÃO RICARDO DE SÁ E SILVA**

**O ARCABUZ, O ROSÁRIO E A LANÇA: vivências nos sertões do norte do Brasil**  
**(1605 – 1733)**

**PICOS – PI**

**2013**

JOÃO RICARDO DE SÁ E SILVA

**O ARCABUZ, O ROSÁRIO E A LANÇA: vivências nos sertões do norte do Brasil  
(1605 – 1733)**

Monografia de conclusão de curso apresentada  
ao Curso de Licenciatura Plena em História,  
do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

Eu, **João Ricardo de Sá e Silva**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 18 de outubro de 2013.

  
Assinatura

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S586a** Silva, João Ricardo de Sá e.  
O Arcabuz, o rosário e a lança: vivências nos sertões do norte do Brasil (1605 – 1733) / João Ricardo de Sá e Silva. – 2013.  
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (148 p.)  
  
Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.  
Orientador(A): Prof. Dr. Johny Santana de Araújo  
  
1. História do Brasil. 2. Sertão. 3. Antigo Regime - Império. 4. Miscigenação. I. Título.

**CDD 981**

JOÃO RICARDO DE SÁ E SILVA

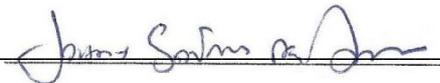
**O ARCABUZ, O ROSÁRIO E A LANÇA: vivências nos sertões do norte do Brasil  
(1605 – 1733)**

Monografia de conclusão de curso apresentada  
ao Curso de Licenciatura Plena em História,  
do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
da Universidade Federal do Piauí.

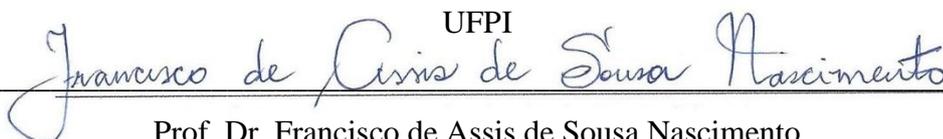
Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

Aprovada em: 23 / 09 / 2013

BANCA EXAMINADORA

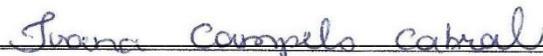


Prof. Dr. Johny Santana de Araújo – Orientador

UFPI  


Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento

UFPI



Prof<sup>ª</sup>. Ms. Ivana Campelo Cabral

UFPI

Às três Marias: Domitília Maria da Silva, vó Dozinha (*in memoriam*),  
Maria Minervina do Nascimento (mãe Minerva) e Maria Dorisvana  
Vieira de Sá e Silva (mãe Dorinha)

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus pela coragem, a força e a fé. Por ter me ensinado a desprezar os momentos agradáveis e abraçar as ocasiões difíceis.

À toda a família, em especial, a Domitília Maria da Silva, (vó Dozinha) (*in memoriam*), Maria Minervina do Nascimento (mãe Minerva) e Maria Dorisvana Vieira de Sá e Silva (mãe Dorinha), por todo o amor próprio de *Maria*.

Aos meus pais, Maria Dorisvana Vieira de Sá e Silva e José Ailton Silva, pela oportunidade de exercer a mais bela de todas as artes: viver.

À Rutenia Rodrigues Ferreira da Silva por todo amor, carinho, afeto, amizade companheirismo e gratidão incondicionais.

Ao Professor Doutor Johny Santana de Araújo com quem dividi inúmeras conversas. Vi raríssimos historiadores com a erudição do meu mestre, escondida num semblante terno e calmo. Acredito ter pecado na tarefa de vê-lo como meu orientador, e desde então, tenho-o visto como um velho amigo.

À Professora Doutora Ana Maria Koch pelos ensinamentos na arte da pesquisa.

Ao Professor Doutor Frederico Osanan Amorim Lima, um intelectual fabuloso, companheiro e amigo.

Ao Professor Doutor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que teve a distinção e a gentileza de me convidar a visitá-lo em Lisboa, quando do intercâmbio na Universidade do Porto (UP). Sou grato pela atenção carinhosa, o olhar apurado de pesquisador, e a entrevista que concedera a mim e a Kledison de Lima Pires, em novembro de 2011.

Ao Professor Doutor Amândio Barros, e com estimado respeito e carinho, à Professora Doutora Amélia Polónia, que desde os primeiros momentos de setembro de 2011, foi solícita no auxílio com documentos, inclusive me enviando uma garantia de estada em sua casa, em meio aos trâmites burocráticos para a viagem a Portugal. Presto aqui a ambos as minhas mais sinceras reverências.

Com carinho, aos professores Mairton Celestino da Silva, José Lins Duarte, Francisco de Assis de Sousa Nascimento, Francisco Gleison da Costa Monteiro, Nilsângela Cardoso, Marylu Alves de Oliveira, Olívia Candeia, Ana Paula Cantelli Castro e Raimundo Nonato Lima dos Santos.

A todos os amigos no Brasil, em Portugal, Espanha, Alemanha, África e Timor Leste: o Atlântico é um rio que nos une, e não que nos separa.

Agradeço ao Banco Santander pela concessão da bolsa de intercâmbio através da concorrência do PROGRAMA DE BOLSAS LUSO-BRASILEIRAS SANTANDER UNIVERSIDADES (5ª edição).

Por fim, agradeço ao exercício da pesquisa que gerou este trabalho: “Filho meu, trouxe-me de volta a pátria. Chegou a hora de nos separarmos. Lanço em ti minha candidatura a historiador!”

Agradeço a todos com um olhar de quem chegou e já vai embora, mas antes, convida o outro para tomar um café. Amo todos vocês. As palavras não podem expressar o que sinto e não vale a pena encher folhas de papel.

Por gratidão, abraço e beijo a todos com todo o meu amor!

## RESUMO

Documentação disponível no compêndio *As guerras nos Palmares* (1938), de Ernesto Ennes, na base de dados *online* do Projeto Resgate da Universidade de Brasília (UNB), e na crônica *História da América portuguesa* (1730), de Sebastião da Rocha Pita, dão luz a uma diversidade de vivências nos sertões do interior do Brasil, e, também, do Piauí. Nas reflexões teóricas optou-se por pensar a partir da ambivalência das noções de *história*, *Antigo Regime*, *Império* e com o auxílio dos conceitos de *redes*, *alteridade* e *miscigenação*. É no esclarecimento do itinerário humano das penetrações de clérigos pelo jângal do sertão nos contatos com ameríndios; das rivalidades envolvendo sacerdotes, bandeirantes, senhorios, políticos e militares nos sertões; e das motivações para entender o alto nível de mestiços no Piauí do século XVIII, que está arquitetada a presente pesquisa.

**Palavras-chave:** História do Brasil. Sertão. Antigo Regime. Império. Miscigenação.

## **ABSTRACT**

Documentation available in the compendium *As guerras nos Palmares* (1938), of Ernesto Ennes, the online database of the Rescue Project at the Universidade de Brasília (UNB), and chronic history of Portuguese America (1730), of Sebastião da Rocha Pita, give birth to a diversity of experiences in the backlands of Brazil's interior, and also of Piauí. In theoretical reflections chose to think from the ambivalence of the notions of history, Old Regime, Empire and with the help of networking concepts, otherness and miscegenation. It clarifying the route of human penetrations by clerics of the interior jungle in contact with amerindians; rivalries involving priests, scouts, landlords, politicians and military in the backlands, and the motivations to understand the high level of mestizos in Piauí eighteenth century, that is architected this research.

**Keywords:** History of Brazil. Hinterland. Old Regime. Empire. Miscegenation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 01:** *Padre António Vieira*. Autor desconhecido ..... 22
- Imagem 02:** SILVA, João Ricardo de Sá e Silva. *Boneco representando um frei português obeso*. Vila do Conde. Portugal. 2012. 1 fotografia. .... 43
- Imagem 03:** SILVA, João Ricardo de Sá e Silva. *Igreja de Nossa Senhora da Vitória*. Porto. Portugal. 2012. 1 fotografia. .... 92
- Imagem 04:** SILVA, João Ricardo de Sá e Silva. *Igreja de Nossa Senhora da Vitória*. Oeiras (PI). Brasil. 2011. 1 fotografia. .... 102
- Imagem 05:** SILVA, João Ricardo de Sá e Silva. *Lâmina de espada do século XVI*. Museu do Homem Americano. São Raimundo Nonato (PI). Brasil. 2010. 1 fotografia .... 137

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CSHNB – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

D. – Dom

Dr. – Doutor

Fundham – Fundação Museu do Homem Americano

MEC – Ministério da Educação

Ms. – Mestre

PI – Piauí

Pr. – Professor

S.J. – Companhia de Jesus

UNB – Universidade de Brasília

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UP – Universidade do Porto

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I – MORTE E MARTÍRIO: O SER SOLDADO DE CRISTO NOS SERTÕES DO NORTE DO BRASIL, AS RELAÇÕES COM GENTIOS E HOMENS DE ARMAS (1605 – 1690)</b> .....	16
1.1 Societas Iesu: Bergoglio e Vieira. Coincidências e caprichos da história hoje e ontem ....	16
1.2 A travessia para os sertões: uma penosa cruzada .....	21
1.3 A importância das montarias .....	33
1.4 Canibalismo, escravidão, guerra e outras vivências do contato com o ameríndio .....	36
<b>CAPÍTULO II – INTRIGA: INSATISFAÇÕES E RIVALIDADES ENVOLVENDO CLÉRIGOS, POLÍTICOS, BANDEIRANTES, SENHORIOS E MILITARES NOS SERTÕES (1671 – 1733)</b> .....	50
2.1 O arcabuz e o rosário: uma introdução .....	50
2.2 Insatisfações e acirramentos no contexto da guerra dos Palmares .....	54
2.2.1 As vicissitudes do combate e a composição do terço são paulista .....	54
2.2.2 O agravamento das preocupações da população e do governo .....	69
2.2.3 Angola janga, Angola pequena. E depois, mais refregas nos Palmares .....	72
2.3 Contendas entre clérigos e senhorios nos sertões .....	90
2.3.1 Sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória: a intensificação das atividades clericais no alto sertão, em finais do século XVII .....	91
2.3.2 Igreja versus Casa da Torre .....	102
<b>CAPÍTULO III – O SANGUE DAS ALMAS: perspectiva histórica para um estudo da formação da miscigenação no sertão do Piauí, na segunda metade do seiscentos</b> .....	119
3.1 Prólogo: uma ideia fixa.....	119
3.2 Motivações para a miscigenação: paisagem étnica do sertão do Piauí, em finais do século XVII.....	132
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	139
<b>BIBLIORAFIA CONSULTADA E REFERÊNCIAS</b> .....	144
<b>FONTES</b> .....	148

## INTRODUÇÃO

Houve nos distantes rincões dos sertões brasileiros uma história de guerra, de morte, martírio, sangue e intriga. Da presença e ausência da Coroa portuguesa, mas acima de tudo, uma história humana que precisa ser exposta. No Piauí, alguns historiadores ousaram trafegar pelas longínquas paragens destes *sertões de dentro* nos séculos XVII e XVIII<sup>1</sup>. Como outras histórias do homem, essa é um horizonte histórico de fronteira – entre o céu e o inferno, a pátria e a colônia, a miséria e a riqueza, a casa-grande e a casa de fazenda, e por fim, entre a vida e a morte. Foi dessa simbiose que surgiu *O ARCABUZ, O ROSÁRIO E A LANÇA: vivências nos sertões do norte do Brasil (1605 – 1733)*.

O título um tanto literário e simbólico cerca-se dos três principais sujeitos históricos da trama: o colono (arcabuz), o clérigo (o rosário) e os Tapuias (a lança), além do arco, flechas envenenadas e cachaporras, como indicara para os gentios do Piauí o padre Miguel de Coutinho, em 1697.

Os textos das fontes consultadas tiveram de ser transposto do *português moderno* para o *português contemporâneo*, de acordo com a classificação do gramático e filólogo brasileiro Evanildo Bechara<sup>2</sup>, para amparar a compreensão do leitor. As várias abreviaturas também foram suprimidas e escritas por extenso. As versões do latim para o português foram realizadas com a ajuda do *Dicionário de expressões latinas* (2009) de Antônio Filardi Luiz, e do *Dicionário latim-português* (1960), do professor Otávio de Queiroz.

Elaborei uma introdução em cada capítulo, de modo que aqui, vou sucintamente citar o escopo de cada quinhão do exercício de pesquisa e os métodos utilizados. Em todos os capítulos a análise das fontes –, consultas do Conselho Ultramarino, manuscritos das respectivas guerras em que participou Domingos Jorge Velho, balanços de campanha,

---

<sup>1</sup>São alguns exemplos: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995; \_\_\_\_\_. *O escravo na formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *A geopolítica lusitana do século XVIII no Piauí colonial*. Imperatriz: Ética, 2007; \_\_\_\_\_. *Resistência indígena no Piauí colonial: 1718 – 1774*. Imperatriz: Ética, 2008; DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *História e historiografia*. Recife: Edições Bagaço, 2006; CHAVES, Monsenhor. *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1994; MACHADO, Paulo. *As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica paraibano-piauiense*. Teresina: Corisco, 2002; MIRANDA, Reginaldo. *Aldeamentos dos Acoroás*. Teresina: COMEPI, 2003; MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1966; \_\_\_\_\_. *Devassamento e conquista do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1983; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Universidade Federal do Pernambuco: Recife, 2007. (Tese de doutoramento).

<sup>2</sup>BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

requerimentos, a crônica de Sebastião da Rocha Pita, cartas régias, militares, jurídicas, eclesiásticas e missivas do governo colonial e de seus representantes compõem reflexão fundamental do trabalho, logo seguida do diálogo com especialistas e teóricos nas respectivas temáticas. Os conceitos específicos das concernentes problemáticas fizeram-se necessários naquilo que me ajudaram a pensar inquições minhas. Quando possível foram confrontadas nas fontes, as versões históricas dos agentes coloniais.

No primeiro capítulo, *MORTE E MARTÍRIO: o ser soldado de Cristo nos sertões do norte do Brasil*, as relações com gentios e homens de armas (1605 – 1690), meu objetivo foi tentar entender no espaço cultural, social e historicamente construído que fora os sertões de dentro, os atributos caracterizadores do *ser* clérigo neste lugar. Os padres jesuítas foram os fundamentais agentes desse processo, além de serem os clérigos que com mais profundidade penetraram os sertões do norte do Brasil nos séculos XVII e XVIII. O dia-a-dia das missões, a tensão do encontro com os gentios hostis, a cruzada pelo sertão, eram situações que estavam permeadas por predicados inerentes ao imaginário europeu.

A profundidade, o alcance e a prospecção, na Europa dos séculos XIV, XV e XVI, das primeiras xilogravuras, pinturas, gravuras, escritos e relatos fantásticos, grotescos e fantasmagóricos acerca dos habitantes da *Terra Brasilis*<sup>3</sup> fora notável. Elaboradas por cronistas, cartógrafos, viajantes, clérigos e artistas – agentes da colonização portuguesa a serviço do rei; outras, por aventureiros, naufragos e degredados sentenciados a passar o resto de seus dias nas terras do Novo Mundo. Esta arte traduzira a pena e a pincel, o que era para o europeu estampava um universo de barbárie, bestialidade, inocência, anarquia e antropofagia. O argumento *ad hominem*<sup>4</sup> prevalecia.

Sobre essa dimensão, em seu monumental *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII* (1990), Vitorino Magalhães Godinho, destacado historiador português da vertente econômica dos *Annales*, afirmou:

Não há *o mundo* – um mundo único – mas retalhos de homens e seres em semelhança de humanos, separados por regiões inhabitáveis, como a zona tórrida devido ao excesso de calor e as zonas boreais devido ao excessivo frio, mas ainda por obstáculos formidáveis, fantásticos mesmo que com certa base real, suscitando o terror (o mar das Trevas, os desertos em ebulição). Até chegar ao Adamastor, que simboliza os perigos da navegação mas na sua figura conflui esse fundo antigo mítico e de pavor<sup>5</sup>.

<sup>3</sup>Do latim para o português: Terra do Brasil.

<sup>4</sup>Do latim para o português: ao homem.

<sup>5</sup>GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, p. 64.

Apesar de não configurar novidade em textos de historiografia brasileira e entre os estudos portugueses do curso da presença portuguesa, em seus contatos e conflitos com as gentes desta e de outras remotas partes do globo, como África, Índia e o restante do Oriente conhecido, um indício a respeito desse passado desperta a curiosidade deste leitor. Muitos dos autores destes trabalhos artísticos nunca, sequer, pisaram em terras ameríndias. Suponho, então, uma possibilidade para tamanha face criativa do gênero humano: o poder de impregnação da oralidade em tempos de uma mentalidade europeia medieval, mítica e mística, e ainda, muito suscetível à crença no maravilhoso, “o reino das Amazonas e a fonte da eterna juventude”<sup>6</sup>. Passou pelo objetivo do estudo descortinar um pouco dessa realidade, agora, nos sertão norte do Brasil.

Kalina Vanderlei Silva (2010) seguindo as pegadas de frei Martinho de Nantes no seiscentos observou:

No século XVII, essa ideia apareceu no discurso de diferentes cronistas, como o frei Martinho de Nantes, que escreveu que *entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo*. Acusando já o temor que os espaços abertos de tal região impunha àqueles oriundos da região colonizadora ou da metrópole<sup>7</sup>.

Diante desse exemplo, partimos do pressuposto que um estudo dos sertões deve reconhecer a existência restritiva de sertões conhecidos dos agentes históricos que o vivenciaram. Dessa forma, este trabalho pode permitir revelar outros sertões encobertos e recriados nas interações dos sujeitos históricos que o configuraram, mostrando assim que à medida que estes homens da colônia ou vindos do reino adentravam ao desconhecido “sertões de dentro” recriavam seus mundos e re/elaboravam estratégias de sobrevivência<sup>8</sup>.

O segundo capítulo, *INTRIGA*: insatisfações e rivalidades envolvendo clérigos, políticos, bandeirantes, senhorios e militares nos sertões (1671 – 1733), compuseram reflexões concentradas nos descontentamentos do homem local com a guerra dos Palmares e com a penetração dos sertões por potentados militarizados, naquilo que venho engatinhando a

---

<sup>6</sup>GODINHO, 1990, p. 92.

<sup>7</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010, p. 112.

<sup>8</sup>GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

chamar de *sentido interno da colonização*, em parte, identificado com a perspectiva de *Império*, nos estudos acerca da expansão marítima portuguesa<sup>9</sup>.

Procurei entender o embate jurídico/político do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, com Caetano de Melo e Castro, governador da capitania de Pernambuco, (uma espécie de capitania mãe das capitanias adjacentes). As contendas entre a Casa da Torre e a Igreja Católica, protagonizadas por Antônio Guedes de Brito, a senhora Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Mafrense, os prepostos da Casa dos d'Ávila, em confronto com freis Bernardo de Porciúncula e Nicolau de São José, agentes da intensificação das atividades clericais nos sertões.

O terceiro capítulo, *O SANGUE DAS ALMAS*: perspectiva histórica para um estudo da formação da miscigenação no sertão do Piauí, na segunda metade do seiscentos, floresceu de uma *ideia fixa* que me ocorria desde princípios de 2011, quando nas leituras de Sérgio Buarque de Holanda (1995), Caio Prado Júnior (2006), Pedro Calmon (2006), Gilberto Freyre (2006), com aportes acerca do Piauí colonial elaborados por Luiz Mott (1985), Odilon Nunes (1966), Claudete Maria Miranda Dias (2006), Alcebíades Costa Filho (2010) e Tanya Maria Pires Brandão (1999), começava a pensar sobre as motivações para o alto nível de mestiços nos sertões do Piauí no século XVIII, que iniciou em finais do século XVII.

---

<sup>9</sup>Para uma explicação sucinta das perspectivas de Antigo Regime e Império, ver BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX* (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2005, p. 11.

## **CAPÍTULO I – MORTE E MARTÍRIO: o ser soldado de Cristo nos sertões do norte do Brasil, as relações com gentios e homens de armas (1605 – 1690)**

### **1.1 *Societas Iesu*<sup>1</sup>: Bergoglio e Vieira. Coincidências e caprichos da história hoje e ontem**

13 de março de 2013. Sob ânimos exaltados, prantos e aplausos de católicos de inúmeras nacionalidades, a grande multidão comovida se reunia atônita, aglomerada na praça de São Pedro, aguardando ansiosa uma das eleições papais mais apreensivas, senão, a mais esperada da história moderna da Igreja Católica. *Inter alia*<sup>2</sup>, pelo acontecimento angustiante e incomum para a comunidade cristã católica – ser sucedida não pela morte de um papa, mas pela abdicação deste – o alemão Joseph Ratzinger, duas semanas atrás.

A última renúncia de um pontífice tinha sido há quase seis séculos, quando, segundo o teólogo e padre americano Richard McBrien (2004), o

Quarto e último papa da linha romana durante o Grande Cisma Ocidental (1378-1417), Gregório XII[,] exacerbou a crise ao quebrar o juramento, feito antes da eleição, de nomear novos cardeais e, com isso, provocou a eleição no Concílio de Pisa (1409) [Itália] de um terceiro pretendente ao trono papal<sup>3</sup>.

Cercado por acontecimentos eclesiástica, familiar e politicamente desgastantes para um homem de “81 anos de idade”<sup>4</sup>, envolvendo os cardeais que o apoiavam, o “papa de Avignon [França], Bento XIII”<sup>5</sup>, os “reis de Nápoles, da Hungria e da Boêmia e também os sobrinhos de Gregório XII, que gozavam dos benefícios do parentesco com um papa reinante, começaram a pressionar o idoso papa”<sup>6</sup>. Maculado por “acusações de má-fé e até de conspiração”<sup>7</sup>, diante das pressões do “Concílio de Constança (1414-1418) [...] em 4 de julho de 1415, o cardeal de Gregório, João Dominici, leu em voz alta a bula pela qual Gregório convocava o concílio e renunciava ao múnus de papa”<sup>8</sup>.

Em retorno à cena atual, foi rara aquela manhã em que Bento XVI surpreendia o Colégio Cardinalício e o mundo católico, com as seguintes palavras: “Agradeço-vos por

---

<sup>1</sup>Do latim para o português: Companhia de Jesus.

<sup>2</sup>Do latim para o português: Entre outras coisas.

<sup>3</sup>MCBRIEN, Richard. *Os papas. Os pontífices*: de São Pedro a João Paulo II. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 258-259.

<sup>4</sup>Ibidem, p. 259.

<sup>5</sup>Idem, p. 259.

<sup>6</sup>Idem, p. 259.

<sup>7</sup>Idem, p. 259.

<sup>8</sup>Idem, p. 260.

terdes vindo em tão grande número a esta minha última Audiência Geral”<sup>9</sup>. Numa referência histórica ao apóstolo Pedro, ao próprio Divino, ele refletia sobre o pontificado, a decisão tomada, uma suposta crise religiosa e os rumos da Igreja Católica:

E, oito anos depois, posso dizer que o Senhor me guiou verdadeiramente [...] Foi um pedaço de caminho da Igreja que teve momentos de alegria e luz, mas também momentos não fáceis; senti-me como São Pedro com os Apóstolos na barca no lago da Galileia: o Senhor deu-nos muitos dias de sol e brisa suave, dias em que a pesca foi abundante; mas houve também momentos em que as águas estavam agitadas e o vento contrário – como, aliás, em toda a história da Igreja – e o Senhor parecia dormir<sup>10</sup>.

Conjunturas dessa natureza surpreendem com movimentos abruptos as inércias do curso da história – locomotiva despertada do sono do tempo. Essa introspecção conotativa e metafórica inspirada numa passagem biográfica do primeiro papa, estaria plasmada pelo conturbado momento vivido pela Igreja. Creio, afetado por isso, resumiu Ratzinger em uma frase seu sentimento: “Nestes últimos meses, senti que as minhas forças tinham diminuído”<sup>11</sup>. Num sinal de cansaço espiritual e físico para um senhor octogenário, assim como era Gregório XII, naquele crítico período para o catolicismo de meados do século XV.

O sufrágio papal foi cercado por uma embaraçosa névoa de especulações midiáticas, pondo uma divisão implícita entre religiosos progressistas e conservadores, inclusive, com portais e sites na *internet*, onde pessoas de todo o mundo podiam demonstrar a preferência pelo futuro sucessor de Pedro. Transcorrida a eleição, a fumaça branca expelida pela chaminé da capela Sistina, anunciava a chegada do novo vigário de Cristo. O cardeal francês Jean-Louis Pierre Tauran, presidente do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso, foi o encarregado de proferir as ansiadas palavras latinas: “*Annuntio vobis gaudium magnum; habemus Papam*”<sup>12</sup>. Pela primeira vez na história, os católicos tinham no posto mais alto da Igreja de Roma, um papa latino americano e jesuíta – o argentino Jorge Mario Bergoglio, escolhendo o título de Francisco.

<sup>9</sup>RATZINGER, Joseph. Catequeses do Santo Padre. Atividades do Santo. Padre. In: *Sumos Pontífices: Bento XVI*. Vaticano: Roma, fev. 2013. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/audiences/2013/documents/hf\\_benxvi\\_aud\\_20130227\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2013/documents/hf_benxvi_aud_20130227_po.html). Último acesso em: 31 mar. 2013, 14: 31: 30.

<sup>10</sup>Ibidem. Último acesso em: 31 mar. 2013, 14: 31: 30.

<sup>11</sup>Ibidem. Último acesso em: 31 mar. 2013, 14: 31: 30.

<sup>12</sup>TAURAN, Jean-Louis Pierre. Eleição 13 de março de 2013. Franciscus. In: *Sumos Pontífices: Francesco*. Vaticano: Roma, mar. 2013. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/francesco/elezione/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/francesco/elezione/index_po.htm). Último acesso em: 31 mar. 2013, 16: 32: 17.

18 de julho de 1697. Ele já não mais fala, ouve ou muito menos escreve. Depois de tantas idas e vindas entre o reino e o Brasil, passagens por sombrios, ermos e temerários espaços coloniais, a morte seria um sublime descanso – as movimentações missionárias, políticas e diplomáticas o deixaram demasiadamente cansado. As polêmicas também o acompanharam de perto. Apesar disso, certamente foi um dos homens mais longevos de seu tempo. Inácio de Loyola (1491-1556)<sup>13</sup> perdia naquele dia um dos seus principais soldados em missões jesuíticas nos trópicos, dentro outros lugares, em Salvador, na Bahia, onde falecera no “colégio dos padres da Companhia de Jesus”<sup>14</sup>, em São Luís do Maranhão<sup>15</sup>, Belém do Pará, e na Serra da Ibiapaba<sup>16</sup>, nos extremos entre Piauí e Ceará. Tratava-se do padre português António Vieira (1608-1697)<sup>17</sup>.

Caro leitor, os acontecimentos são outros, os protagonistas da história igualmente. Isso se deve a escolha feita dos fatos históricos pelo historiador<sup>18</sup>. No início dos anos 1960, o historiador britânico Edward Hallet Carr (2006), em uma de suas análises, depois de tecer uma crítica aos positivistas e sua devoção aos fatos, disse num tom exótico:

A história consiste num corpo de fatos verificados. Os fatos estão para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o trair mais<sup>19</sup>.

Não poderia eu deixar de sublinhar esse capricho do tempo ligando Francisco e Vieira – a Companhia de Jesus. Esta presença carismática de Bergoglio, de gestos humildes, uma componente até mais associada aos franciscanos, que aos religiosos jesuítas<sup>20</sup>, é um

<sup>13</sup>Religioso e militar espanhol fundador da Companhia de Jesus, no século XVI.

<sup>14</sup>PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011, p. 346. Este compêndio é uma crônica de época e foi publicado pela primeira vez em 1730, em Lisboa.

<sup>15</sup>Nesse tema consultar, CASTELNAU-L'ESTOILE, Charllote de. Salvar-se, salvando os outros: o Pe. Vieira, missionário no Maranhão 1652-1661. *Oceanos*. Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, n. 30/31, 1997.

<sup>16</sup>Ver, por exemplo, MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. (Tese de doutoramento).

<sup>17</sup>Para uma larga bibliografia e documentação sobre o padre ver: PAIVA, José Pedro. *Padre António Vieira: bibliografia*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999. Em BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, um dos seus clássicos, o brasilianista inglês faz repetidas referências ao jesuíta português.

<sup>18</sup>CARR, Edward Hallet. *Que é história?*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

<sup>19</sup>Idem, p. 45.

<sup>20</sup>Para um pouco sobre as diferenças e semelhanças históricas entre jesuítas e franciscanos nos sertões de dentro ver, AMORIM, Adelina Maria. *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade do seiscentos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; Universidade Católica Portuguesa, 2005; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; VASCONCELOS, Simão de.

indício que pode explicar a opção do argentino pelo nome do mártir italiano. Ao homem interessado em estudos de história é preciso atenção aos fatos de seu tempo, notar neles a estranheza, as ligações com o pretérito, sublinhar as transformações e mudanças singulares, para que estas não passem despercebidas no entorno da naturalidade aparente.

No tempo de Carr (2006) já era

comum dizer-se que os fatos falam por si. Naturalmente isto não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto<sup>21</sup>.

Durante muito tempo, entre os séculos XVI e XVII, antes e depois de Vieira, os jesuítas auxiliaram política e administrativamente muitos ministros, reis e políticos de Portugal. Eram confessores reais. É possível que soubessem de segredos de estado que podiam por em sérias complicações a integridade e soberania do império, e por consequência, a pessoa do rei. Influência, prestígio, riqueza, poder; inimizades, ódio, desafetos e intrigas angariam de Timor a Macau, do Brasil ao Japão<sup>22</sup>. Foram temidos e rechaçados, protagonizando tensões motivadoras da expulsão sumária dos regulares da Companhia de Jesus pelo marquês de Pombal, em 1750, das possessões e domínios ultramarinos do império português. Diante disso, não me causa admiração ver que somente neste início de milênio eles possuem um de seus homens no governo católico de Roma.

Ronaldo Vainfas, o historiador brasileiro, revelou um desses jesuítas intrigantes do século XVII. Manoel de Moraes fora uma personificação da *Traição*: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição (2008). Nascido no Brasil, em 1596, o jesuíta paulista foi descrito como um “homem alto, magro, preto e feio”<sup>23</sup>.

Contudo, muito além de sua aparência, fora sua aleivosia, as artimanhas utilizadas para manter-se vivo, e a desenvoltura internacional com que transitara pelo Brasil; por Lisboa,

*Crônica da Companhia de Jesus*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, INL, 1977[1864] e YBOT LEON, António. *Los franciscanos: pioneros de la fé en el Brasil*. Lisboa, [s. n.], 1960.

<sup>21</sup>Ibidem, p. 47.

<sup>22</sup>Para um pouco sobre um assunto ver: BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 e COSTA, João Paulo A. Oliveira e. *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1998. (Dissertação de doutoramento). MARTINS, Maria Odete Soares. *A Missionação nas Molucas no século XVI — Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1994. (Dissertação de mestrado); COUTINHO, Valdemar. *A missionação clandestina no Japão no século XVII*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997. (Dissertação de mestrado).

<sup>23</sup>VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 15.

onde esteve na *Casa negra do Rossio* –, o palácio de Estaus, famoso prédio da Inquisição; e pelos Países Baixos<sup>24</sup>.

Acusado de traição e heresia no tempo em que os holandeses haviam conquistado Pernambuco, nos anos 1630, foi preso por instâncias de Martim Soares Moreno, outro grande capitão da guerra restauradora, homem que nutria ódio visceral pelo ex-jesuíta<sup>25</sup>.

Entre outras pretensões, avalio a trajetória intrigante de Manoel de Moraes como um elemento crucial para o estímulo à escrita do texto de Vainfas (2008), um dos mais relevantes livros escritos com um contexto histórico do Brasil colônia, sob a perspectiva da micro-história, nos últimos anos.

Pessoas ilustres ou simples, efervescências religiosas, políticas, sociais, parentais, jogos de poder, de interesse. É preciso não perder de vista – o curso da história se descortina sobre condições complexas, justamente, porque é feito por homens<sup>26</sup>. “Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática”<sup>27</sup>, exprimiu Marc Bloch (2002) debruçando-se sobre uma das preocupações caras a Carr (2006). Ignorar o caráter sensível da história humana é suprimir seu espírito do tempo.

As comparações arroladas aqui se distanciam no tempo. Mas além de coincidência entre homens, o imbróglio dos fatos permite intuir: os homens moldam com seus atos as instituições, os mecanismos de poder, as práticas, a significação das coisas. Assim, também, os sujeitos históricos estabelecem relações de interdependência e são moldados no contato com estes segmentos, e, com isso, interferem no modo como enxergamos a história. Ser alheio ao complexo dos fatos e dos homens, idealizando-os como fizera Hegel (1770-1831)<sup>28</sup>, é perder demasiado do tempo.

O escopo deste capítulo foi evidenciar através da consulta às fontes, entrecruzando-as com os apontamentos de historiadores especializados, elementos caracterizadores do *ser* clérigo nos sertões. Os religiosos jesuítas foram os principais agentes desse complexo. Talvez, os clérigos que com mais profundidade conheceram os sertões do Brasil entre os séculos XVI e XVIII. A complexidade do tema está ligada à compreensão cotidiano das missões, a tensão do contato com os gentios, a dureza da travessia pelo sertão – descortinando faces da história

---

<sup>24</sup>Ibidem.

<sup>25</sup>Ibidem, p. 11.

<sup>26</sup>BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

<sup>27</sup>Ibidem, p. 54.

<sup>28</sup>Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi um filósofo alemão conhecido entre os historiadores por seu racionalismo e idealismo.

brasileira escamoteadas pela penumbra do passado, estímulos alimentadores da escrita final do trabalho.

Tentei ao máximo nortear as reflexões dentro do campo da história. Apesar da existência maciça de estudos de viés social e antropológico, ative-me na maior parte ao conhecimento historiográfico pelo receio de não dominar conceitos, práticas e procedimentos empíricos de outras áreas do conhecimento humano. Sem dúvida, estudos dessa natureza requerem uma maturidade intelectual e um esforço teórico-metodológico interdisciplinar em *humanidades* apurado. Ainda assim, há algumas comunicações com a história social de Maria Regina Celestino de Almeida (2000)<sup>29</sup> e John Manuel Monteiro (1994, 1999)<sup>30</sup> e a antropologia de Clifford Geertz (1978, 1997)<sup>31</sup>.

Não constituiu interesse produzir uma história clerical, colonial ou indígena. O viver religioso se relacionara em vários momentos com outras vicissitudes, sobretudo, no que diz respeito às tensões das vivências partilhadas com gentios; mas também, com sertanistas, políticos, potentados rurais, colonos, entre outros agentes da colonização portuguesa no Brasil. Entender o drama, as mazelas, as experiências de vida e os jogos sociais nas selvas interioranas do Brasil, em circunstâncias pontuais ocorridas entre padres, Tapuias e colonizadores, motivou o horizonte do primado historiográfico que repousa nestas páginas.

## 1.2 A travessia para os sertões: uma penosa cruzada

O retrato do padre António Vieira (Imagem 01) é uma paisagem inabitual, branda até, dos passos trilhados pela maioria dos missionários pelo interior do Brasil. Ao menos nessa imagem, é possível, a própria trajetória de vida do clérigo português contrastasse com a realidade e o cotidiano das missões, se considerarmos as passagens dos jesuítas pelos inóspitos sertões adentro.

<sup>29</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português*. Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de doutorado).

<sup>30</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das letras, 1994 e \_\_\_\_\_. *Armas e armadilhas*, IN: NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>31</sup> GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; \_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. Para uma crítica a Clifford Geertz, ver, LEVI, Giovanni. *Os perigos do Geertzismo*. Campinas, SP, nº 6, pp. 137-147, 1999.



Imagem 01: *padre António Vieira*. Autor desconhecido.  
 Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa. Portugal.

O estilo garbo, a cobertura elegante, o traje apurado, trazendo à mão direita um rosário, apertando-o entre os dedos como uma arma; à esquerda o missal, descobrindo o peito, a lembrar um escudo, formam um conjunto indumentário expressivo e simbólico do *guerreiro de Cristo*; organizados nessa disposição, sinalizam indicativos de momentos esporádicos da carreira eclesiástica em terras brasílicas, no conforto de uma igreja, mosteiro, convento, hospício ou colégio de Ordem. A aréola angelical atribuída pelo pintor deu certo tom de santidade, e o olhar compenetrado lhe dera um semblante austero. Num implacável contraste com a pintura, a história revelara uma face diferente, menos terna e mais cruel das incursões missionárias pelo interior do norte brasileiro<sup>32</sup>.

Desde 1605, especialmente, na serra da Ibiapaba, região situada a nordeste do Piauí, em histórica fronteira litigiosa com o Ceará desde a primeira década do século XIX<sup>33</sup>, quatro de seus irmãos de batina se encontravam em situações difíceis. Tanto que 140 anos depois, em agosto de 1745, Matias Pinheiro da Silveira Botelho, ouvidor geral e corregedor da comarca do Piauí, (região passada a condição de capitania só em 29 de junho de 1758, por meio de

<sup>32</sup>Quando eu tratar de norte brasileiro me refiro a toda uma região geográfica colonial que compreendia os atuais territórios norte, nordeste, chegando à fronteira com a região mineira, os campos de Goiás e os alagados de Mato Grosso. No entanto, as passagens do texto fazem referência a locais específicos do Estado do Maranhão e Piauí, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia.

<sup>33</sup>Esse contencioso é discutido em COSTA, João Paulo Peixoto. *Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1808-1820)*. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012. (Dissertação de mestrado).

uma provisão da Coroa portuguesa<sup>34</sup>), ainda rememorava os trágicos fatos daqueles e tantos outros sacerdotes que descrevera como “heróis da sagrada religião”<sup>35</sup> católica. Tinham feito

grandes progressos [...] os missionários pela salvação e aproveitamento das almas dos gentios sendo os próprios expostos ao martírio, o padre Francisco Pinto e o padre Luiz Figueira que entraram nas terras incultas deles, ainda quando estes bárbaros podiam viver menos escrupulosos de vassalagem<sup>36</sup>.

A lembrança daquele ouvidor geral delineia uma convivência delicada entre padres e gentios, balizadas pelo temor, mais ainda, quando se avalia a força da publicidade do fato quase um século e meio depois de ocorrido. Os jesuítas receosos pela brutalidade e violência conhecida de relatos anteriores de viajantes, aventureiros, náufragos e degredados, circulantes na Europa e no Brasil, sobre as gentes ameríndias do interior da *Terra Brasilis*<sup>37</sup>.

O imaginário europeu da época estava impregnado por pensamentos escatológicos, místicos e religiosos, em parte, resquícios do desconhecimento global, do milenarismo e dos dogmas da Igreja. Algumas dessas imagens e descrições fantasiosas e exageradas, mas não necessariamente inverídicas, Luiz Figueira e Francisco Pinto, viriam a constatar na pele *a posteriori*<sup>38</sup>.

Os nativos, por seu turno, eram acometidos por uma mescla de desconfiança e admiração ao estranho homem branco, sobretudo, pelo excesso de roupa típico. Pinto e Figueira estavam na Ibiapaba “a mando do provincial da Companhia de Jesus no Brasil, padre Fernão Cardim e do governador geral do Brasil, Diogo Botelho”<sup>39</sup>, apontou o historiador Lúcio José de Oliveira Maia. A função do provincial detinha um poder eclesiástico inferior ao geral da Ordem.

Odilon Nunes (1966) um dos principais escritores de história do Piauí seguiu de perto as pegadas de Pinto e Figueira. Segundo o historiador piauiense, aquela fora

a primeira missão de jesuítas à Serra da Ibiapaba [...] a 20 de janeiro de 1607, saem o Padre Pinto e o Padre Figueira, de Pernambuco e Maranhão,

<sup>34</sup>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>35</sup>Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, acerca da guerra com os índios e a paz com a nação Guegué; elogio do desempenho do capitão-mor Antônio Gomes Leite nesta guerra e propõe para este o hábito da Ordem de Cristo. 24/ 07/ 1747. AHU-PI, cx. 4, doc. 235.

<sup>36</sup>Ibidem.

<sup>37</sup>Do latim para o português: Terra do Brasil.

<sup>38</sup>Do latim para o português: posteriormente.

<sup>39</sup>MAIA, Lúcio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p. 21. (Tese de doutoramento).

através da Ibiapaba e do Punaré (Parnaíba). Desembarcaram em Jaguaribe [Ceará], donde prosseguem viagem a pé<sup>40</sup>.

Não eram dias fáceis. O tempo úmido e o período chuvoso tornavam as caminhadas um verdadeiro calvário. Ao escrever para Cláudio Aquaviva, Geral da Companhia de Jesus, o padre Figueira “narra minuciosamente a via-crucis [sic] que perlongara em companhia do Padre Pinto. Percorriam duas, três léguas por dia”, convertendo em quilômetros temos, respectivamente, 13.200 e 19.900 metros<sup>41</sup>. A exaustão física, o cansaço os obrigara a andar “às vezes apenas meia légua por dia”<sup>42</sup>.

#### O clima inclemente

O rigor do inverno, a incomodidade provinda de renitentes mosquitos, os atoleiros, os rios e ribeirões a atravessar, a fome, os ofícios que abatem componentes da expedição, enfim a Serra devastada, outrora tão populosa, agora apenas duas pequenas aldeias, separadas por longas léguas de terras deslocadas<sup>43</sup>.

Esse teor das andanças dos missionários nem sempre são abordados pelos historiadores. As circunstâncias da travessia para o sertão mostram com riqueza de detalhes, segmentos do gênero humano pouco explorados – a dureza das jornadas, a incerteza e insegurança das comunicações, o perigo do encontro com gentios, a intensidade das marchas, num ambiente em que a natureza, o clima e a terra parecem ser os primeiros oponentes. Possivelmente, a necessidade dos padres em estabelecer comunicações para viabilizar a evangelização, deve ter sido utilizada pelos nativos da Ibiapaba para tirar proveito de algumas situações, e com isso, propiciar uma dependência dos missionários ao quesito da língua nativa, uma forma de resistência adaptativa similar a identificada por Maria Regina Celestino de Almeida<sup>44</sup>.

Depois os dois religiosos tentaram alcançar a segunda aldeia. Nas palavras de Figueira, deitaram-se ‘em duas pedras ao longo de uma água sem poder dar passada para diante, por fraqueza’, restando ainda 33 quilômetros, “foram *conduzidos em tipóias* [sic] e

<sup>40</sup>NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1966, p. 33.

<sup>41</sup>Essas medidas devem ser flexibilizadas. Segundo Alberto Muniz Bandeira, “Uma légua varia entre 5. 500 e 6. 600 m”. BANDEIRA, 2007, p. 32.

<sup>42</sup>NUNES, 1966, p. 33.

<sup>43</sup>Idem.

<sup>44</sup>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português*. Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de doutorado).

acrescenta, como a antever a perfídia dos porvindouros: ‘aquelas cinco léguas andamos em pés alheios em todo este caminho’<sup>45</sup>.

Os intérpretes nativos foram de grande valia, porque as diferentes línguas e dialetos locais tornaram a catequese, a comunicação e a administração dos sacramentos embaraçosa, situações que poderiam aguçar a agressividade nativa ao desconhecido. Pela diversidade de etnias habitantes nos territórios interioranos, entre os próprios nativos houvera dissidências linguísticas, subdivisões e visões de mundo distintas não compartilhadas.

Nunes (1966) lembrou em tom de lamento “à morte em Ibiapaba de Belchior da Rosa, índio interprete que levavam e que tantos serviços vinha prestando”<sup>46</sup> sua desenvoltura diplomática e mediadora, “seus discursos junto aos gentios, exaltando as virtudes dos missionários”<sup>47</sup>, possibilitara relações um tanto amigáveis entre jesuítas e ameríndios.

Como indicou o historiador piauiense: “Cláudio de Abdeville também nos dá o nome doutro aborígine que apelidava de Taputapucu, o qual também exercia ação pela palavra e que Serafim Leite identifica com Antônio Caraibpocu, *Fiel amigo de P. Pinto*”<sup>48</sup>. Essa aproximação entre padre Pinto e Antônio Caraibpocu sinalizara a existência de *alteridades* entre jesuítas e gentios.

No entender de Luiz Alberto Muniz Bandeira (2007), o:

avanço pelo sertão, entretanto, continuou, não mais visando tanto ao apresamento de índios, cuja escravização a lei régia de 3 de junho de 1609 proibiria de modo absoluto e entregara sua civilização e catequese à Companhia de Jesus, quanto entre outros motivos, à expansão dos currais de gado<sup>49</sup>.

É sensato desconfiar dessa tese. O sertão se constituiu historicamente em um lugar de imposição das armas e não da pena da lei. É profundamente questionável a eficácia e o alcance das ordenações régias nestes rincões. Apesar da impotência da legislação referente aos ameríndios do século XVII<sup>50</sup>, os padres eram os poucos defensores jurídicos dos nativos, embora nem sempre. Não é absurdo pensar a difusão da catequese como uma modalidade de controle social para o avanço do boi. Mesmo os padres exploravam de alguma maneira a mão

<sup>45</sup>NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1966, p. 33. Grifo do autor.

<sup>46</sup>Ibidem, p. 33

<sup>47</sup>Ibidem, p. 33.

<sup>48</sup>Ibidem, p. 33. Grifo do autor.

<sup>49</sup>BANDEIRA, 2007, p. 155.

<sup>50</sup>Sobre a ineficácia da legislação indígena nesse período conferir, PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 115-132.

de obra nativa, desviando-se do propósito central da Igreja nos sertões: a pregação da fé católica.

Décadas depois, em 16 de dezembro de 1690, achava-se vago o posto de capitão da capitania do Ceará. Thomaz Cabral de Olival entregara a incumbência, transpassado “o tempo de três anos, em que foi servido no posto”<sup>51</sup>.

Três militares com significativos serviços prestados à Coroa, experiências em batalhas dentro e fora do Brasil, e destaques de comando se candidataram. Eram eles: Pedro Lelou que tinha trabalhos prestados no Alentejo –, nas campanhas de Arronches e Jerumenha, em Évora, na campanha e tomada de Valencia de Alcântara, em Espanha, e no Castelo de São Jorge, em Lisboa. No Brasil, participara da batalha de Montes Claros, da tomada de São Lucas de Guadiana, com passagens pela fortaleza de Tamandaré, guerra dos Palmares, em Pernambuco e na Paraíba.

Bento Correa de Figueiredo serviu em Pernambuco, e já houvera ocupado em momento anterior a função a que aspirava em 1690. Em terras lusas estivera no Alentejo, no sítio de Badajós, e na praça de Elvas. Rumou para o Brasil, esteve em Palmares. Em seguida, partiu para Angola, tendo uma passagem pela Ilha Terceira.

Sebastião Pimentel fora um dos muitos homens da guerra contra os negros dos Palmares e os Tapuias do interior. Atuara em Pernambuco, ombreou ao lado dos paulistas de Domingos Jorge Velho, e fez duras jornadas pelas selvas do sertão até atingir a Bahia. Enfrentou os Sucurus no Ceará, e alguns gentios no Rio Grande do Norte.

Por todas essas qualidades, um dos votantes, Antônio Paes de Sande, escolhera em primeiro lugar Sebastião Pimentel por uma habilidade curiosa do militar. Justificava que muito embora tivesse “menos anos de serviço, tem suficiência, e muito conhecimento dos índios, e é prático na língua deles, circunstância mui necessária que deve concorrer em quem houver de ocupar este posto, pelas muitas aldeias que há naquela conquista”<sup>52</sup>.

Mesmo com esse dote fundamental, D. Pedro II nomeara Pedro Lelou para o cargo em 9 de março do ano subsequente. O rei conhecera melhor seu trabalho. Lelou serviu a “Vossa Majestade na província do Alentejo e capitania de Pernambuco por espaço de vinte e nove anos continuados desde o ano de 1660; até o presente [1690]”<sup>53</sup>. Pela versão dos conselheiros ultramarinos tivera muitos atos de bravura, contributos que podiam ter

<sup>51</sup>Consulta do Conselho Ultramarino de 16 de novembro de 1690, sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão da capitania do Ceará. In: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. vol. 127. Brasileira: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, 1938, ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. vol. 1. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938, p. 160.

<sup>52</sup>Ibidem, p. 186-187. Grifo meu.

<sup>53</sup>Ibidem, p. 183.

influenciado a decisão do rei, além de uma possível barganha política e preterição com relação aos outros pretendentes.

Pedro Lelou [...] na ocasião em que o inimigo foi sobre a Praça de Extremos; no reencontro do Odegebe, e batalha do Amexial [Portugal], saindo muito mal ferido de uma cutilada na cabeça, e de uma pelourada, que lhe passou o braço esquerdo de que ficou aleijado de uns dedos, na restauração da cidade de Évora; na campanha e tomada de Valencia de Alcântara, aonde sendo nomeado para subir a brecha recebeu uma pelourada de mosquete, que lhe passou a garganta a queima roupa [...] e passando ao Brasil no ano de 1665 [achava-se] na batalha de Montes Claros, ficando também ferido de uma pelourada<sup>54</sup>.

Como tantos outros sujeitos, Pedro Lelou, Bento Correa de Figueiredo e Sebastião Pimentel, obtiveram uma visão sucinta das vivências ameríndias. Normalmente, para este tipo de colonizador o nativo ou fora oponente ou congregado. Com certa simplificação, para estes militares, nos sertões do Brasil destes tempos de guerra, intrigas e escaramuças, se distinguia o homem pelo partido tomado no prélio –, a favor ou contra. Os aspectos socioculturais dos gentios se resumiam a hostilidades, confrontos e pelejas pintadas com muito sangue em documentos oficiais. Escritos e cartas de militares, autoridades coloniais, potentados rurais e bandeirantes me permitiram tirar essa conclusão para a região norte dos séculos XVII e XVIII.

Nessa mesma direção, para as relações entre os gentios e o poder lusitano, em *Etno-história dos índios do Piauí colonial* (1985), um artigo de livro de Luiz Mott, tendo visitado o Arquivo Público do Estado do Piauí, a Cúria Diocesana e o Instituto Histórico e Geográfico do Estado em questão, o intelectual baiano, após arrolar vasto acervo documental acerca do período colonial piauiense concluiu:

Quanto à documentação encontrada referente aos índios, trata-se, em sua maior parte, de ofícios e cartas, quer das autoridades ou potentados locais, denunciando ao Governador ou à Corte, *os perigos, ameaças ou ações violentas de diferentes grupos indígenas perpetradas contra si ou contra os moradores das fazendas de gado, quer ofícios ou alvarás da própria autoridades* [sic] governamental ou policial, organizando campanhas de pacificação de diferentes grupos tribais, legislando a respeito de sua redução à coroa lusitana, seu aldeamento, ou tratando de questões variadas sobre algum índio em particular. São documentos que legislam a respeito de um grupo de ‘súditos’ geralmente tidos como insubmissos e ameaçadores à supremacia dos dominadores brancos. [...] os índios são tratados e referidos como problema ou entrave a conquista e ocupação dos territórios ou espaços desejados à expansão da pecuária [...] Portanto não interessa, a quem

---

<sup>54</sup>Ibidem, p. 183-184.

escreveu tais ofícios e cartas, nem retratar, registrar ou descrever a vida, os costumes e cultura de tal grupo indesejado<sup>55</sup>.

Muito do que sabemos hoje a respeito dos homens de pele vermelha do sertão se devera a padres, naturalistas e aventureiros. Em raros momentos os desbravadores e militares conseguem penetrar os gestos, costumes e crenças do gentio.

Além da habilidade do domínio das línguas locais, em geral, os nativos do Brasil eram grandes conhecedores da natureza – afinal, tinha esta como mãe e morada. Vainfas (2008) observando isso na história do Brasil e nos pensamentos de Sérgio Buarque de Holanda (1995) apontou: “Homens capazes de identificar plantas pelo gosto das folhas, sentir a presença das cobras pelo cheiro, descobrir água sob um rochedo ou simples tronco de árvore”<sup>56</sup>. Por essa sensibilidade apurada os ameríndios foram amplamente requisitados por padres e bandeirantes na travessia do sertão.

Os conhecimentos das plantas podiam significar a cura de doenças, como por exemplo, disenterias, fonte de fortes dores de barriga e mal estar, inchaços, inflamações, impaludismos e sezões, mazelas causadoras de altíssimas febres. Os andantes percorriam o interior baseando-se no curso dos rios – uma garantia de água para homens e rebanhos. Quando se perdiam, a salvação dos cortejos podia ser apenas a descoberta de um curso ou olho d’água. Significava uma mina de ouro, algo de fácil localização pelo ameríndio do lugar.

Em paradoxo, a comida fora abundante. Animais de todo tipo e espécie habitavam o jângal do interior, o que não adiantava muito na sobrevivência. Enquanto um homem provido de água poderia sobreviver até sete dias, sem o líquido a morte viria nos três dias de sede. Às vezes a saída consistia em retirar ramos de cipós, extrair o sumo de plantas cactáceas ou batatas.

Com a inserção da cultura branca, a cultura nativa sofrera modificações, e, uma delas, era a atribuição de nomes cristãos portugueses aos ameríndios, como fora o caso de Belchior da Rosa e Antônio Caraibpocu. Assim também, esses nomes marcavam o sinal de aceitação do primeiro sacramento cristão católico: o batismo.

Ainda de acordo com Nunes (1966), sobre as andanças dos padres Pinto e Figueira:

Nessa segunda aldeia, os padres estacionavam por mais de quatro meses, e dão início à obra de catequese, dentro de modestas possibilidades, doutrinando crianças e adultos, desfazendo superstições, administrando os sacramentos aos índios cristãos que levavam, bem como aos moribundos, e

<sup>55</sup>MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 111. Grifo meu.

<sup>56</sup>VAINFAS, 2008, p. 20.

enviavam emissários aos tapuias que dominavam as terras intermediárias em rumo do Punaré (Parnaíba)<sup>57</sup>.

Apesar das condições adversas e dos poucos recursos, esta empresa missionária obtivera um sucesso momentâneo. Os padres estavam a inserir na doutrina católica crianças e adultos – prática complicada uma vez que nos adultos uma *cultura de resistência*, já existia e se desenvolvera no contato de maneira mais intensa.

O estado pueril das crianças gerara uma maior receptividade ao catolicismo, e oportunizara o aumento do número de nativos cristãos e não apenas cristianizados – isto é, os primeiros eram homens e mulheres nascidos católicos; os outros, adultos iniciados na fé cristã. Com o passar das vivências se teria nas aldeias mais filhos cristãos de pais católicos – uma tendência lógica.

Em recepção aos emissários enviados pelos jesuítas para estabelecer comunicações, o acolhimento não fora dos mais amistosos.

Os *Cararijus* acolhem aleivosamente os emissários. Recebem os primeiros, dando mostra de boa vontade. Massacram os terceiro grupo de emissários; preservam um que seria o guia para conduzi-los ao sítio em que doutrinavam os padres. Estes pressentiam a eminência do perigo, e já buscavam o litoral, e os dois dias de viagem, passados a Serra, são atacados, quando se preparavam para celebrar a missa<sup>58</sup>.

As colocações do historiador piauiense foram pertinentes porque me permitiram organizar uma série de projeções das relações entre clérigos e Tapuias. Mais do que uma acentuação do caráter agressivo do gentio Carariju, a condução do exposto faz entender a capacidade de sabotagem de uma relação aparentemente amigável, para conseguir a confiança do homem branco. Longe de serem inocentes os Cararijus eram sujeitos estrategistas em embates e emboscadas. Provavelmente, não mataram o guia que os padres levavam, para que assim pudessem cair no encaço do restante da comitiva. O fato de saírem da retaguarda dos padres, também a pé, pouco antes de um evento religioso, e alcançá-los antes destes estarem em local seguro, mostrara a desenvoltura destes gentios nos deslocamentos. Com certeza, uniram o auxílio do homem feito prisioneiro e a circunspeção do terreno para aniquilar os jesuítas.

Esses dois jesuítas foram uns dos primeiros viventes de tez branca que os gentios da serra passavam a vista, além de prováveis holandeses. Porém, o resultado dessa primeira

<sup>57</sup>NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1966, p. 34.

<sup>58</sup>Ibidem, p. 34.

missão fora desastroso, “com a violenta perda do padre Francisco Pinto, morto a pauladas pelos índios Tarairiú, em 1608”<sup>59</sup>, afirmou Lígio José de Oliveira Maia (2010). Segundo Nunes (1966):

O Padre Pinto é morto a tacape, e com ele dois índios que permaneceram ao seu lado. Após o sacrifício, e com a retirada dos *Cararijus*, foram sepultados seus corpos no sopé da Serra, no local em que o P. Figueira, em sua *Relação ao Maranhão*, chama de Abaiara e que o barão de Studart identifica com Ubajara.

Diz o *Catálogo da Companhia*, de 1607, que tinha o mártir 55 anos, sabia otimamente a língua brasílica e que, para salvação dos índios, duas vezes fora ao sertão. Já o padre Morais diz: ‘Cinco foram as *entradas*, com as quais tirou dos matos a muitos índios: e findou grandes aldeias, aumentando ao mesmo tempo os filhos da Igreja e os triunfos de nossa fé’<sup>60</sup>.

A amigação dos outros dois nativos mortos com os brancos oferece a possibilidade dos Cararijus considerarem o gesto uma traição.

A morte do amigo teria abalado com profundidade Figueira, e finalmente ele resolve partir da Ibiapaba. “Do Colégio da Bahia, na *Carta* de 1609, ao referir-se às dificuldades da Missão no Maranhão, aos vexames e fome por que passaram ele e seus companheiros”<sup>61</sup>, ele reascendera sua fé e “já se oferece para ser o primeiro na vindoura conquista da terra”<sup>62</sup>. Mas, seu destino fora apenas adiado. “Alguns anos depois, à frente de grande expedição apostólica que teria por fim dar vigor à Missão do Maranhão, cai em poder dos *Aruãs*, em Marajó, onde é supliciado e morto”<sup>63</sup>.

Uma das circunstâncias que impusera os sertões do Piauí àqueles que tentavam atravessá-lo era o risco iminente de encontros com as várias nações que o habitavam. Ainda no século XVI, com exceção das capitânicas de São Vicente e Pernambuco, que prosperaram, “As demais, ou foram abandonadas em consequência de ataques de indígenas ou vegetaram numa obscuridade total, com pequeno número de colonos que mantinham uma posição precária em locais isolados da faixa litorânea”<sup>64</sup>.

Por isso, as penetrações pelo interior inspiravam cuidados até aos homens mais corajosos, bandeirantes, militares, governadores gerais, ouvidores, senhorios, ministros, juízes, colonos e quaisquer outros viajantes, que ao contrário dos padres quase sempre

<sup>59</sup>MAIA, 2010, p. 21.

<sup>60</sup>NUNES, 1966, p. 34. Grifo do autor.

<sup>61</sup>Ibidem.

<sup>62</sup>Ibidem.

<sup>63</sup>Ibidem, p. 36.

<sup>64</sup>BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 100.

desarmados, possuíam armas de fogo, normalmente o arcabuz e/ou a espingarda, podendo se defender.

Com o passar do tempo, a partir do século XVIII, os nativos não tinham mais o medo aterrador dos estampidos dessas armas. Como o nível das trocas culturais tendia a elevar-se, os Tapuias passaram a utilizar com relativa habilidade armas de fogo nos combates, frutos de roubos, sabotagens, presentes, troca de informações de minas de ouro, salitre, pedras preciosas e paradeiro de inimigos dos colonizadores. Além disso, detinham a vantagem do alcance bélico dos arqueiros e das flechas envenenadas<sup>65</sup>.

Toda a trama de violência e morte do padre Pinto por nativos Cararijus da serra da Ibiapaba parece estar pouco esclarecida. Lígio Jose de Oliveira Maia (2010), que estudou os acontecimentos em sua tese de doutoramento, ofereceu um desfecho palpável para o caso, ao citar a versão moderna do padre Serafim Leite:

Os Cararijus eram cruéis, evidentemente, mas aos Franceses do Maranhão, se deve atribuir a sua instigação. E o próprio Claude d'Abbeville refere-se a esse fato. Francisco Pinto assume na sua narrativa o nome único de Personagem. E o seu fiel amigo António Caraibpocu aparece com a grafia de Taputapoucou. *E a doutrina católica, que o Padre pregava, recolheu-a já adulterada, o P. Abbeville.* (...). Não convinham, porém, aos Franceses tais pazes entre os Jesuítas Portugueses e os índios. E foi fácil aos Franceses ludibriar os índios, dando os pregadores como feiticeiros<sup>66</sup>.

A complexidade desta passagem dá a entender a influência francesa no Maranhão contra os portugueses, e a rejeição dos Cararijus a outra modalidade de cultura similar.

Provavelmente, a feitiçaria como a passou os franceses ao conhecimento desses nativos, pudera ser tida na compreensão de um saber rejeitado e do ponto de vista espiritual nociva. Se conheciam rituais próximos do que seriam práticas feiticeiras, como era o curandeirismo, por exemplo, essa rechaçada pode ser ainda mais possível.

Os portugueses foram os poucos europeus que povoaram com uma densidade considerável o interior do Brasil. Se a maioria dos estímulos dessas intrigas existiu, é bem mais provável que elas correram entre outros portugueses, para estimular a agressividade dos gentios a seu favor.

Nas reminiscências do ouvidor geral do Piauí, Silveira Botelho, os outros dois personagens referidos no início do texto, também sentiram a dureza e o peso do ofício religioso nessas condições. Anos mais tarde, avançavam com dificuldade sobre o terreno dos

---

<sup>65</sup>BANDEIRA, 2007.

<sup>66</sup>LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (10 vols.) Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália/ Editora Nacional do Livro, 1938-50, p. 8-9. In: MAIA, 2010, p. 64. Grifo do autor.

montes ibiapabanos. Sentiam frio, vestindo o que naquela ocasião deveriam se resumir a alguns andrajos. Passaram por

grandes dificuldades, perigos e trabalhos que suportaram o padre Pedro Pedrosa e o padre Antônio Ribeiro na grande serra da Ibiapaba, andando muitas mil léguas a pé, comendo raízes de árvores, lagartos e outras sevandijas; tendo tanto valor espiritual o padre Pedro Pedrosa, que se ficou só naquela serra entre tantos bárbaros bisonhos, ao mesmo tempo que descobria contra si não só a ferocidade, braveza e rebeldia daquele gentio, mas ainda insultos holandeses que naquele tempo infestavam igualmente aqueles distritos<sup>67</sup>.

Deveras, pelas próprias *Constituições* da Ordem os jesuítas sentiam-se responsáveis pela *salvação* da alma do gentio. Além dessa obviedade, eram imbuídos de um aspecto moral e hierárquico forte. Ao observarmos a formação da Companhia de Jesus, a trajetória de Loyola, percebemos uma sutil peculiaridade com relação aos outros religiosos. Ser um *soldado de Cristo* não é uma metáfora vazia com relação à carreira eclesiástica. Significava obedecer sem vacilações diretrizes clericais, ordens superiores, se manter em causa e missão em quaisquer condições, sob pena do sacrifício da própria vida, um comportamento extensivo aos preceitos de outras ordens religiosas, como os dominicanos, mas um espírito que já vinha impregnado da pregressa vida militar do fundador da Companhia de Jesus, podendo-se ter estendido aos seus sequazes.

No entanto, é preciso atribuir peso relativo a essa conjectura. Charles Boxer (2002) ressaltara que uma das principais características do clero português, entre os demais sacerdotes da Europa, para o século XVI, fora o despreparo do eclesiástico e o desconhecimento da cultura e do *modus vivendi*<sup>68</sup> daqueles a quem queriam converter – tendência presumível para os missionários do setecentos<sup>69</sup>. A ideia fixa da conversão, sobretudo, a seguida pelo exercício da força, poderia ter cegado esse quesito fundamental para inserção dentro de uma cultura, fossem quaisquer os interesses.

Tendo em ressalva os exageros de Silveira Botelho, com relação às “muitas mil léguas a pé”<sup>70</sup> que os padres Pedro Pedrosa e Antônio Ribeiro, assim como outros, deveriam

<sup>67</sup>Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, acerca da guerra com os índios e a paz com a nação Guegué; elogio do desempenho do capitão-mor Antonio Gomes Leite nesta guerra e propõe para este o hábito da Ordem de Cristo. 24/ 07/ 1747. AHU-PI, cx. 4, doc. 235.

<sup>68</sup>Do latim para o português: modos de vida.

<sup>69</sup>BOXER, 2002.

<sup>70</sup>Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, acerca da guerra com os índios e a paz com a nação Guegué;

percorrer depois de partir de Salvador ou Olinda, para atingir a Ibiapaba e outras regiões interioranas, (excluindo-se o atenuante de uma provável viagem de barco), a vida missionária naqueles idos não teria sido nada confortável.

Sem dúvida, suportar a travessia do litoral para o sertão de dentro exigia um estilo de vida diferenciado, disposição física, mental, psicológica e uma disciplina sacerdotal elevada.

### 1.3 A importância das montarias

Um ponto que colocara a maior parte dos missionários em substancial desvantagem no exercício do ofício religioso fora não deter de montarias, por isso, as caminhadas a pé por léguas a fio pelo sertão tornara as movimentações elevado dispendiosas. Salvo uma minoria dos religiosos, como principalmente os jesuítas abastados – herdeiros de heranças de homens como o sertanista Domingos Afonso Sertão, ou Mafrense, chamado assim por ser filho de Mafra, uma cidade portuguesa; e do espólio do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, assim como outros religiosos, que por seu trabalho secular, regular e sua influência conseguiram majorar fortuna. A exceção destes, o grosso dos homens de batina não dispunha de cavalos.

Ademais, o homem montado era um sujeito destacado. No sertão, o cavalo convertia-se numa insígnia de nobiliarquia, *status* social e riqueza – condição herdada pelo vaqueiro dos primeiros desbravadores. Com efeito, a montaria gerara para vaqueiros e curraleiros uma autoridade notável e merecedora de respeito – situação que conjuntamente com a capacidade de mobilizar homens armados, lhe logravam a possibilidade de mandar e desmandar, aparentemente, longe dos olhos do rei e de seus *sátrapas*<sup>71</sup> – uma condição chamada por Luiz Alberto Muniz Bandeira (2007) de “privatização do poder público”<sup>72</sup>.

Nas batalhas contra os nativos, os equinos ofereciam uma proveitosa mobilidade – o homem via o teatro de operações de um plano superior, focalizava, percebia, analisava e atacava de um lugar privilegiado – a vítima morria sem nem sequer saber de onde teria partido o ataque. O homem a pé era uma presa muito mais fácil, pois seu poder de resposta para fugir ou investir contra o inimigo, em geral, assaz mais preparado, era diminuto.

Quando ainda era príncipe regente de Portugal, D. Pedro II ordenara

---

elogio do desempenho do capitão-mor Antonio Gomes Leite nesta guerra e propõe para este o hábito da Ordem de Cristo. 24/ 07/ 1747. AHU-PI, cx. 4, doc. 235.

<sup>71</sup>Nos antigos impérios de Grécia, Roma e Alexandria, por exemplo, foram prepostos designados pelos imperadores, para o governo, controle social e político de províncias dominadas.

<sup>72</sup>BANDEIRA, 2007, p. 26.

por carta de 28 de junho de 1673; assistisse a Dom Rodrigo de Castelo Branco no descobrimento das minas de prata de Itabaiana [na Bahia], prometendo-lhe Vossa Alteza remunerar este serviço, e os mais que havia feito na guerra dos ditos sertões, se oferecer ao dito Dom Rodrigo com sua pessoa, escravos, e fazenda, assistindo-lhe na averiguação das ditas minas, que se desvanecerão<sup>73</sup>.

Depois desse malogro, D. Rodrigo de Castelo Branco viera a “acompanhar o capitão Jorge Soares de Macedo às Serras de Picarassá, a averiguar as minas, que se dizia haver nelas, levando *em sua companhia seus cavalos e doze escravos, sendo a jornada de mais de duzentas léguas*”<sup>74</sup>. Toda essa logística permitira facilitar “as dificuldades daqueles sertões, que sem a sua companhia não poderia conseguir, a respeito do gentio bárbaro, que ali assistia, por se indômito”<sup>75</sup>.

Geralmente, a cavalaria era uma tropa menor em número, mas possuía uma versatilidade apurada no ataque ao adversário, quase sempre povos nativos, gentios a pé. É sabido que no início da colonização os nativos não faziam uso do cavalo, e até o temiam de tal sorte, achando ser homem e cavaleiro uma só peça. Obviamente, os contatos, negociações e encontros culturais fizeram alguns gentios incorporar o uso do cavalo aos seus modos de vida. Além dos homens de comando, poucos andavam montados. Essa minoria dava efervescência a uma espécie de poder paralelo, composto por

senhores de terra, nos quais foram providos os postos militares mais altos de hierarquia e comando – *mestre-de-campo, coronel, capitão-mor e sargento-mor* – passaram a representar, com seus terços, aos índios, mamelucos e escravos negros que se uniam nas jornadas, o principal fator de poder na sustentação do domínio português sobre aqueles imensos territórios<sup>76</sup>.

Essa base de sustentação tendia a ser fortalecida no interior do Brasil, onde as comunicações eram lentas, descontraídas e utilizadas com interesses escusos, exaurindo, sobremaneira, a força e capacidade de resposta do poder público.

Destarte, nos sertões onde o pastoreio se expandiu, os senhores de terra, os sesmeiros, detinham o comando, enquanto os servos constituíam o grosso da tropa, e dessa *organização militar privada*, semelhante à que aparecera na Europa sob o regime feudal, durante a Idade Média, a Coroa, ou seja, o poder público, dependia para assegurar seu domínio<sup>77</sup>.

<sup>73</sup>Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de maio de 1681, sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão da capitania do Ceará. E vai o papel que se acusa. In: ENNES, 1938, p. 136.

<sup>74</sup>Ibidem. Grifo meu.

<sup>75</sup>Ibidem.

<sup>76</sup>BANDEIRA, 2007, p. 239. Grifo meu.

<sup>77</sup>Ibidem, p. 240. Grifo meu.

O baixo clero não fora excluído dessa dinâmica, mas, pelo contorno desse bordado histórico, raramente se beneficiava dele, situação que alimentara uma seara de hostilidades entre clérigos, senhores de terras e militares nos séculos XVII e XVIII.

Ademias, a criação de gado exigia pouca utilização de equinos, tornando-os caros para os religiosos, na maior parte, pertencentes a ordens mendicantes. Sendo o cavalo um signo de distinção social, é possível que os missionários nem sequer pudessem adquiri-lo, já que isso configuraria um rompimento com os votos de pobreza. Portanto, o andar a pé fora mais um estado de temeridade para os padres.

Um dos gentios mais complicados de se lidar fora o *índio de corso* – como era chamado pelos colonizadores. Com o intuito de evitar desavenças com a Casa da Torre, um poderoso centro de poder político e militar do Brasil colonial, muitos padres evitaram catequizar nos sertões do rio São Francisco.

Somente dois, os padres Jacobo Rolando e o irmão teólogo, depois padre, João de Barros, dispuseram-se a enfrentar o desafio de realizar o trabalho de catequese nos sertões do S. Francisco, onde adentraram na primeira metade de 1666. Em 1667, a agregar tapuias das mais diversas tribos, o irmão de João de Barros já organizado havia, em Jacobina Velha, duas missões, uma das quais denominada Aldeia de S. Francisco Xavier de Jacobina, a abrangerem ambas o rio Salitre, cujas margens os secaquerinhens, considerados *índios de corso*, ou errantes, povoavam<sup>78</sup>.

*Índio de corso* era o sujeito nativo que não apresentava pouso certo, nômades sem paradeiro – uma alusão feita pelos portugueses em comparação com o estilo de vida incerto e promiscuo dos piratas europeus. Não se pode excluir a possibilidade deles serem descendentes de antigos aborígenes, povos caçadores coletores que habitaram o sertão a centenas de anos antes da chegada do europeu<sup>79</sup>.

Inúmeros podem ter sido os sentidos assumidos pelo *ser* clérigo nos sertões. Os passos de Francisco Pinto, Luiz Figueira, Pedro Pedrosa, Antônio Ribeiro, Jacobo Rolando e João de Barros foram tão somente alguns lampejos que elegi para ilustrar essa penosa cruzada.

<sup>78</sup>BANDEIRA, 2007, p. 202. Grifo meu.

<sup>79</sup>Conferir em, DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *História e historiografia*. Recife: Edições Bagaço, 2006 e GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 37-52.

#### 1.4 Canibalismo, escravidão, guerra e outras vivências do contato com o ameríndio

O capuchinho francês Claude d'Abbeville, quando em 1612, esteve em missão no Maranhão, conferiu com detalhes uma cena de canibalismo que ficaria em seus pensamentos. Intercalando uma de suas falas, o historiador baiano Luiz Alberto Moniz Bandeira (2007) expõe:

descreveu que, deitando fogo por baixo da grelha, sobre a qual colocavam todas as partes do corpo estraçalhado, inclusive entranhas, 'ficando o resto para o caldo', tinham o cuidado de virar constantemente os pedaços para assá-los bem, nada permitiam e aproveitavam até a gordura que escorria pelas varas e lambiam a que se coagulava nas forquilhas<sup>80</sup>.

No caso dos gentios vistos por d'Abbeville, a prática canibal passava por uma ritualística e simbologia rigorosa entre os próprios silvícolas e com os europeus. No caso europeu, se o indivíduo náufrago, degredado nas costas, ou o viajante dos sertões não fosse logo morto e devorado, oferecer-se-ia a ele uma, duas ou mais gentias. O mingau, a cópula e o deitar na rede o deixavam gordo e bonito aos olhos dos seus famintos anfitriões<sup>81</sup>. No caso ameríndio, morrer naquelas condições significava para o guerreiro vencido, o que para o europeu seria um *status ab honor*<sup>82</sup>. O consumo da carne dava ao vencedor a crença de incorporar as forças físicas e todas as demais virtudes do nativo sobrepujado.

Os missionários da Companhia de Jesus que atravessavam os sertões tinham a consciência clara de todo esse estado de tensão, medo e elevado nível de precariedade de suas vidas entre os nativos. A incerteza pela preservação da vida e o convívio cotidiano com os gentios para a *salvação* destes pela fé católica os deixava angustiados e preocupados.

Os jesuítas, *vis-à-vis* dos índios, tiveram um comportamento marcado pela ambivalência. De um lado, queriam desbravar o sertão, porque lá viam um 'grande celeiro de almas', representado pelos gentios que eles pretendiam 'fazer cristãos' através da catequese. Do outro, escandalizavam-se com seus costumes, *como comer carne humana, possuir várias mulheres e manter relações sexuais incestuosas com sobrinhas, filhas e até mesmo as mães. E revoltavam-se com o fato de que os índios frequentemente estavam a matar cristãos e a devorá-los em suas cerimônias, como fizeram com o bispo Pero Fernandes Sardinha*<sup>83</sup> [em 1556].

<sup>80</sup>BANDEIRA, 2007, p. 106-107.

<sup>81</sup>Ibidem.

<sup>82</sup>Do latim para o português: estado de honra.

<sup>83</sup>Ibidem, p. 131. Grifo meu.

Segundo Moniz Bandeira (2007), não obstante os perigos, “no início do século XVII já se podia viajar da Bahia para Pernambuco sem sérios riscos de um ataque pelos índios.”<sup>84</sup> Naquela altura, os caminhos entre Bahia e Pernambuco eram muito movimentados. O constante trote de curraleiros, preadores de nativos, cavaleiros, senhores de terra e demais homens com poder bélico, poderia ter afastado ainda mais as nações Tapuias do itinerário entre esses principais polos de poder da colônia Brasil.

O bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, um dos homens mais lembrados em estudos com temporalidade seiscentista, ficou célebre por suas andanças pelos sertões, e mais ainda por ter contribuído para a destruição do principal foco de resistência do quilombo dos Palmares, em 1694. Com a ajuda de auxiliares mestiços, brancos e Tapuias que trouxera de São Paulo, do Estado do Maranhão e Piauí e do Rio Grande do Norte, a convite do governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, infligiu muitas perdas humanas a esse reduto de negros fugidos do trabalho nas lavouras de fumo, fazendas de criação de muares e equinos, e, principalmente, dos engenhos de cana de açúcar.

O desejo do governador na intervenção dos paulistas na luta contra Palmares tinha vindo sete anos antes, no início do seu governo, quando em 11 de março de 1687, em carta ao rei D. Pedro II, afirmava: “movido das contínuas queixas que me faziam os moradores das vilas que lhe são vizinhas, requerendo-me acudisse a socorrê-los, por que os negros, vendo a pouca oposição que lhe faziam, se desaforavam mais do acostumado”<sup>85</sup>. Entrementes, aduzia Souto Maior:

Na mesma ocasião tive notícia que uns homens da vila de São Paulo, se achavam no sertão do rio São Francisco; ocupados com seus esquadrões na acostumada conquista dos gentios; mandei os convidar, me quisessem <sup>86</sup>.

Com certeza estava entre aqueles paulistas Domingos Jorge Velho, pois em 15 de julho de 1694 ele lembrava a D. Pedro II, “um contrato”<sup>87</sup> que havia feito em nome do monarca, “o governador João da Cunha Souto Maior que foi deste Pernambuco no ano de 1687.”<sup>88</sup> Escrevia do Outeiro da Barriga, o coração dos Palmares, em plena campanha contra

---

<sup>84</sup>BANDEIRA, 2007, p. 156.

<sup>85</sup>Carta do governador João da Cunha Souto Maior de 11 de março de 1687, em que dá notícia de ter mandado convidar os paulistas para fazerem guerra aos negros dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 169.

<sup>86</sup>Ibidem.

<sup>87</sup>Carta autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 204.

<sup>88</sup>Ibidem.

os negros rebelados, que pelo que indicam as condições expostas pelo bandeirante paulista, este seria um ponto estratégico de onde se organizavam os confrontos.

Jorge Velho conhecia bem os Tapuias, tanto por combatê-los em oportunidades anteriores nos sertões do Maranhão e Piauí, e do Rio Grande do Norte, como por ombrear com esses nativos contra os negros dos Palmares. Em duas passagens ao se referir à guerra contra eles, numa peleja de dezesseis anos, o sertanista fizera duas referências ao “gentio bravo e comedor de carne humana”<sup>89</sup>, ressaltando o seu comportamento canibal. Em atestado anterior, de 8 de fevereiro de 1684, ele dizia lutar “contra o tapuia rebelde comedor de carne humana”<sup>90</sup>. Porém, esse posicionamento poderia ser um clássico álibi que muitos, como Jorge Velho, utilizaram para ter mão de obra para as lavouras, e o braço armado dos Tapuias a seu favor, assim, justificando também os massacres de homens, mulheres, idosos e crianças ameríndias.

Velho já trazia alguns deles de São Paulo, mas majorou seu poder de *gente de guerra* ao prear alguns “Aroazes e Cupinharões”<sup>91</sup> no Piauí, e o “tapuia levantado Jandoim”<sup>92</sup> em terras do Rio Grande do Norte. Reclamava ainda as mercês prometidas pelo governador de Pernambuco, explicando também a grande quantidade de ameríndios em sua tropa, conseguidos em suas penosas incursões pelos sertões do Brasil, saindo de São Paulo, passando por Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

Desta gente estava formado meu terço, a saber de 800 e tantos índios, e que 150 brancos quando ao chamado de Vossa Majestade e de seu governador João da Cunha Souto Maior eu desci do Piauí aonde eu estava aposentado como já atrás tenho dito; de aquelas [almas] tenho perdido ao redor de quatrocentos [índios], e destes não há hoje bem sessenta que tudo tem destruído a guerra, a fome e as doenças<sup>93</sup>.

Os Tapuias eram um conjunto de etnias empurrado para o *hinterland*<sup>94</sup> brasileiro por inimigos da costa, a lembrar, Tupiniquins e Tupinambás. No entendimento de Muniz Bandeira, *Tapuias* é uma “denominação genérica dada às várias tribos que povoavam o

---

<sup>89</sup>Ibidem, p. 204-205.

<sup>90</sup>Atestado passado pelo mestre de campo paulista Domingos Jorge Velho, de 8 de fevereiro de 1694 em que certifica que o capitão Antônio Pinto Pereira assistiu com ele durante 22 dias em duas investidas que fizemos a cerca dos negros. In: ENNES, 1938, p. 200.

<sup>91</sup>Carta autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 206.

<sup>92</sup>Ibidem, 205.

<sup>93</sup>Ibidem, 205-206.

<sup>94</sup>Do inglês para o português: interior de um território, de um continente, o sertão.

interior”<sup>95</sup>. No caso do território do Piauí, podiam ser povos descendentes dos antigos habitantes de serra da Capivara, Sete Cidades, e das centenas de lugares espalhados por todo o Estado, onde se encontram sítios arqueológicos e pinturas rupestres.

Para John Manuel Monteiro, “a denominação ‘Tapuia’ aplicava-se frequentemente a grupos que – além de diferenciados socialmente do padrão tupi – eram pouco conhecidos dos europeus”<sup>96</sup>.

O padre Miguel de Coutinho, em sua *Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco*, de 2 de março de 1697, já tinha a consciência clara das variantes dos “nomes dos tapuias bravos que tem guerra com os moradores da nova freguesia de N. S. da Vitória”<sup>97</sup>, posterior vila da Mocha e cidade de Oeiras.

O documento é um manual informativo de cunho social, cultural e geográfico acerca das terras do Piauí. O padre faz referência a 36 nações, residentes principalmente nas cabeceiras e margens dos rios Parnaíba, Gurgueia, Piauí, Canindé até os rios Uruçuí, e nas áreas da serra da Ibiapaba, e Araripe, a última, nas fronteiras de Ceará, Pernambuco e Piauí. Entre essas mais de três dezenas e meias de etnias, Miguel de Coutinho identificou os Aroazes e os Cupinharões. Ao tratar das habilidades destes gentios do Piauí contra os negros, dizia Domingos Jorge Velho:

sem os tais índios [...] das casta do Aroazes e Cupinharões, como são os meus, se não pode fazer a guerra desta qualidade, porque se bem é verdade, que sós são medrosos contra os brancos, guiados, e cabeados, por eles são tão valentes, afoitos, e constantes nas batalhas que nenhuma outra nação no mundo, se os iguala nem os sucede; duzentos tapuias sós fugirão de dois brancos, e sendo acompanhados de dois brancos, investirão resolutamente com dois mil outros tapuias e os derrotarão como já me tem sucedido algumas vezes<sup>98</sup>.

Os depoimentos de Domingos Jorge Velho auxiliam a esclarecer, entre outros assuntos, a tensão causada pelo encontro entre brancos e gentios; os possíveis desencadeamentos das vivências entre ameríndios, homens de batina e homens de armas; e as vicissitudes da cultura branca sobre a nativa.

<sup>95</sup>BANDEIRA, 2007, p. 190.

<sup>96</sup>MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. 19.

<sup>97</sup>Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 387.

<sup>98</sup>Carta autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 204.

Deste modo, o estranhamento inicial da cor da pele, poderia gerar a violência, mas da mesma forma, causar uma submissão voluntária. Muitos anos antes da chegada dos europeus ao continente americano, os ameríndios já possuíam em sua escatologia espaço-temporal, previsões mitológicas a respeito da chegada de homens que viriam em grandes naves flutuantes, deuses de outros lugares.

Desde tempos imemoriais grande parte dos gentílicos do Brasil foram homens belicosos, pois viviam em guerra com seus vizinhos de mesma cor. Apesar do esforço de uma seara da intelectualidade oitocentista em produzir um nacionalismo centrado nas virtudes guerreiras e inocência do gentio, parte dessa visão, mais pareceu um floreio do romantismo indianista na literatura de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, em pinturas específicas de Vítor Meireles e Rodolfo Amoedo. Esta arte pensou segmentos da cultura nativa com o intuito de construção de uma nacionalidade de raízes ameríndias, em detrimento de outros pontos obscurecidos – à exceção da nudez –, a violência, a antropofagia, o incesto e a poligamia masculina, considerados traços de *incivilidade*<sup>99</sup> nocivos à nação pós-independência que se queria erigir. Parte da nudez do homem tinha associação com a ideia de inocência do primeiro casal humano da Bíblia – Adão e Eva.

Aparentemente, tentando obscurecer aspectos comportamentais intrínsecos, esses artistas deixam para a história, uma identificação internalizada, mesmo que despropositada, com ordenamentos clericais da presença portuguesa no Brasil.

Componentes dos motivos para os conflitos étnicos incluíam disputas por áreas de caça, pesca e coleta, alianças de europeus com nações hostis e roubo de mulheres nativas. Alguns leitores de historiografia tendem a aceitar a ausência de escravidão entre os ameríndios, como se a escravidão gerada pela guerra não existisse antes da chegada dos portugueses, e os vencidos não passassem à condição de escravos imediatamente, atitude comum entre alguns povos antigos da Europa, dos impérios de Roma e Grécia. É comum a descrição de cenas contendo a participação de escravos nas Antigas Escrituras.

Na África, por exemplo, *inter alia*<sup>100</sup>, a escravidão fruto da guerra era produto de conflitos interétnicos entre as várias nações africanas<sup>101</sup>, e um dos principais meandros da

---

<sup>99</sup>Para os séculos XVII e XVIII, Kalina Vanderlei Silva discutiu este conceito atrelado ao universo urbano dos engenhos de açúcar, em contraponto, com *o outro*, de barbárie, violência e selvageria –, o sertão. Conferir em, SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010. Contudo, avalio problemática a operacionalização do conceito para esse período, sendo, no Brasil, aceito mais assentadamente para o século XIX.

<sup>100</sup>Do latim para o português: entre outras coisas.

posse de um negro por outro, para seu serviço próprio, ou para vendê-los aos portugueses nas costas<sup>102</sup>.

Para o africanista Paul Lovejoy (2002), de maneira geral, no continente africano:

A escravidão quase sempre tinha início por meio de violência, que reduzia a posição de uma pessoa de uma condição de liberdade para uma condição de escravo. O tipo mais comum de escravidão era a guerra, na qual os prisioneiros eram escravizados. Variações na organização social de tal violência – incluindo ataques cujo objeto era adquirir escravos, banditismo e seqüestro – indicam que a escravidão violenta pode ser vista como inserida numa sucessão contínua de ação política em larga escala, na qual a escravização pode ser apenas um subproduto da guerra e não a sua causa, ou como uma atividade criminal em pequena escala, na qual escravizar era o único objetivo da ação<sup>103</sup>.

Por um lado, seria superficial e perigoso utilizar os apontamentos de Lovejoy no que diz respeito a uma comparação entre a escravidão de etnias africanas por outras, e de nativos do Brasil por seus inimigos em situações de conflito. Mesmo assim, o autor me permitiu pensar a variabilidade das escravidões em um elo dependente de elementos culturais e sociais internos e externos, isto é, própria de um determinado grupo étnico de gentios do Brasil, ou influenciada pelo europeu.

Por muito tempo, o canibalismo fora um traço marcante da cultura dos Tapuias do norte do Brasil. Apesar disso, como salienta Muniz Bandeira (2007):

Esse costume de matar os inimigos capturados em guerra e devora-lhes as carnes, os índios, contaminados pelo mercantilismo dos colonizadores, começaram a abandonar para que pudessem os vender como escravos, a troco de resgates, ou sela, machados, facas, pentes, espelhos, e outras quinquilharias<sup>104</sup>.

O entender do historiador baiano aventou a generalização da pouca resistência que os nativos tinham às práticas culturais externas. A catequese ministrada pelos padres era outra intromissão cultural. Mas, diferentemente da suscetibilidade das crianças à conversão e ao trabalho nas missões, os adultos não possuíam a mesma submissão, o que me leva a crer que a *aculturação*, era uma ocorrência existente em diversos níveis etários e sociais, tendo

---

<sup>101</sup>Ver LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 32.

<sup>102</sup>BOXER, 2002.

<sup>103</sup>LOVEJOY, 2002, p. 32.

<sup>104</sup>BANDEIRA, 2007, p. 107.

vicissitudes variantes em nações diferentes, ou até na mesma nação, portanto, poderíamos dizer que houveram *aculturações*.

Sebastião da Rocha Pita em sua *História da América portuguesa* (1730), quiça, a principal crônica escrita na primeira metade do setecentos sobre a história do Brasil, sendo famosa e citada por muitos historiadores nacionais e estrangeiros, sublinhara:

Nas mais das nações era a carne humana o seu melhor prato, menos na dos gentios guaianases e na dos carijós, que a não comiam, e lhe tinham natural horror; causa pela qual aos que venciam nas suas guerras, não matavam, e só ficavam cativos (se pode julgar-se por menos mal que a morte a escravidão no domínio daqueles próprios de quem já muitas vezes se triunfara)<sup>105</sup>.

As atenções de Rocha Pita (1730) são relevantes pela implosão que provoca diante de duas generalizações ainda tão vulgares – o gosto pelo comer carne humana por todos os “índios”, como colocou Muniz Bandeira (2007); e a escravidão de um nativo por outro, incorporada à cultura de todos os nativos, pela adoção de um comportamento mercantilista europeu. Dessa forma, esse quesito demarca um indício sociocultural, onde algumas nações intuía e vivenciavam compreensões de mundo distintas.

A elucubração feita aqui deve passar à margem de qualquer pensamento evolucionista. Trata-se da possibilidade de existência de vivências dispares perfeitamente possíveis no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII, em que a dispersão espaço-temporal e a diversidade étnica, entre a população autóctone fora muito complexa.

Infelizmente, a crônica de Rocha Pita (1730) não oferecera sugestões com relação ao destino dos nativos escravizados por Guaianases e Carijós – incorporação social, servidão ou outros meios de socialização e dominação. Mas, não há dúvida de que o ato de escravizar entre eles nascera não da guerra, mas da ausência de antropofagia, um traço cultural interno e não externo, como a escravidão para o comércio. Posto isso, se ser devorado seria uma honra para o indivíduo dominado em combate, por extensão, a escravidão podia ser não necessariamente uma sujeição, mas um estado de demérito e humilhação.

Nos sertões, para ser um soldado de Cristo era necessário mais que vocação religiosa, discernimento sacerdotal e fidelidade aos sacramentos, às causas da Igreja Católica e do rei.

Em termos físicos e de análise qualitativa, um padre ou um frei acostumado com a sistemática, regrada, e ociosa rotina da caserna clerical, nesse ponto, a maioria dos eclesiásticos vindos do continente europeu para às Américas, ou mesmo, aquele habituado ao

---

<sup>105</sup>PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011, p. 55-56.

relativo conforto nos compartimentos dos navios das grandes viagens ultramarinas, em condições adversas básicas no interior do Brasil, sucumbiria facilmente.

À exceção das agruras das travessias oceânicas, onde uma parcela considerável dos homens morriam de escorbuto e um sem número de doenças, pestes, naufrágios e ataques de piratas, situações que oscilavam de intensidade de tempos em tempos<sup>106</sup>, as viagens pelos sertões também não ficavam por menos no quesito inóspito. Os sertões de dentro eram um território de difícil sobrevivência. Contudo, com relação às mortes de clérigos, tenho isso em relativo relevo, pela ausência estatística sobre o assunto.



Imagem 02: SILVA, João Ricardo de Sá e Silva. *Boneco representando um frei português obeso. Vila do Conde. Portugal. 2012. 1 fotografia.*  
Fonte: Acerco fotográfico Ricardo Sá.

A fotografia acima, feita por mim no convés de uma réplica moderna de uma nau da carreira da Índia, em vila do Conde, norte do litoral português, oferece numa feição artística, o que seria, numa mordaz ironia, uma gorda parcela do clero lusitano. Nessas condições, nas entranhas do Brasil, caminhar dezenas, às vezes centenas de léguas a fio por selvas desconhecidas e virgens, com a temeridade do encontro com o nativo indômito, animais peçonhentos, ferozes, infligindo a si à exaustão física, psicológica, exposição às intempéries, à

<sup>106</sup>RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

inclemência do clima, secas, fome, ao frio serrano ou a aridez da *caatinga*<sup>107</sup>, situações incomuns em Portugal – embora sendo o país mais oeste do continente europeu, e por isso, o menos frio, tornava ambientação e ofício religioso dispendiosos.

Os padres Pedrosa e Ribeiro, a que me referi no início da exposição não continuariam por muito tempo no mister da catequização. Entre 1656 e 1662, sob o comando do padre António Vieira, os passos dos dois jesuítas não se revelaram promissores, e a missão na Ibiapaba foi interrompida. Lígio José de Oliveira Maia (2010), refletindo acerca das motivações desse insucesso, percebeu

que esse é um período fecundo de acirradas disputas no Estado do Maranhão, entre missionários, colonos e representantes do poder local pelo controle da mão-de-obra [sic] indígena. Pode-se dizer que o malogro desse novo empreendimento esteve ligado a todo o contexto de conflitos que marcara a presença jesuítica, tanto em Belém quanto em São Luís, culminando na expulsão dos religiosos, em 1661<sup>108</sup>.

O pensamento de Oliveira Maia (2010) passa pela tendência de que desde a segunda metade do século XVII, os jesuítas no norte do Brasil, em estados como Maranhão e Pará, estavam se constituindo, paulatinamente, como uma força política e social muito forte, de tal maneira, a incomodar muitos homens poderosos.

A atuação dos padres percorria um caminho de execução dos mais diversos ofícios. Em 9 de maio de 1624, uma esquadra de Holanda comandada pelo almirante Jacob Willekens, o vice-almirante Pieter Pieterzoon Heyn, tendo Johan van Dorth como mestre de campo no comando das tropas, singraram a Bahia de Todos os Santos<sup>109</sup>. Entrementes, os batavos tinham em seu poder nada mais nada menos que “26 navios (13 de guerra e 12 ou 13 mercantes), transportando 3. 300 homens, com 450 armas de fogo”<sup>110</sup>. Em abril de 1624, depois de avançarem “até Salvador, ocupando-a sem maior resistência” apossaram-se “de 3. 900 caixas de açúcar e grande quantidade de pau-brasil”<sup>111</sup>. De temido o interior próximo das praias, passaria a refúgio para o bispo D. Marcos Teixeira e parte do povo local.

---

<sup>107</sup>Palavra de origem tupi que significa mata branca, uma evidência visual da paisagem seca das matas dos sertões.

<sup>108</sup>MAIA, 2010, p. 21-22.

<sup>109</sup>BANDEIRA, 2007, p. 167.

<sup>110</sup>Ibidem.

<sup>111</sup>Ibidem.

Salientou Muniz Bandeira (2007): “Em meio de grande estampido dos canhões e ao clarão dos barcos incendiados no porto da Bahia, a maioria da população, a seguir o bispo D. Marcos Teixeira, que preferiu não se deixar capturar, refugiou-se no interior”<sup>112</sup>.

O interior não representava nenhum perigo para o bispo nem os moradores da Bahia – muito pelo contrário. Assim, o refúgio tinha um sentido estratégico nos embates com os holandeses, e D. Marcos Teixeira tinha noção da responsabilidade política de sua presença. Com “a ausência em Pernambuco de Matias de Albuquerque, a quem competia a sucessão, o ouvidor da Comarca da cidade assumiu o governo por poucos dias e passou ao capitão-mor do Recôncavo, que o entregou a uma junta formada pelo bispo D. Marcos Teixeira, Antonio Cardoso de Barros e Lourenço de Albuquerque”<sup>113</sup>.

Essa instabilidade política em virtude do estado de guerra contrastava com o empenho dos homens do sertão, quiça a maioria nativos unidos com moradores do litoral. Utilizando-se de táticas de guerrilha, e contando com o conhecimento do teatro de operações, eles investiam contra os invasores. O padre António Vieira em uma de suas comunicações ao geral da Companhia de Jesus em Roma, mais de dois anos depois da invasão holandesa a Bahia, em 30 de junho 1626, explanara com detalhes a desvantagens infligidas pelo auxílio do braço armado nativo:

‘Não ficaram aquém nesta empresa os índios frecheiros das nossas aldeias, antes eram a principal parte de nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos, porque quando estes saíam e andavam pelos caminhos armados e ordenados em suas companhias.’<sup>114</sup>

Segue Vieira:

‘estando o sol claro, e o céu sereno, viam subitamente sobre si nuvem chovendo frechas, que os trespassavam, e (...) não se atreviam a resistir, porque enquanto eles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas do arco duas frechas, sem outro remédio senão o que davam os pés virando as costas’<sup>115</sup>.

Nessa altura, era inútil fugir, uma vez que ‘se eles corriam, as frechas voavam e, descendo, como aves de rapina, faziam boa presa e ainda que não matavam algumas vezes de

---

<sup>112</sup>Ibidem, p. 167-168.

<sup>113</sup>Ibidem, p. 168.

<sup>114</sup>Ibidem, p. 168.

<sup>115</sup>Ibidem.

todo, como muitas eram ervadas, ia o veneno lavrando por dentro até certo termo, em que lhes dava o último da vida<sup>116</sup>.

A tonalidade histórica destes acontecimentos é demasiado pertinente, sugere um sentido para os desdobramentos dos clérigos como homens políticos – notemos que quando D. Marcos Teixeira assume, ele faz parte de um triunvirato com Antonio Cardoso de Barros e Lourenço de Albuquerque. Não se deixar aprisionar. Mostra certo comprometimento com a gente da terra, uma vez que poderia barganhar a preservação de sua vida, e livrar-se de um envio como prisioneiro para os Países Baixos. A divisão do poder demarca uma situação em que a esfera religiosa não poderia submeter a secular, política, pois um membro do clero superior ocupando cargos políticos, daria margem para o surgimento de choque entre ambos os poderes.

Um indício hierárquico disso fora o fato do padre António Vieira se reportar ao geral da Companhia em Roma, e não ao rei de Portugal, numa demonstração de compromisso de publicidade com os acontecimentos da invasão e dos conflitos para com Ordem, antes mesmo que para com a Coroa.

Em 6 de novembro de 1689 os oficiais da câmara da vila de Porto Calvo queixavam-se ao rei D. Pedro II, entre outras coisas, do donativos relativos a

cinquenta mil réis para o dote da Senhora rainha da Grã Bretanha [...] a oposição dos negros levantados [dos Palmares] que hoje tinham tanto poder, e ousadia, que junto àquela vila, faziam seus assaltos, estando cada um dos moradores fazendo atalaias de sua casa, com as armas não mãos, defendendo, as vidas e ainda assim as perde<sup>117</sup>.

Ademais, temendo o agravamento da instabilidade da paz e os estado de tensão dos últimos acontecimentos, eles

pediam a Vossa Majestade ordenasse ao governador do gentio doméstico, Antônio Pessoa Arco Verde ajuntasse todo o gentio de sua nação que estiver da parte do Norte (que este lhe denega o domínio dos padres da Companhia de Jesus e de São Bento) e que faça situar três aldeias de cem casas cada uma nas cabeceiras de Sirinhaém, e Porto Calvo, e Alagoas, que são as que confinam com o sertão em que habitam os ditos bárbaros, para que assim, tenha aquele povo sossego e a fazenda real grande aumento<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup>Ibidem.

<sup>117</sup>Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de novembro de 1690, ‘sobre o que escrevem os oficiais da câmara da Vila de Porto Calvo acerca de se aliviar aquela capitania dos 250\$ réis que lhe foram lançados para o dote de Inglaterra. In: ENNES, 1938, p. 180-181.

<sup>118</sup>Ibidem, p. 181.

Os missionários tinham poder de decisão temporal e atemporal sobre os nativos, e eram consultados nos mais diversos assuntos, dentre alguns – fazer guerra defensiva ou ofensiva, (que se caracterizavam, respectivamente, por guerrear para afastar os grupos nativos, ou matá-los, prendê-los e utilizá-los como escravos); política e jurisdição específicas; e a respeito das movimentações de um lugar para outro. Esses choques como lembrei anteriormente, causaram conflitos com senhores de terras, colonos, sesmeiros e o governo colonial por todo o Brasil – tratarei disso no capítulo posterior.

Chamou-me atenção a posição dos jesuítas e dos religiosos de São Bento em ir contra a permuta da morada dos gentílicos.

E no que tocava, a se haverem de situar nas cabeceiras das vilas das Alagoas, Porto Calvo, e Sirinhaém, as três aldeias de cem casas cada uma dos índios do regimento de Antônio Pessoa Arco Verde, ouvindo nesta matéria os religiosos da Companhia e de São Bento, na forma que Vossa Majestade ordenou, se assentou serem escusados porque demais do detrimento, e necessidade que estes miseráveis padecem com mudanças<sup>119</sup>.

Posso sugerir dois nortes para essa posição de ambos os religiosos. 1º) O homem branco, o português colonizador é um homem na qual a terra Brasil representara tão somente um bem imóvel, um objeto de posse e conquista, um lugar de passagem – via de regra, ele não possui um apego subjetivo a ela, até porque seu território afetivo e de interesse, se o leitor me permite, ainda é Portugal.

Ter a terra significava receber dízimos e foros que nem sempre eram convertidos para os cofres da fazenda real. Os portugueses que chegavam ao Brasil eram em larga parcela do norte de Portugal, sobretudo da região do Minho, Porto, Braga e Trás-os-Montes. Possuíam o desejo claro de voltar para o reino ricos, e desfrutar da fortuna que não puderam conseguir na Ásia e/ou na África como homens do mar<sup>120</sup>.

2º) Agindo assim os jesuítas e os religiosos de São Bento estariam enxergando os nativos em sua condição humana. Ao contrário do português trasladado para os trópicos, o gentio tinha uma ligação afetiva com a terra. Nela ela nascia, criava-se, gerava sua cosmogonia, sua prole, enterrava seus mortos, que iam, de certa forma, deificando-se em seus ancestrais, em animais, fenômenos da natureza, lendas e astros, o que justificaria a intersecção dos padres em dois sentidos: a tomada de posição em meio a oposição de duas matrizes

---

<sup>119</sup>Ibidem.

<sup>120</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: administração, economia, sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

axiológicas – a do lusitano e a do ameríndio, seguida da intersecção dos clérigos de São Bento e dos regulares da Companhia, contra a prática de marchas extenuantes.

No contexto entre os séculos XVI e XIX, existiram, obviamente, em oportunidades que poderiam alternar-se, três tipos básicos de *brasileiros*. O primeiro é o homem dado a trato do pau brasil, em suma, seria tanto um homem do Brasil, náufrago ou degredado, como um traficante arrivista de outros países. O segundo nasceu da profissão que gerou o primeiro, isto é, com o passar do tempo (não posso precisar quando), os nascidos na *Terra Brasilis*<sup>121</sup> passaram a serem chamados pelo ofício desenvolvido pelos primeiros. O terceiro *brasileiro* é português, ou seja, um homem nascido em Portugal que emigrara para o Brasil à procura de prosperidade<sup>122</sup>. Na altura do século XIX, a vinda para o Brasil com o intuito de angariar capitais e o retorno ao país luso fora um comportamento que ainda perdurara.

O historiador português Jorge Fernandes Alves, em *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, dissertação de doutoramento defendida em 1993, na Universidade do Porto (UP), deixara patente essa situação. No entanto, é preciso não ver com simplificação essas questões emigratórias, posto que elas possam ter atravessado a própria colonização, chegando ao oitocentos, com muito variáveis e motivações, e com um sentido peculiar. Para não me alongar, citarei apenas um dos exemplos de Fernando Alves (1993):

o caso de Henrique Costa Leite, filho de um armador do Porto, com navios utilizados na emigração, que, ouvindo no escritório paterno as histórias dos que voltavam, pede para embarcar para o Brasil aos 11 anos, no que foi atendido pelo pai. Inicia, assim, uma trajectória que o há-de levar a estadias em diversos países, num exemplar percurso de andarilho, com fixação inicial no Rio de Janeiro (1836), correndo depois o Brasil (S. Paulo, Campos, Baía, Pernambuco), para voltar ao Porto catorze anos mais tarde (1850), já com nome firmado na praça, apesar dos seus 25 anos. Parte, no ano seguinte, com uma carga de vinhos para Angola e Cidade do Cabo, passa aos Estados Unidos, volta a Portugal (1855), para regressar ao Rio (1857). Fixa-se, mais tarde, em Buenos Aires (1867), onde se torna um importante distribuidor de vinho do Porto, passando depois para Paris, em 1875, onde será um dos organizadores da presença portuguesa na Exposição Universal de 1878<sup>123</sup>.

É preciso não esquecer a motivação inicial do pequeno Henrique Costa Leite. Com certeza, as histórias narradas pelo pai no trabalho não foram de homens que saem de casa e nunca mais voltam; monstros marinhos devorados de embarcações inteiras; canibais famintos

<sup>121</sup>Do latim para o português: Terra do Brasil.

<sup>122</sup>ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. 1. vol. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. (Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.)

<sup>123</sup>ALVES, 1993, p. 217.

por carne humana; terras inóspitas e perigosas, berço de homens desfigurados, feras e horrores.

Os lugares visitados por Costa Leite estavam longe dos sertões do Brasil visitados pelos religiosos citados em tempo e espaço. Notadamente, há histórias que se quer passar, que se perpetuam, outras são esquecidas.

Este capítulo foi um exercício de síntese baseado em estudos já realizados. Tive a pretensão de lançar apontamentos para outros trabalhos com base nesta pesquisa.

O *ser* clérigo nos sertões compõe um gênero delicado da história humana inerente às relações entre sacerdotes, homens de armas e gentios. Nesse ponto, é o encontro que faz erigir possibilidades pouco exploradas – a natureza do canibalismo, a escravidão entre os gentios, as motivações para a penetração pelo interior, o comportamento do clero, e o papel dos potentados rurais, bandeirantes, desbravadores e colonos, a forma como os nativos rapidamente se transformam nos discursos coloniais, na boca e nos olhos daqueles que os descrevem.

A colonização pela fé fora uma dominação e vivência particular. Mesmo quando articulada com os mecanismos governamentais, particulares e públicos, possuía um sentido de *alteridade* ao gentio no terreno das relações sensíveis. Seria no encontro onde outras vivências apareceriam mais claramente, onde as relações humanas mostram caminhos que nem sempre são os que os sujeitos históricos mapeiam trilhar – e o que nós, leitores de história, esperamos contemplar. Mas, essas, já são buscas por outras histórias.

## **CAPÍTULO II – INTRIGA: insatisfações e rivalidades envolvendo clérigos, políticos, bandeirantes, senhorios e militares nos sertões (1671 – 1733)**

### **2.1 O arcabuz e o rosário: uma introdução**

Dissera o padre António Vieira “em sua *História do futuro* [1718] ‘Se não houvesse mercadores que fossem procurar os tesouros da terra no Oriente e nas Índias Ocidentais, quem transportaria para lá os pregadores que levam os tesouros celestes? Os pregadores levam o Evangelho e os mercadores levam os pregadores’”<sup>1</sup>. Portugal erigira um império amparado na égide da espada e da cruz – em termos, ranço do espírito cruzadístico das guerras de reconquista contra os *sarracenos* – como os povos ibéricos chamavam, pejorativamente, marranos, mouros e berberes invasores da Península Ibérica, retomada em definitivo em 1492, com a queda do reino mulçumano de Granada<sup>2</sup>.

Na Índia ou no Brasil, na África ou no Japão, aonde chegavam, os lusitanos tendiam a conquistar o corpo dos povos vencidos, sob sua influência, quase com a simultaneidade com que se apoderavam da alma. Também queriam comerciar, engrossar cabedais e, quase sempre, voltar para casa. Os homens alheios à carreira eclesiástica aproximavam-se dessa última assertiva de maneira mais clara<sup>3</sup>.

Nas primeiras horas da colonização, juntos, *o arcabuz e o rosário* –, o colono e o clérigo, viveram sob um regime de cooperação. As circunstâncias daqueles momentos de inícios do século XVI, em alguns poucos pontos do sertão, concentrando-se no litoral do Brasil, favorecera o entendimento entre ambos na linha de frente das penetrações. Adquirir pau brasil, lidar com os ameríndios para oportunizar a colonização, a catequese, velado o escopo escravizá-los, de abrir caminhos para o gado, e procurar ouro, prata, pedras preciosas e salitre, com a obstinação com que o galgo persegue pelo faro a caça, incidira numa relação de colaboração. Anos mais tarde, com o contato constante, esses entendimentos começaram a deteriorar-se.

Nos sertões brasileiros da segunda metade do século XVII, até o segundo quartel do XVIII, (período adotado para estudo neste capítulo) clérigos de muitas ordens, sobretudo padres jesuítas, mas também, freis carmelitas, beneditinos, marianos e franciscanos, em

<sup>1</sup>VIEIRA, António. *História do futuro*. In: BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 80.

<sup>2</sup>BOXER, 2002.

<sup>3</sup>GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, Presença, 1981-1983 (4 vols.); \_\_\_\_\_. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

desentendimentos com militares, bandeirantes e régulos ligados à Casa da Torre, tiveram um papel importante no *sentido interno da colonização*. No desenvolvimento da empresa colonizadora portuguesa nos “sertões de dentro”, esses religiosos opuseram-se em oportunidades pontuais a potentados rurais militarizados, descobridores de terras, bandeirantes, desbravadores e militares da guerra contra os gentios.

Protagonizando intrigas esses agentes da colonização produziram fatos que merecem ser compreendidos em sua complexidade. A análise detida dos acontecimentos estudados enseja revelar uma compreensão histórica das rivalidades entre esses dois polos de oposição.

Domingos Jorge Velho em embate jurídico/político com Caetano de Melo e Castro, governador da capitania de Pernambuco, (centro de anexação política das capitanias adjacentes); Antônio Guedes de Brito, a matrona Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Mafrense, os prepostos da Casa dos d'Ávila, em refrega com freis Bernardo de Porciúncula e Nicolau de São José. A guerra dos Palmares; a penetração do sertão brasileiro iniciada pelos representantes da Casa da Torre, a redução dos gentios a paz: sujeitos e processos históricos distintos unidos pelo ódio.

No trajeto da pesquisa foi recorrente identificar a ligação das escaramuças atrelada à presença da Companhia de Jesus nos sertões. Entre os religiosos regulares, no seio da Igreja Católica, os jesuítas foram os principais figurões das discórdias históricas. Com relação ao jesuíta e o colono, apontou o acadêmico e historiador baiano Pedro Calmon, em *História social do Brasil* (2002).

O jesuíta foi o ‘bandeirante da primeira hora: achou os rumos do sertão; o mamaluco [sic] foi o ‘bandeirante’ dos descobrimentos geográficos: internou o povoamento e deu à colônia um contorno continental. Naturalmente os dois pioneiros, o da cruz e o da espada, lutariam pela preservação da conquista: o padre não consentiu no cativeiro dos gentios, indispensável, entretanto, ao trabalho rude das lavouras, ao desenvolvimento da onda invasora. E o mamaluco [sic] rebelou-se contra o padre<sup>4</sup>.

Pedro Calmon (2002), apesar de conseguir observar nas disputas pela posse dos gentios, a dinâmica inicial das rivalidades entre jesuítas e colonos no processo de colonização monárquico português, por meio da comparação das atuações específicas dos dois, formando interesses que seguem o intento da política colonial até se chocarem, num ponto, proporcionou a noção de constituição mestiça limitada ao colono, de tal modo, padecendo de uma simplificação étnica.

---

<sup>4</sup>CALMON, Pedro. *História social do Brasil: espírito da sociedade colonial*. 1. vol. 2. ed. São Paulo Martins Fontes, 2002, p. 6.

O próprio Manoel de Moraes, personalidade marcante do século XVII estudada por Ronaldo Vainfas (2008) fugia a essa generalização. Herdara duas vezes no sangue a miscigenação, sendo filho de outro mameluco de São Paulo – pai de bandeirantes apressadores de silvícolas<sup>5</sup>.

Talvez, o pensamento de Calmon acerca da composição étnica seja carente de um *aggiornamento*<sup>6</sup>. É necessário relevar –, a primeira edição do volume do livro consultado é de 1935, num momento em que as pesquisas brasileiras não se debruçavam com profundidade sobre esses assuntos, se compararmos as publicações, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas ou em curso em universidades nacionais. O ensaísta resume o oponente do padre a um quesito raciológico –, o *mameluco*, dando a entender a elevada miscigenação dos colonos de todos os recantos do Brasil. Os níveis de mistura étnica foram variáveis nas diversas regiões do país.

Para tentar esclarecer os acirramentos estudados decidi manter a atenção na natureza das querelas, tentando-as vincular ao respectivo processo histórico em que estiveram inseridas. Como elas surgiam, as motivações, os motivos escusos, seguindo o itinerário humano no contexto intrínseco aos fatos.

O primado historiográfico deste capítulo atentou para o esclarecimento da relação entre o escopo político e administrativo da colonização portuguesa no sertão interior, e os rumos internos tomados por ela. A orientação do colonialismo movido pela iniciativa local, a exemplo das insatisfações de moradores dos sertões com gastos bélicos, para suprimento da guerra dos Palmares, e os choques desta última, com as atividades missionárias em incursão pelo *hinterland*<sup>7</sup> brasileiro, nomeadamente, para reconhecimento do território, evangelização, catequese e fundação de redutos católicos, foi preocupação predominante.

Muitos empreendimentos clericais foram propulsores diretos de vivências de fixação territorial, agrupamentos humanos consistentes, principalmente, arraiais, povoações, freguesias, paróquias, vilas e cidades. Pela atitude de fundar igrejas, por exemplo, do comportamento como homens políticos dotados de consciência administrativa, agentes da política colonial, dos interesses do rei, e não exatamente, detidos estritamente em funções

---

<sup>5</sup>VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>6</sup>Do italiano para o português: atualização, revisão.

<sup>7</sup>Do inglês para o português: interior de um país.

religiosas, alguns clérigos desencadearam sérios embates com os senhorios<sup>8</sup> Antônio Guedes de Brito, Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Sertão.

Foi preciso entender toda problematização histórica tentando arrefecer a tradicional oposição maniqueísta entre *colônia submissa* e *metrópole opressora*, priorizando, com isso, para a investigação, o meandro historiográfico ambivalente das vertentes de *Antigo Sistema Colonial* e *Império*, e a posição do conceito de *redes*, já sistematizados amplamente por historiadores brasileiros e portugueses. Neste trabalho, são artefatos teóricos utilizados para compreender as dinâmicas forjadas no flanco da política imperial portuguesa em torno de acontecimento peculiares.

Como lembrou Mafalda Soares da Cunha (2010), historiadora portuguesa teórica de uma dessas matérias:

com segurança que, de uns anos para cá, uma parte significativa da historiografia modernista reconhece [...] a importância da *análise de redes no desenvolvimento da história social e política*. É conhecido que o *conceito de rede pressupõe sempre a existência de relações interpessoais* e que essas podem ser segmentadas e analisadas a partir dos suportes que as configuram<sup>9</sup>.

Em especial, esta diretiva é pertinente ao esclarecimento dos pontos de acirramento, nas rivalidades entre poderosos rurais descobridores e/ou invasores do “sertão das Rodelas” e clérigos, ou mesmo, entre outros donos de terras interioranas. Passa por essa orientação o intuito de entender os vértices alternativos então concebidos para explorar o itinerário da colonização portuguesa nos sertões, por intermédio das ações e do pensamento de agentes históricos específicos, notadamente, eclesiásticos, militares, conselheiros ultramarinos, políticos e senhores de terra e gado, no recorte escolhido.

Choque de versões e disputas por terra nos Palmares; a fundação de uma igreja para edificação da fé cristã, mecanismo de normatização dogmática nos sertões em cumprimento às diretrizes da Coroa e da Igreja Católica contra o pecado; ser contra o estabelecimento de

---

<sup>8</sup>*Senhorios* são potentados rurais criadores de gado, possuidores de grande quantidade de terras no interior do norte brasileiro, concedidas pelo rei de Portugal ou por seus prepostos, por meio de *cartas sesmarias* ou *cartas de datas*. Detentores de poder político e social, estes homens e mulheres, eles mais que elas, possuíam destacada envergadura para mobilizar homens em armas, e fazer valer, pela força, a autoridade. O *senhorio* também poderia significar a própria propriedade jurídica da terra, escravos gentios e negros, engenhos, fazendas, fortes e guarnições militares.

<sup>9</sup>FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 119. Grifo meu.

redutos missionários, seguidos de depredações ao patrimônio de um fazendeiro sem grande poder de fogo, todos, motivações de escaramuças. Temos, então, uma história atraente<sup>10</sup>.

## 2. 2 Insatisfações e acirramentos no contexto da guerra dos Palmares

A razão desta diferença é, que na guerra dos holandeses era a vitória do valor, nesta do sofrimento: lá peleava-se contra homens, cá contra a fome do sertão o inacessível dos montes, o impenetrável dos bosques e contra brutos, que os habitavam<sup>11</sup>.

### 2.2.1 As vicissitudes do combate e a composição do terço são paulista

No alvorecer de março de 1687, logo no princípio de suas funções, o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, vinha sendo acometido por uma das piores moléstias que podem afetar os pensamentos de um homem público: os reclames do povo. Começara a inteirar-se do conflito contra os negros amotinados no quilombo dos Palmares<sup>12</sup>, “movido das contínuas queixas que me faziam os moradores das vilas que lhe são vizinhas, requerendo-me acudisse a socorrê-los, por que os negros, vendo a pouca oposição que lhe faziam, se desaforavam mais do acostumado”<sup>13</sup>, afirmara de Olinda, em carta ao rei de Portugal. Tinha-se naquela ocasião um clima de instabilidade social. Os negros estavam a molestar além do normal os moradores dos distritos adjacentes às capitanias de Porto Calvo, rio de São Francisco, Alagoas, e Sirinhaém, na altura, todas sob jurisdição da capitania de Pernambuco. Uma vez quebrados certos limites de tolerância, Palmares passara a ser, cada

<sup>10</sup>Neste estudo, o entendimento do Piauí Colonial, do Estado Ultramarino Português, e da dinâmica da colonização em solo brasileiro, a partir da perspectiva de *Antigo Sistema Colonial, Império* e do conceito de *redes*, seguiu, dentre outros trabalhos, a orientação de BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX* (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2005; BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; e PAIVA, Eduardo França. (Org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

<sup>11</sup>Cópia de uma carta de 25 de junho de 1687 que se escreveu de Pernambuco sobre os negros dos Palmares. In: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. vol. 1. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938, p. 160.

<sup>12</sup>Para uma visão geral sobre o quilombo dos Palmares ver, GOMES, Flávio (Org.) *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7letras, 2010.

<sup>13</sup>Carta do governador João da Cunha Souto Maior de 11 de março de 1687, em que dá notícia de ter mandado convidar os paulistas para fazerem guerra aos negros dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 169.

vez mais, um imbróglio para a administração colonial, e em particular, para o governador de Pernambuco.

Nesse ponto, o esclarecimento do papel da ameaça negra no horizonte atravessador da escravidão, é salutar para destacar as vicissitudes que desencadearam o conflito. Esses eventos históricos ilustraram numa outra vertente um traço das situações humanas limites inerentes à prática escravista, em que ambas as partes, senhor e escravo, tinham balizes comportamentais a obedecer dentro da dinâmica escravocrata.

Para Paul Lovejoy (2002), africanista estudioso das escravidões:

O nível sociológico dessa relação envolvia um reconhecimento por parte dos escravos de que eles eram dependentes, cuja posição requeria subserviência ao seu senhor, mas igualmente necessitava da aceitação por parte dos senhores de que existem limites até onde os escravos podiam ser forçados<sup>14</sup>.

Obviamente, os indícios, as tentativas de hostilidades às quais se referira João da Cunha Souto Maior, desencadeadas por esses indivíduos resistentes ao cativo, e a posterior ofensiva contra os quilombolas, ocorreram fora do eixo clássico da dominação escravocrata. No interior deste eixo, a violência, elemento de dissuasão fundamental da instituição escravista, era utilizada pelos senhores para coibir motins e criar um medo frente à transgressão ao bom andamento do trabalho, um parâmetro basilar para a sobrevivência de um sistema escravista, sobretudo, na economia colonial luso-brasileira, sustentada em sua pujança por braços e mãos de homens e mulheres cativos vindos do continente africano, principalmente de Angola.

A resistência movimentada por Palmares se colocara interessante, pois, houvera uma quebra da tolerância pela utilização abusiva da força. Mesmo numa condição de liberdade por meio da rebelião, continuara-se tendo nessas relações sociais de tensão entre cativos e libertos, o mesmo referencial norteador, apaziguador de crises e sublevações, isto é, o entendimento bilateral de que existiam fronteiras de apaziguamento — uma evidência da continuidade teorizada por Lovejoy (2002), na base de um horizonte de inconstância exterior aos campos de trabalho forçado, como se constituíam os quilombos no Brasil.

De maneira similar, esse artifício se verificara no interior do processo escravocrata das capitâneas afetadas. O fortalecimento do quilombo dos Palmares ao longo da segunda metade do século XVII despertara em determinados negros escravizados dessa região do norte brasileiro, concentrados em plantações e engenhos de cana de açúcar, alambiques de cachaça,

---

<sup>14</sup>LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 36.

lavouras diversas, fazendas de gado, e senzalas, o florescimento de uma índole hostil, “e andavam já tão desaforados e soberbos, que seus senhores não eram ousados, nem a lhes falar como tais; que se o faziam logo lhes fugiam para este covil; e muitas vezes antes, que o fizessem clamavam as tropas dos palmaristas”<sup>15</sup> para lhes resgatarem. *Palmaristas* era como os soldados paulistas chamavam os beligerantes quilombolas.

Ao sinal de maus tratos e castigos, os donos de escravos corriam o risco de criar uma condição de comunicação com os insurgentes “para os virem buscar e roubar as casas”<sup>16</sup>, um indicativo das movimentações e de um dos danos ocasionados pelos rebeldes: os furtos a residências.

“Os escravos pertenciam aos seus senhores, que, pelo menos teoricamente, tinham poder total sobre eles”<sup>17</sup>, advertiu Lovejoy (2002), ao sugerir a fragilidade entre o poder jurídico exercido pelos donos de cativos e a submissão concreta do escravizado.

Engendraram-se, assim, nas senzalas e campos de trabalho vizinhos ao quilombo dos Palmares, modalidades de subversão em que os limites toleráveis eram ameaçados dentro da dinâmica da instituição escrava, onde os senhores detinham o poder jurídico dos cativos, todavia, o controle efetivo estava fragilizado.

Nesse sentido, os *modos de governar* a colônia Brasil se viam compelidos a cunharem artifícios eficazes para coibir sublevações, rapinas e escapadas. De acordo com Silvia Hunold Lara (2005):

As fugas e os quilombos, por exemplo, fizeram que senhores e autoridades coloniais aprimorassem os mecanismos de controle sobre a escravaria, criassem novos cargos e ofícios no nível local (como no caso dos capitães-do-mato [sic]) e alterassem o sistema de colaboração entre as forças militares privadas e públicas<sup>18</sup>.

A ponderação dessa historiadora paulista da escravidão possibilita intuir a demarcação precisa dos poderes particular (senhores de escravos) e público (governo), (também detentor de cativos), ao se recusarem a aturar com passividade frente à crescente resistência negra. A condição do exercício do poder transita fundamentalmente pelo meandro

<sup>15</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz em seu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitânias de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 322.

<sup>16</sup>Ibidem.

<sup>17</sup>LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 30.

<sup>18</sup>LARA, Silvia Honuld. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX* (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2005, p. 35.

da dominação e da continuidade da acumulação financeira. Sofrer um ataque quilombola significaria para o fazendeiro, o dono de engenho, danos imateriais e materiais, nessa ordem, ter a família ameaçada e estar sujeito a perder braços para o trabalho. A dissuasão inerente ao sistema escravista requeria uma resposta irremediavelmente violenta.

As preocupações de João da Cunha Souto Maior ao redor dos excessivos incômodos causados pelos negros dos Palmares foram um dos estopins para o conflito. E os homens do passado, por vezes, parecem legar matizes de conduta aos nossos contemporâneos. O governador de Pernambuco, então, para tentar solucionar a querela, se viu obrigado a se remediar do que fazem a maioria dos políticos do nosso tempo: prometer.

A entonação das colocações aparentara ser de um governante apreensivo com o entrevero: “Na mesma ocasião tive notícias que uns homens da vila de São Paulo, se achavam no sertão do rio de São Francisco; ocupados com seus esquadrões, na acostumada conquista dos gentios”<sup>19</sup>, indicara esperançoso o governador.

Fora nesse contexto do grande trabalho esperado pelos soldados da guerra, promessas de mercês e prêmios de Souto Maior em nome de D. Pedro II, que viera a baila para o prélio a figura de Domingos Jorge Velho:

mandei-os convidar, [Domingos Jorge Velho e seus sequazes] me quisessem ajudar na guerra que determinava fazer, assegurando-lhes mercês, e prêmios em nome de Vossa Majestade; entraram as doenças, e com uma nova vaga que conceberam de que eu era falecido, se frustraram todas as minhas esperanças, porque faltou o seu socorro<sup>20</sup>.

Pelo teor da missiva, não fosse pelos prejuízos causados pelos rebelados e o clamor da população das capitanias próximas, Souto Maior não teria prometido, grosso modo, mundos e fundos a Jorge Velho e seus homens.

O governador de Pernambuco não se preocupava por menos. As maquinações dos negros fugidos caracterizavam um conjunto de ações das mais variadas e ousadas possíveis. A antipatia nutrida pelos moradores, com relação aos insurretos era uma manifestação compreensível,

chegaram a tanta ousadia, e desaforo, que não só decidiam a fazer roubos de alfaias aos moradores, mas a amotinar-lhes, e levar seus escravos, a uns por vontade, a outros por força, e a matar aos feitores, e muitas vezes aos senhores, e senhoras, executando todo o gênero de hostilidades, sempre

<sup>19</sup>Carta do governador João da Cunha Souto Maior de 11 de março de 1687, em que dá notícia de ter mandado convidar os paulistas para fazerem guerra aos negros dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 169.

<sup>20</sup>Ibidem.

cruelmente e tinham já cobrado tanta confiança de suas forças, que em muitas expedições que no espaço de quarenta anos [pelo menos, a partir da década de 1650] os governadores de Pernambuco mandaram com consideráveis poderes a conquistá-los, nunca puderam, e a muitas descompuseram, a especificação das quais, se bem não seria de propósito aqui, se deixa por brevidade para outros relatores: e também porque é mui verossímil, que nessa corte de Vossa Majestade não se ignoram; e sempre os negros apesar de todas estas frustradas diligências foram em aumento em número, forças, ousadia, hostilidades, e sucessos<sup>21</sup>.

Nas artimanhas dos negros o terror apresentara-se sob a forma de dois contributos importantes. Utilizado tanto como arma de difusão e popularização das ações. Por outro lado, objetivara que outros irmãos de senzala simpatizassem com o movimento de oposição e aderissem à causa.

Nesse sentido, o nível da audácia da organização rebelde elevava-se de tal maneira que “por estarem os negros mui absolutos, e desaforados tanto, que mandaram este ano negros, fingindo-se de moradores, a persuadir os nossos escravos, que se levantassem e nos matassem, que eles os viriam socorrer”<sup>22</sup>, noticiara uma carta anônima de 25 de junho de 1687, escrita de Pernambuco.

As táticas e estratégias<sup>23</sup> paramilitares dos quilombos tinham várias faces de um estratagema psicológico – fazer medo frente à população, angariar recursos para a manutenção do quilombo, vingança de antigos desafetos, nomeadamente, senhores, senhoras e feitores, resgatar escravos, à força ou por vontade espontânea.

A entrada de Domingos Jorge Velho no combate era apenas uma entre tantas outras investidas do governo contra os negros insurgentes. Muitas antecederam à chegada dos paulistas já haviam fracassado, uma amostra da potencialidade e eficácia da resistência fincada nos Palmares.

Os compromissos assumidos com o bandeirante paulista se deram ainda quando seu terço estava estacionado em terras do Estado do Maranhão e Piauí, onde este fundara fazendas, tendo ainda passado pelo Rio Grande do Norte, e sertão às margens do rio São Francisco.

---

<sup>21</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz em seu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitânicas de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 317-318.

<sup>22</sup>Cópia de uma carta de 25 de junho de 1687 que se escreveu de Pernambuco sobre os negros dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 160.

<sup>23</sup>Estes conceitos estão sendo utilizados exclusivamente no sentido técnico de uma inteligência marcial. Não estão vinculados a nenhum teórico ou historiador em específico.

O Brasil atravessava um período de mudança essencial para os de aquém e além mar. Lembrou Charles Boxer (2002):

o renascimento espetacular da economia luso-brasileira, iniciado na década de 1690, deveu-se fundamentalmente a descoberta tardia de ouro aluvial, em escala até então sem precedentes, numa região remota e agreste a cerca de trezentos quilômetros para o interior do Rio de Janeiro, que se tornou conhecida como Minas Gerais<sup>24</sup>.

Muito tempos antes, enquanto nas possessões de Espanha na América do Sul (atuais Peru, Bolívia e México) o ouro e a prata eram explorados desde as primeiras expedições de conquista de Hernán Cortez e Francisco Pizarro, nas décadas iniciais do século XVI; durante até quase todo o curso do seiscentos, Portugal convivera com o malogro de limitar-se ao descobrimento de intermitentes e tardias minas de salitre (minério necessário para o fabrico da pólvora), a busca por supostas minas de prata, ouro e ametistas, na maior parte dos casos especulação restrita ao imaginário de homens do sertão brasileiro<sup>25</sup>. Uma empresa que custou à vida de alguns deles, inclusive, prepostos da casa da Torre.

Com tiros de arcabuz, golpes de espada e hálitos de peste, acometiam os escassos e implacáveis conquistadores da América. Assim conta a voz dos vencidos. Depois da matança de Cholula, Montezuma enviou novos emissários ao encontro de Hernán Cortez, que avançava rumo ao vale do México. Os enviados presentearam os espanhóis com colares de ouro e bandeiras de penas de quetzal<sup>26</sup>.

Assim, o escritor uruguaio Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina* (2011), iniciou com o estilo peculiar uma de suas histórias sobre a fome espanhola pelos sólidos preciosos, marcando o encontro amistoso inicial de dois mundos, logo acrescido da matança brutal das sociedades ameríndias americanas –, incas, astecas e maias.

Não obstante, o galardão de Espanha não teria deixado D. Manuel I com inveja. À sombra da coroa manuelina se processara a próspera viagem de Vasco da Gama às Índias, ao contornar o temível cabo das Tormentas (rebatizando-o com o auspicioso topônimo de cabo da Boa Esperança) e por extensão, marcando o limiar de um período de esplendor –, o estabelecimento do comércio de especiarias, sedas e artigos de luxo com a Ásia. A chegada de

<sup>24</sup>BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 168.

<sup>25</sup>BANDEIRA, 2007.

<sup>26</sup>GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: RS: L&PM, 2011, p. 38.

Pero Álvares Cabral ao Brasil. Além de obter o ouro da Guiné, em suas devidas proporções, acontecimentos importantes para o desenvolvimento do império lusitano.

Até o ano de 1529 tinham saído da foz do rio Tejo, em Lisboa, 310 navios com destino ao Oriente, tendo em ressalva que 234 dessas nave correspondiam tão somente ao tempo do governo do dito monarca. Números nunca depois alçados, pois só fizeram despencar num espaço de 300 anos. A alcunha de *o Venturoso* lhe fizera jus.

No decurso da regência (1667 – 1683) e o reinado (1683 – 1706) de D. Pedro II, por exemplo, as viagens ao Oriente se resumiam de 1667 a 1670, 1671 a 1675, 1676 a 1680, 1681 a 1685, 1696 a 1700, e 1701 a 1705, respectivamente, a doze partidas, idem, treze, ibidem, treze e também treze. Surpreendentemente, entre 1686 e 1690 no calor da instabilidade acendida pelos negros dos distritos vizinhos a Palmares, as saídas da Ribeira das Naus, o estaleiro real, se resumiam aos dedos de uma mão, e no espaço de 1691 a 1697<sup>27</sup>, em plena guerra dos Palmares, os navios com destinados ao Oriente foram apenas dez. O leitor deve ficar a vontade para comungar, tecer conjecturas e cruzar outros dados para tirar quaisquer conclusões. Mas, razoavelmente, na cabeça de Vossa Majestade, esses algarismos deviam subtrair a tranquilidade e multiplicar a impaciência.

Por consequência do augusto momento aurífero estreado na última década do século XVII, ocorrera intensa migração do reino para o Brasil, e do litoral brasileiro para o interior. A concentração de escravos nos engenhos e lavouras passara a configurar uma constante nas areias às margens dos rios interioranos. Por sinal, migração iniciada em quantidades irrisórias décadas antes por bandeirantes paulistas ávidos por riqueza rápida e fácil.

Os esclarecimentos daquele que foi talvez o mais destacado brasilianista e o maior historiador estrangeiro dedicado à história do império lusitano, merecem nossa atenção. Nas reflexões de Boxer (2002):

Não se sabe ao certo a data e o local exatos da descoberta do primeiro filão aurífero. As narrativas tradicionais variam, e a correspondência oficial dos governadores do Rio de Janeiro e da Bahia apenas reflete, tardia e inadequadamente, as descobertas dos primeiros dez anos. No estado atual dos nossos conhecimentos, parece correta a suposição de que o ouro aluvial foi descoberto, numa escala inesperadamente lucrativa, quase ao mesmo tempo por diferentes indivíduos ou por bandos de paulistas errantes entre 1693 e 1695<sup>28</sup>.

<sup>27</sup>Dados numéricos e datas extraídos de BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 393-396.

<sup>28</sup>Ibidem.

É um apontamento interessante para avaliar as motivações da abordagem de Domingos Jorge Velho à guerra dos Palmares e a composição de sua tropa. Uma abordagem cética sugeriria a evasão da citação acima. Mas o cruzamento dos dados do historiador britânico, na perseguição dos passos de Domingos Jorge Velho para o entendimento da trama é válido. Exatamente, entre 1693 e 1695, Domingos Jorge Velho encontrava-se embrenhado nas selvas palmaristas ou recôndito em algum lugar na Serra da Barriga, o coração dos Palmares. “Eles vagavam pelo mato e pela floresta virgem da região que hoje corresponde às Minas Gerais, á procura, não tanto do ouro, mas de índios para escravizar”<sup>29</sup>, apontou Boxer ao tratar dos bandeirantes.

A consideração do transcurso do tempo não permitiria inferir a desmotivação do bandeirante para ir à Palmares, pela possibilidade consistente de encontrar ouro nas veias d’água dos sertões mineiros, porque em 1687, três anos antes do estouro das jazidas, o bandeirante arribara do Maranhão e Piauí para atender o convite de João da Cunha Souto Maior. É possível que ao passar por Minas, os relatos acerca do ouro deveriam chegar a seus ouvidos restringidos a depoimentos desencontrados e inconfiáveis. Em paradoxo, a procura de nativos para cativar abriria uma explicação para a grande anexação de Tapuias ao seu exército.

Nessas irrupções pelo interior a incorporação de gentios Aroazes e Cupinharões no Piauí, Tabajaras do alto sertão, e Jandoins em terras do Rio Grande do Norte ao terço de infantaria, fê-lo aumentar o contingente da tropa. Esses nativos eram guerreiros diferenciados, “que para de tudo extinguir estas esparzidas relíquias, não há gente mais apropriada que aquela do terço do superintendente [e mestre de campo Domingos Jorge Velho]”<sup>30</sup>, afiançavam orgulhosos de sua gente marcial os paulistas.

Afirmara Domingos Jorge Velho ao rei de Portugal: “sem os tais índios senhor da casta dos Aroazes, e Cupinharões, como são os meus, se não pode fazer a guerra desta qualidade”<sup>31</sup>. O desbravador consentira de tal modo, pois seus conhecimentos de *guerra irregular*, numa acepção do que seria uma *guerra de guerrilhas*, o fazia entender que estes nativos eram os mais preparados para as ações contra os negros.

---

<sup>29</sup>Idem.

<sup>30</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz em seu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitanias de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 325.

<sup>31</sup>Carta autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 206.

A participação dessas nações de ameríndios ajudaria a explicar a ajuda providencial para a vitória, em fevereiro de 1694, como também, o malogro das expedições que anteriormente ousaram marchar sobre o quilombo, antes da entrada dos paulistas na contenda.

Eram almas habituadas à vida no sertão implacável, sendo conhecedores especializados dos terrenos da travessia, exímios sobreviventes,

(e com distinção das mais tropas de são paulistas, por ele ter o mais valoroso, e guerreiro gentio que se conhece haver no sertão, Tabajaras, Aroazes e Cupinharões, porque só ela sabe existir no mato, e rastejar quilombos que são muito difusos em várias partes destas vastíssimas matas, tão cerradas que com muito trabalho se anda por ela<sup>32</sup>.

Dentre os nativos do solo do Piauí os Precatis foram outro exemplo de guerreiros obstinados. Combatentes perigosos até com as mãos nuas, possuíam perícia e astúcia aprimorada para fazer emboscadas, “se enterravam debaixo da terra para fazerem esperas aos brancos”<sup>33</sup>. Dotados de grande preparo físico “e com a barriga amarrada, com cordas corriam mais, do que cavalos, e não tocam a terra senão com a ponta dos pés”<sup>34</sup> asseverava um pouco exagerado o padre Miguel de Coutinho, habitante do Piauí, em carta ao frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, em dois de março de 1697.

Dez anos antes, o comandante dos paulistas partira de suas terras nos sertões do Piauí, para fazer frente aos negros rebelados no Palmares. Imaginando o apreço que tivera por estes soldados vermelhos, não seria absurdo cogitar terem feito os Precatis parte das fileiras do explorador paulista.

Possivelmente, o afamado bandeirante estaria tendo uma vida aprazível nas paragens do Piauí, majorando cabedais, cercado por protetores, guardiões e vasta prole fruto de amigações com nativas e mamelucas vindas de São Paulo. Só uma vantajosa proposta com vistas a lucros futuros o faria sair daquele estado de conforto.

Ao desfazer o mal entendido de sua morte, o governador oferecera também uma medida das obrigações assumidas com o bandeirante paulista<sup>35</sup>:

---

<sup>32</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz em seu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitânicas de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 325.

<sup>33</sup>Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 389.

<sup>34</sup>Idem.

<sup>35</sup>Todos os termos e obrigações mútuas estão disponíveis nas Condições e capítulos que o governador João da Cunha Souto Maior concede ao coronel Domingos Jorge Velho para conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros dos Palmares, do estado de Olinda, 3 de março de 1687 e retificação pelo marquês de Montebelo, datada de Olinda 3 de dezembro de 1691. In: ENNES, 1938, p. 238-241. Não citei esse documento jurídico, pois

Neste mês de março mandaram uns enviados (certificados fora a nova falsa) pelos quais me representaram, que se achavam em poder bastante para se disporem à empresa, com pouco dispêndio da fazenda de Vossa Majestade, e que só queriam em remuneração da conquista dos negros que asseguram, lhe aceitasse alguns partidos com que acometiam; eu os aceitei, por me parecerem convenientes, e lhes fiz outras promessas, com que se despedirão satisfeitos, providos de algumas munições com que os mandei socorrer<sup>36</sup>.

Por estar a tratar com o governador de Pernambuco, pessoa a quem a influência e prestígio poderia fazer surgir a abertura para angariar coisas caras aos homens daquele tempo, até mesmo que ouro e prata, diante de um vulto de poder, o desbravador atendera ao chamado do político.

Naquelas proveitosas condições obtidas em terras do Piauí, é credível que Domingos Jorge Velho aparentasse fazer pouco caso dos soldos e recursos que pudesse adquirir imediatamente, o que explicaria o fato do bandeirante atender a convocação sem demasiadas prerrogativas. Nesses termos, creio que se fizesse exigências, Souto Maior aceitaria. Não estava em condições de barganhar a participação de Domingos Jorge Velho no combate. Ele precisava de homens de armas, e já naquela época, aquele caçador de homens era famoso na travessia dos sertões, domínio, apresamento e matança dos gentios. As promessas teriam aguçado-lhe a ambição.

Indicativos fortalecedores da importância dos bandeirantes paulistas na jornada e sobrevivência no sertão, componente crucial para o avexado convite de Souto Maior; e dos enormes gastos feitos pelos moradores das vilas próximas ao quilombo do Palmares para suprimento da ofensiva, saíram de uma longa passagem oficial: o parecer de um procurador da fazenda real.

Ao se reportar para esses dois assuntos, o funcionário régio não assinara, nem datara o dito documento. Mas, estes temas estão no bojo dos acontecimentos. Dissera ele:

Por várias vezes tenho dito, que os paulistas são a melhor, ou a única defesa, que têm os povos do Brasil contra os inimigos do sertão; pois só eles são acostumados a penetrá-lo, passando fomes, sedes, e muitos outros contrastes, a todas as outras pessoas totalmente insuportáveis; assim acaba de mostrar a experiência na guerra dos Palmares, que se vai concluindo com seu valor, e experiência, que pela fazenda real, e dos moradores se tem feito e multiplicadas expedições, empreendidas contra os negros rebeldes; *para os sujeitar*; e por esta causa se fazem os suprimentos dignos de toda a honra, e mercê; assim porque os príncipes são obrigados a remunerar os serviços, que

---

estive preocupado em esclarecer os fatos que cercaram o convite do governador de Pernambuco a Domingos Jorge Velho para lutar nos Palmares.

<sup>36</sup>Carta do governador João da Cunha Souto Maior de 11 de março de 1687, em que dá notícia de ter mandado convidar os paulistas para fazerem guerra aos negros dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 169.

se lhe fazem por dívida/ não civil/ mas moral/ [...] como também para que outros se animem com exemplo do prêmio a obrar outras e maiores proezas; pois destas se segue aumento do domínio, e do patrimônio real, quietação e riqueza dos vassallos, que é todo o fim das máximas de estado<sup>37</sup>.

Uma sorte de variadas provações suportadas pelos clérigos nos sertões, deveriam assimilar os sertanistas vindos das vilas de São Paulo. A substancial diferença consistia em que os últimos detinham com maior quantidade e propriedade a maioria dos recursos materiais e humanos exigidos nas jornadas Brasil adentro. A rápida descrição qualitativa do *ser* bandeirante daquele anônimo funcionário da fazenda real colocara a amálgama de seguidores de Jorge Velho na posição de homens de armas em potencial cotados para combatentes nos Palmares, todos, brancos, mestiços e gentios numa só coluna.

O *ser* bandeirante nos sertões compunha *modus vivendi*<sup>38</sup> fundamentais constituintes da amálgama sociocultural que ajudou a gerar o homem colonial brasileiro. Como não podia escapar, fatalmente, o bandeirante foi incluído no rol de personagens estudados na esteira da *crise das origens*. Foram afetados por ela os grandes estudiosos da historiografia brasileira do século XX – Sérgio Buarque de Holanda (1995)<sup>39</sup>, o modernista paulista que tentava entender o Brasil rompendo o cordão umbilical com Portugal; Caio Prado Júnior (2006)<sup>40</sup>, historiador de concepção marxista, também paulista, criticado por sua acepção evolucionista da história brasileira; e Gilberto Freyre (1987)<sup>41</sup>, da escola sociológica pernambucana, um misto de antropólogo, etnólogo e historiador.

É preciso pensar a historiografia do século passado não como uma herdeira servil do século XIX. Surgiram em momentos diferentes. A oitocentista esteve embriagada pelos ideais do positivismo, do realismo histórico e do historicismo de uma pueril nação engatinhando para sua formação; a outra, em parte, tentou entender os pontos de sucesso e malogro pelo viés da colonização portuguesa, da miscigenação étnica, da formação do povo, e do peso dos sujeitos formadores do Brasil: o ameríndio, o português branco e o escravo negro. Ambas as intelectualidades possuíam uma interesse em comum: explicar, interpretar o Brasil, se assim deseja o leitor.

João Capistrano de Abreu (1938), historiador brasileiro do século XIX teceu suas reflexões a respeito da civilização brasileira, no bojo da observação de aspectos geográficos,

<sup>37</sup>Parecer do Procurador da Fazenda sobre as queixas e requerimentos dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 311. Grifo meu.

<sup>38</sup>Do latim para o português: modos de vida.

<sup>39</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>40</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

<sup>41</sup>FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

psicológicos, sociais e étnicos da aquarela que gerou o homem brasileiro. Apesar de reproduzir o ideal europeu estigma de barbaridade, incivilidade e atraso com relação ao homem dos trópicos, sugeriu um quadro do cotidiano dos penetradores dos sertões digno de atenção, nos seus *Capítulos de história colonial* (1938):

Costumavam partir de madrugada, pousavam antes de entardecer, o resto do dia passavam caçando, pescando, procurando mel silvestre, extraindo palmito, colhendo frutos; as pobres roças dos índios forneciam-lhes os suplementos necessários, e destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos. Se encontravam algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passando de uma para outra banda conforme lhes convinha, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Trinta; balizavam-se pelas alturas, em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas, e de preferência caminhavam pelos espigões<sup>42</sup>.

Além dessas qualidades, outro trunfo que lhes puseram a frente dos sacerdotes no trato com os ameríndios, tratara-se da rápida ambientação a esse estilo de vida inóspito, apesar do comportamento geralmente rude e rígido, alguns nativos tinham a tendência a serem liderados por homens de pele branca, “porque se bem é verdade, que sós são medrosos contra os brancos, guiados, e cabeados por eles são tão valentes afoitos, e constantes nas batalhas que nenhuma outra nação no mundo, se os iguala não os sucede”<sup>43</sup>. Mesmo em contingente numeroso, “duzentos tapuias sós fugirão de dois brancos, e sendo acompanhados de dois brancos, investirão resolutamente com dois mil outros Tapuias e os derrotarão como já me tem sucedido algumas vezes”<sup>44</sup>, nessas gradações, se referira Domingos Jorge Velho, ao descrever a submissão ao indivíduo de pele branca e as qualidades guerreiras de Aroazes e Cupinharões do Piauí.

Se em 1812, Napoleão Bonaparte e suas falanges ao atravessar num ano de frio incomum a gelada Rússia czarista, tinham sido traídos pelos piores inimigos de um comandante militar depois da própria empáfia –, o desconhecimento do ambiente, o clima e a natureza, avalio, nos derradeiros anos da década de 1680, Domingos Jorge Velho assaz subestimou as muitas léguas que deveria singrar para dar combate aos negros rebeldes. Naqueles idos, era imprudente comparar uma viagem de São Paulo ao Piauí, com uma do

<sup>42</sup>ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1938, p. 108-109.

<sup>43</sup>Carta autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 206.

<sup>44</sup>Ibidem.

Piauí a Palmares. Não me refiro à distância em si. Devemos ter em relevo as diferenças dos territórios, as condições climáticas, de sobrevivência, os riscos de encontrar com Tapuias hostis, doenças e animais ferozes. Pelo menos para os soldados paulistas, o solo do sertão fora um senhor mais severo que o chão sulista.

Pesado o preço para conseguir as recompensas pretendidas, o fato é que não foram dias fáceis. E isso, os paulistas fizeram questão de grifar quando reivindicaram seus lucros a D. Pedro II. Lembraram amargamente esse dantesco quadro da espécie humana,

*os grandes obstáculos, que se lhes ofereciam de largarem a terra aonde já estavam situados, com povoações, lavoras e &ª. Os grandes inconvenientes de tão comprida e seguida marcha por um caminho tão agreste, seco e estéril, que só quem o andou poderá entender o que ele é se puseram ele dito mestre de campo, e agregados em marcha com toda a brevidade possível com mil homens de arcas, e duzentos de espingardas, e oitenta e quatro brancos, que os dirigiam, e cabeavam: marcha foi esta a mais trabalhosa, faminta, sequiosa, e desamparada, que até hoje houve no dito sertão, nem quiça haverá: salvo for pelos mesmos passos, e em semelhante tempo; em a qual de fome, sede, e misérias morreram cento, e trinta e duas pessoas; de doenças sessenta e três, e fugidos mais de duzentos, que se não atreveram a tanta miséria: e sempre a maior perda era dele dito mestre de campo<sup>45</sup>.*

Entre baixas e deserções o esquadrão paulista perdera mais de quatrocentos combatentes, e segundo a procuração dos paulistas citada acima, Domingos Jorge Velho obtivera o maior prejuízo. Destarte, estivera disposto a perder muitas almas para angariar os lucros da empreitada. Tenhamos em consideração que essas descrições foram tecidas pelos próprios advogados paulistas. Entretanto, pondero não se tratem de mais estratégias para sublinhar o merecimento das benesses da guerra.

Informações a respeito da etnia dos homens que morreram e dos desertores poderiam ajudar a esclarecer os agravantes das mortes. As possibilidades apontariam uma mortandade maior de nativos por doenças, por serem os eminentemente vulneráveis às doenças de praxe, produto do contato com brancos e mestiços. Estes últimos passariam anticorpos patogênicos perfeitamente controlados no organismo, mas fisiologicamente fatais aos ameríndios.

Uma segunda probabilidade teria uma ligação com a precariedade dos cuidados dedicados aos silvícolas. Isso seria contraditório, pois eram recursos humanos úteis naquele tipo de sobrevivência. A explicação para este estado de desprestígio dos nativos se dava pela *coisificação* do indivíduo. Assim como os escravos, os índios não eram considerados seres

<sup>45</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz sem eu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitânicas de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 318. Grifo do documento.

humanos, mas coisas, de onde se podia extrair a força de trabalho, a belicosidade e os prazeres da carne. Caso a maioria dos desertores fossem brancos ou mamelucos, abriria a alternativa para a descrença no sucesso da campanha. Essas alternativas podem ser flexibilizados pelo confronto com dados oficiais de outros documentos.

Ao explorar o quesito do destino dos negros, o procurador da fazenda perpetrara referência em apenas “*os sujeitar*”<sup>46</sup> – não chega a fazer indicativo explícito ao extermínio total. De certo modo, o servidor real se mostrara eufêmico no entendimento do conflito, nem por isso, inverídico. Os moradores das capitanias vizinhas, e, em menor grau a Coroa, padeciam demasiado com os gastos da guerra. Era urgente frear as violações vindas dos negros.

Os “capítulos e condições, que concede o senhor governador João da Cunha Souto Maior ao coronel Domingos Jorge Velho *para conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros levantados dos Palmares com a sua gente*”<sup>47</sup>, eram claros no que concernira ao assunto em itálico. Estabelecido em três de março de 1687, retificado três anos e nove meses depois pelo marquês de Montebelo, dirimira algumas dúvidas em torno do destino dos beligerantes do lado oposto.

Entre os procuradores de Domingos Jorge Velho estava o “padre frei André da Anunciação religioso carmelita calçado”<sup>48</sup>, quiça, um olho da igreja no desenrolar do burburinho, ou um sinal de apoio dela à investida – ficaria pendente um estudo específico para decidir por estes dois reveses. Caro leitor, voltemos às pegadas históricas que vínhamos seguindo.

Os desbravadores dos sertões da marca de Jorge Velho eram um pouco colonos, na cobiça e comportamento,

desbravaram toda aquela região, desde Piratininga [São Paulo] à Bacia do Prata, avançaram pela região central e muitos adentraram os sertões do Nordeste. Mas nenhum deles, que se saiba, organizou economicamente o espaço conquistado, estabeleceu relações sociais e estabeleceu um potestado político<sup>49</sup>.

<sup>46</sup>Parecer do Procurador da Fazenda sobre as queixas e requerimentos dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 311. Grifo meu.

<sup>47</sup>Condições e capítulos que o governador João da Cunha Souto Maior concede ao coronel Domingos Jorge Velho para conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros dos Palmares, do estado de Olinda, 3 de março de 1687 e retificação pelo marquês de Montebelo, datada de Olinda 3 de dezembro de 1691. In: ENNES, 1938, p. 238. Grifo meu.

<sup>48</sup>Idem.

<sup>49</sup>BANDEIRA, 2007, p. 21.

A opinião de Muniz Bandeira (2007) é uma comparação com os poderes detidos pela Casa da Torre dos D'Ávila, no litoral da Bahia. O historiador delineia um bandeirantismo cuja principal característica fundamental fora as constantes movimentações.

Depois que os holandeses passaram a dominar o Atlântico Sul, a ocuparem não só o Nordeste brasileiro, mas também Angola, no lado da África, afetando todo o tráfico de escravos negros para as colônias de Portugal e Espanha, os bandeirantes da capitania de São Vicente intensificaram a captura dos índios, tanto com o objetivo de empregá-los em suas próprias lavouras e engenhos quanto de vendê-los a outras capitanias ou até mesmo exportá-los<sup>50</sup>.

Também, por isso, os bandeirantes assemelhavam-se a nômades em busca de eventuais pedras preciosas, metais, e, sobretudo, nativos para escravizar e vender. Filhos do arrivismo não cogitavam a possibilidade de trabalhar em engenhos ou lavrar a terra.

Os senhores da Casa de Tatuapara, no litoral da Bahia, foram soberanos nos sertões. Contudo, tenho certa dificuldade para aceitar numa perspectiva comparada às colocações de Muniz Bandeira (2007) –, a ausência de organização espacial ou manutenção de relações sociais, considerando, por exemplo, as fazendas fundadas por Domingos Jorge Velho no Piauí.

Nos sertões daquela região, o estabelecimento de um nódulo interiorano, uma fazenda, um arraial, um pequeno sítio ou rancho, exigiam o mínimo de articulações entre homens brancos, mestiços, e principalmente, gentios. Mais tarde, a partir do terceiro quartel do século XVII, o agrupamento populacional por ocasião do trote dos rebanhos e das lides com o gado, trouxera o escravo.

Num tempo em que situar-se e avançar com segurança sobre as matas do sertão, significava conhecer caminhos, trilhas, rotas, cursos de rios e acidentes geográficos, algumas paragens frequentadas com intensidade transformavam-se em núcleos de referência, podendo converter-se em polos de fixação e aglomerações humanas com o passar do tempo, a lembrar, em princípio, o caso do brejo da Mocha, depois vila da Mocha, posterior, cidade de Oeiras.

Por outro lado, os desbravadores adventícios de São Paulo, eram um tanto Tapuias na habilidade e penetração do jângal do sertão, de tal sorte, que o convívio com índios e mamelucos causava-lhes constrangimentos quando ameaçavam iniciar uma conversação em português com reinóis e letrados da colônia. Era como se estivessem a assimilar inconscientemente e pela experiência diária, o *viver* e *ser* nativo.

---

<sup>50</sup>Ibidem, 190.

### 2.2.2 O agravamento das preocupações da população e do governo

A guerra dos Palmares ia cada dia mais dispendiosa à população e ao governo. Havia um sentimento forte de aversão aos negros. Eles ameaçam a tranquilidade das capitanias adjacentes, interesses de homens poderosos, donos de engenhos, fazendas e lavouras.

No requerimento suplicando o cumprimento das promessas feitas por João da Cunha Souto Maior em março de 1687, os soldados paulistas davam uma noção do alcance das articulações dos negros:

No sertão baixo do Brasil, nas capitanias de Pernambuco se formou antigamente um covil de negros fugidos de seus senhores, em o qual se foram ajuntando sucessivamente tantos deles, que por não poderem estar todos em uma povoação fizeram muitas na vastidão dessas matas; e em todas chegaram a tanto número ditos negros, que por todas as partes infestavam as ditas capitanias<sup>51</sup>.

As informações traduzem a organização operacional dos homens sob a chefia do negro Zumbi. Manifestam igualmente a sede de liberdade e a convicção pela luta. Em grau comparativo, se os ameríndios lutavam pela retomada de seus territórios, de sua casa invadida a seis patas – por homens e muares, os rebelados peleavam por sua condição de libertação. A casa do negro era Angola, e ela agora estava do outro lado do Atlântico. Só resta lutar para libertar o corpo. Em parte, perdera-se a alma.

Souto Maior em gradação imperativa com o rei, vira no ensejo do convite a Domingos Jorge Velho, um recurso para os problemas partidos dos rebeldes. Acossado pelas impassíveis reclamações objeto dos desgastes atribuídos aos negros, e os encargos assumidos pela população com a guerra, o governador ressaltara essas duas questões povoadoras dos discursos da época:

Já dei conta a Vossa Majestade dos primeiros progressos desta empresa; agora que se oferece este caminho tão fácil, e tão certo para se conseguir, mandará Vossa Majestade dispor o que for mais conveniente a seu serviço; eu tenho por sem dúvida, segundo o parecer de todos que só este meio poderão os moradores de Pernambuco, livrar-se do pejo que esta má vizinhança lhe causa; de que a Vossa Majestade resultará a glória de ser livres de tanta opressão estes seus vassallos, e acrescentada muito a sua real

---

<sup>51</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz sem eu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitanias de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 317.

fazenda; como também acabada uma guerra que tantos desvelos tem custado em tanto anos<sup>52</sup>.

Notadamente, um desses motivos de insatisfação majoritária – as despesas pecuniárias e materiais com o combate, estivera ligado aos moradores das povoações vizinhas, “estando eles assistindo ao dispêndio das guerras nos Palmares, a mais de trinta anos com fazenda, pessoas e escravos para conduzir o mantimento para ela”<sup>53</sup>, sublinharam os conselheiros ultramarinos em 6 de novembro de 1690, quando, atravessando o Atlântico, o assunto chegara à Lisboa.

A leitura dessa conjuntura permite perscrutar um desdobramento curioso. Os ataques causados pelos negros eram cometidos nas quatro capitanias vizinhas, Porto Calvo, rio de São Francisco, Alagoas e Sirinhaém. Provavelmente, uma tentativa de confundir os moradores e as autoridades da verdadeira autoria dos ocorridos, intentando ataques aparentemente esparsos, não obstante, dotados de coerência estratégica – uma delas, convencer irmãos de senzala a romper com a imposição escravista dos senhores. Palmares não fora apenas um lugar, mas uma grande organização de resistência, o que seria uma elucidação histórica para o estabelecimento de núcleos rebeldes nas capitanias citadas.

Os incidentes violentos produzidos pelos amotinados originaram uma espécie de êxodo interiorano, “sendo o dispêndio tão grande, que há obrigado a muitos moradores a despejarem aquela capitania, largando suas propriedades por senão verem de todo destruído estando dois engenhos dos melhores que havia”<sup>54</sup>.

Como é notável, a situação passara a ser tão séria, que alguns moradores preferiam abandonar suas propriedades, a continuar a sustentar a carga dos confrontos. Não por menos fora essa atitude da malta local, achava-se “quase tudo despovoado pelas insolências, roubos e malefícios destes rebeldes”<sup>55</sup>, observara Caetano de Melo e Castro, governador de Pernambuco na época, ao visitar pessoalmente os escombros do reduto quilombola, em fevereiro de 1694. O trajeto até os destroços da guerra parecia pintar um quadro dantesco e brutal do gênero humano.

---

<sup>52</sup>Carta do governador João da Cunha Souto Maior de 11 de março de 1687, em que dá notícia de ter mandado convidar os paulistas para fazerem guerra aos negros dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 169-170.

<sup>53</sup>Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de novembro de 1690, ‘sobre o que escrevem os oficiais da câmara da Vila de Porto Calvo acerca de se aliviar aquela capitania dos 250\$ réis que lhe foram lançados para o dote de Inglaterra’. In: ENNES, 1938, p. 180.

<sup>54</sup>Ibidem.

<sup>55</sup>Carta do governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, de 18 de fevereiro de 1694, sobre a gloriosa restauração dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 195.

Os moradores da vila de Porto Calvo resistentes aos ataques erguiam “atalaias [ao redor] de sua casa, com armas nas mãos, defendendo, as vidas e ainda assim as perde. E à fazenda”<sup>56</sup>, diante dos intensos ataques, assassinatos e roubos praticados pelos negros rebeldes.

Os balanços dos gastos foram para os cofres da Coroa “perto de quatrocentos mil cruzados”<sup>57</sup>, e para “os moradores e povo mais de um milhão”<sup>58</sup>. Sendo os residentes vassalos de Vossa Majestade, negar recursos para a manutenção da guerra poderia gerar represálias e punições do governo colonial. Os servos do rei ao agir com insubordinação e desobediência estariam ferindo o contrato simbólico de vassalagem imposto ainda nos moldes do *Antigo Regime*, assim entendido na organização social da colônia Brasil por Luiz Alberto Muniz Bandeira (2007), Maria Fernanda Bicalho (2005) e Vera Lúcia Amaral Ferlini (2005). Independente da cor da pele e do lado no conflito, poucos conseguiam dormir sem preocupar-se com a resistência fluída de Palmares.

Advogavam os paulistas depois de terminado as justas. Com a intervenção “assim ficaram seguras as quatro capitanias, rio de São Francisco, Alagoas, Porto Calvo, e Sirinhaém, que houveram de estar desertas, a não ser o auxílio do dito terço”<sup>59</sup>. Eu poderia listar queixas, cobranças e requerimentos dos paulistas, do próprio Domingos Jorge Velho e outros combatentes, versões que enfatizam a participação dos bandeirantes, segundo os mesmos e outros agentes históricos, numa direção decisiva para extinguir Palmares. Entretanto, não vou fazê-lo por conveniência do espaço do texto.

Os descontentamentos manifestados em documentação oficial são suficientes, muitos já citados até esta altura, evidenciam a gravidade do estado de espírito da população residente próximo à morada dos quilombolas. Os descumprimentos das promessas firmadas por Souto Maior e desonradas por Caetano de Melo e Castro, seu sucessor, causariam controvérsias pontuais.

A correspondência referente ao conflito disponível no compêndio *As guerras nos Palmares* (1938), de Ernesto Ennes, sinaliza um clima tumultuado, colonos desgostosos e

<sup>56</sup>Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de novembro de 1690, ‘sobre o que escrevem os oficiais da câmara da Vila de Porto Calvo acerca de se aliviar aquela capitania dos 250\$ réis que lhe foram lançados para o dote de Inglaterra’. In: ENNES, 1938, p. 181.

<sup>57</sup>Carta do governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, de 18 de fevereiro de 1694, sobre a gloriosa restauração dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 195.

<sup>58</sup>Ibidem.

<sup>59</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz sem eu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitanias de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 327.

tensão entre os paulistas e o governo colonial, principalmente, pela quebra dessas obrigações feitas anos atrás, em 1687, as maquinações dos negros antes e durante o conflito, o pesado ônus da guerra.

### 2 2.3 Angola janga, Angola pequena. E depois, mais refregas nos Palmares

“*Angola janga, Angola pequena*”<sup>60</sup>. Um grito de guerra dos negros. Palmares tombara. Não necessariamente um brado, mas uma manifestação do espírito: a tentativa de fundar uma pequena Angola no sertão baixo do Brasil.

Quando da queda da principal base do quilombo, em fevereiro de 1694, engendrara-se, portanto, três demandas complicadas abrangendo Caetano de Melo e Castro, Domingos Jorge Velho, seus soldados, e os padres da Companhia de Jesus. Basicamente, os assuntos diziam respeito ao delicado contrato de março de 1687; roubos supostamente acarretados por Tapuias do terço dos paulistas, e o destino dos negros adultos feitos prisioneiros. Tratarei cada uma destas querelas no momento oportuno.

Historiograficamente, é frágil medir que a tensão, os gastos e desgastes dos moradores dos distritos vizinhos, (prejudicados diretos pelo dispêndio da guerra), políticos e combatentes, poderiam gerar um ódio motivador do extermínio total, uma degola generalizada, por exemplo, maneira como foram executados alguns negros dominados em Palmares. Nativos do Rio Grande do Norte também tiveram o mesmo fim pelas mãos de Domingos Jorge Velho.

Certa vez, após um dos combates, degolou 260 tapuias, pelo que recebeu ‘parabem’ [sic] não mais de Matias da Cunha, morto em consequência da peste conhecida como *bicha*, a febre amarela, mas do arcebispo frei D. Manuel da Ressurreição, que assumira interinamente o governo da Bahia, em outubro de 1688<sup>61</sup>.

Porém, agora, o momento era outro. Os paulistas e o governo já conseguiam ter certa tranquilidade para pensar nas ações posteriores àquela vitória parcial. Os respectivos senhores podiam reclamar a posse de seus escravos fugidos, e ainda, governo e soldados, por certo, iriam se valer dessa situação para lucrar com os rebeldes frutos do espólio bélico, nomeadamente, as presas negras do conflito; e a Coroa queria seu quinhão: o quinto dos prisioneiros.

---

<sup>60</sup>Idem, p. 325.

<sup>61</sup>BANDEIRA, 2007, p. 230. Grifo do autor.

Caetano de Melo e Castro viera a financiar a guerra. O governador da capitania de Pernambuco, um dos auxiliares financeiros e logísticos do mestre de campo Domingos Jorge Velho nos custos de Palmares, daria sua apreciação quanto ao caso do fim dos negros, quiçá, sabendo das hostilidades que o assunto geraria entre o experimentado bandeirante e os jesuítas.

Melo e Castro foi responsável por fornecer *gente de guerra* e munição a Jorge Velho. Certa feita, estando o soldado do Palmares sem condições de fechar o cerco contra os negros na serra da Barriga, por ser o lugar “mui fortificado e com muitos fojos e estrepes e por ver o grande poder; do inimigo e a pouca gente que eu tinha para poder; cercar; o mocambo; do dito negro; que tinha uma légua em redondo”<sup>62</sup>, alegara Jorge Velho a pensar numa armadilha para circundar o quilombo. Neste ensejo, fora Melo e Castro quem providenciara suprimentos para a continuidade do combate.

O governador encarregara-se de prover socorro. Reiterava Jorge Velho em atestado de 8 de fevereiro de 1694:

me foi necessário; pedir socorro ao governador e capitão geral destas capitanias de Pernambuco; senhor Caetano de Melo e Castro; a que me socorresse com gente o que fez logo, com toda a brevidade afora as ordenanças me mandou; *cento e oito soldados pagos*, e por cabo, deles o capitão Antônio Pinto Pereira do terço do mestre de campo Izanobio Achiola de Vasconcelos o qual capitão assistiu comigo vinte e dois dias assistindo sempre com toda; pontualidade, e zelo em o serviço de Sua Real Majestade [...] pelejando em todo o dia matando e ajudando a matar, mais de trezentos negros e aprisionamos perto de seiscentos e em todo o discurso desta guerra<sup>63</sup>.

Na passagem acima, percebemos a ajuda providencial do governador, e o esforço evidente de fazer prisioneiros, o que ocorrera numa proporção variável de dois prisioneiros para um morto, nos combates entre janeiro e fevereiro de 1694. Naquela altura, Domingos Jorge Velho não imaginava que o solícito Caetano de Melo e Castro se mostraria um sujeito contraditório nas palavras.

Jubiloso com o sucesso conseguido nos quilombo dos Palmares, apenas dez dias depois da ajuda fornecida ao bandeirante paulista, em 18 de fevereiro de 1694, Caetano de Melo e Castro escrevera de Recife, Pernambuco, a D. Pedro II, em relato do êxito e das

---

<sup>62</sup>Atestado passado pelo mestre de campo paulista Domingos Jorge Velho, de 8 de fevereiro de 1694 em que certifica que o capitão Antônio Pinto Pereira assistiu com ele durante 22 dias em duas investidas que fizemos acerca dos negros. In: ENNES, 1938, p. 200.

<sup>63</sup>Idem, p. 200-201.

festividades espontâneas promovidas pela população, chegando a comparar o episódio à saída forçada dos holandeses do Brasil.

Senhor. Não me pareceu dilatar a Vossa Majestade a notícia da gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória, se não avalia por menos que a expulsão dos holandeses, e assim foi festejada por todos estes povos com seis dias de luminárias e outras muitas demonstrações de alegria sem que nada disto se lhes ordenasse<sup>64</sup>.

O governador tinha a astúcia necessária para lucrar com a animação das folias do episódio. Além de destacar a alegria dos residentes das capitanias próximas ao quilombo, não só, uma aguda ratificação da odiosidade nutrida à resistência dos comandados do negro Zumbi, mas também, uma associação do sucesso com sua administração.

Nessa mesma carta, Melo e Castro marcara num trecho destacado da comunicação endereçada a D. Pedro II: “estou esperando chegue a presa para que se tirem os quintos reais e o resto se reparta pelos que na guerra assistiram que foi o que antes dela ajustei com os mesmo paulistas”<sup>65</sup>. Deste modo, o administrador cumpriria sua palavra, a de João da Cunha Souto Maior, empenhada em nome de el rei, como rezara o capítulo quarto das obrigações mútuas entre Jorge Velho e Souto Maior: “4) Que o senhor governador lhe larga os quintos, que das prezas tocarem a Sua Majestade e joia sua para que tudo possa o dito coronel Domingos Jorge Velho repartir entre si e seus oficiais na forma que lhe parecer.”<sup>66</sup>.

O quinto das presas era proveito que a Coroa não abria mão. Isso estava mencionado como uma oração no alvará de confirmação de 7 de abril de 1693, versando a respeito das condições ajustadas com o procurador de Jorge Velho: “Que a condição quinta [do contrato de março de 1687] se guarde sem se alterar a sua sustância, com declaração somente, que fique salvo o quinto que me compete nas presas, e que os filhos que ficarem em Pernambuco será até idade de sete anos somente”<sup>67</sup>.

Certamente, a partilha dos prisioneiros deixaria o mestre de campo satisfeito com a divisão dos lucros da empresa.

---

<sup>64</sup>Carta do governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, de 18 de fevereiro de 1694, sobre a gloriosa restauração dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 194.

<sup>65</sup>Idem, p. 196.

<sup>66</sup>Condições e capítulos que o governador João da Cunha Souto Maior concede ao coronel Domingos Jorge Velho para conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros dos Palmares, do estado de Olinda, 3 de março de 1687 e retificação pelo marquês de Montebelo, datada de Olinda 3 de dezembro de 1691. In: ENNES, 1938, p. 239.

<sup>67</sup>Alvará de confirmação de 7 de abril de 1693 das condições ajustadas com o procurador do coronel dos paulistas Domingos Jorge Velho, pelo governador que foi de Pernambuco João da Cunha Souto Maior e retificadas pelo governador D. Antonio Félix Machado sobre a conquista dos negros dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 345-346.

Cinco meses e meio após o advento da notícia esperada pelo rei, pelos moradores, e em especial, por Jorge Velho, em razão das garantias assinaladas, Melo e Castro apresentara sua opinião a respeito do que fazer com os negros vencidos:

é conveniente conservá-los algum tempo na serra em que hoje assistem; porém não julgo será útil ao real serviço de Vossa Majestade que aquela gente fique fazendo sua morada nos Palmares porque experimentam as capitanias vizinhas maior dano em seus gados e fazendas que aquele que lhe faziam os mesmos negros levantados; e assim me parece que Vossa Majestade não deve dar terras naqueles distritos<sup>68</sup>.

O governador de Pernambuco tinha a consciência clara do problema representado pelos negros, caso ficassem juntos. Manteria-os na serra da Barriga para pensar na decisão tomada, mas por pouco tempo. A ideia estratégica consistia em desarticular todo o aparelho de sublevação, levando os rebeldes para longe da antiga morada, um pensamento circunstanciado no contrato de março de 1687, antes de começar a guerra.

As circunstâncias jurídicas desse polêmico documento, firmado em nome de D. Pedro II, entre João da Cunha Souto Maior e Domingos Jorge Velho estava entre as matérias abordadas por Melo e Castro na carta, e vieram à tona. Porém, quanto ao acordo com Jorge Velho, o governante que falava meses depois, parecia não pensar da mesma forma. Entendia bastava

em honrar ao mestre de campo com *um hábito de Cristo e alguma tensa* lhe premia o que obrou naquela guerra em a qual não se deve atender ao contrato que o dito mestre de campo fez com o governador João da Cunha Souto Maior e que Vossa Majestade foi servido confirmar<sup>69</sup>.

Alegara “*porquanto os paulistas não satisfizeram as obrigações do dito contrato em que a mais principal, foi fazerem a dita guerra eles só a sua custa; o que se viu tanto ao contrário que as despesas de tudo foram feitas pela fazenda real e pelos moradores*”<sup>70</sup>, e nesse último ponto, considerando apenas o ônus financeiro, e não humano, Melo e Castro estivera sendo coerente.

Em 15 de novembro do mesmo ano, dois meses e dez dias após, o Conselho Ultramarino nas pessoas do conde de Alvor, Bernardim Freire de Andrada, João de Sepúlveda

<sup>68</sup>Carta de Caetano de Melo e Castro, datada de Pernambuco de 4 de agosto de 1694, em que dá notícia do feliz sucesso que teve nos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 197-198. Grifo meu.

<sup>69</sup>Ibidem. Grifo meu.

<sup>70</sup>Idem. Grifo meu.

e Matos, e Joseph de Freitas Serrão, igualmente ao alegar a inadimplência do contrato, entenderam que

os paulistas não cumpriram da sua parte tudo a que se obrigaram, para que fosse firme, e recíproco o contrato que com eles se fez; que neste particular se deve seguir o meio que o mesmo Caetano de Melo e Castro, aponta, honrado Vossa Majestade ao cabo com a mercê do hábito de Cristo com cinquenta mil reis de tensa efetivos<sup>71</sup>.

A adoção dos apontamentos do governador o colocara em tese do mesmo lado dos quatro consiliários. Nem sempre o rei ouvira os conselheiros. Mas, Melo e Castro saíra na frente na disputa, por gozar de opinião cômoda de figurões, junto às Cortes de Lisboa. Além disso, Domingos Jorge Velho era célebre nas matas do interior brasileiro, respeitando entre seus esquadrões e patrícios, até mesmo conhecido de vultos influentes do governo geral e da política colonial. Embora, em Lisboa, talvez, o corsário dos sertões pudesse ser visto apenas como um bisbilhoteiro ignorante.

O silêncio da morte corria tenebroso. Na noite entre os dias cinco e seis de fevereiro de 1694, atravessariam ambos os beligerantes uma intensa luta nos Palmares. Investira vacilante “o capitão mor Bernardo Viera de Melo, que por haver chegado o último, ainda não tinha acabado de bloquear a sua parte”<sup>72</sup> prejudicando em parte o desenlace da ação da força paulista. Transcorridas algumas horas “no quarto da modorra da noite [...] tumultuosamente com toda a sua gente, e bagagem, quis seguir o poder por ali, e as sentinelas daquele posto os não sentiram senão já no fim de sua retaguarda, em a qual ia o mesmo Zumbi, que ali velou duas pelouradas”<sup>73</sup>. Mas o terço são paulista obtivera vantagem no ataque, “e como fazia escuro, e isto era na borda do precipício caíram muitos [quilombolas] por ele abaixo, cousa de duzentos, matariam outros tantos, e aprisionariam quinhentos e dezenove de todos os sexos, e idades”<sup>74</sup>.

Com relação às ligações com o mestre de campo, de auxiliar na guerra o governador passaria por uma atitude aleivosa a respeito do trato avocado em março de 1687. De certa forma, Melo e Castro acabara por confabular perante a Coroa para o prejuízo do contrato assumido entre seu antecessor e Domingos Jorge Velho. Se esmiuçarmos bem o texto do

<sup>71</sup>Consulta do Conselho Ultramarino de 15 de novembro de 1694, sobre as cartas que escreveu o governador de Pernambuco acerca da vitória que se alcançou na guerra dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 192-193.

<sup>72</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz sem eu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitânicas de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 323.

<sup>73</sup>Idem.

<sup>74</sup>Idem.

documento convite de João da Cunha Souto Maior, citado em suas passagens cruciais no início deste subtópico, não havia nenhum termo obrigando o mestre de campo a custear unilateralmente as despesas da guerra. Muito pelo contrário, pressionado pela população, João da Cunha Souto Maior prometera a fazenda real custear parte das despesas, ao passo que os paulistas exigiram somente *alguns partidos*.

Caetano de Melo e Castro não mudaria de maneira brusca de direção nos pensamentos, sem apresentar uma justificativa convincente. De acordo com ele mesmo: “tendo os paulistas setecentas e tantas almas só trezentas se acharam capazes de armar quantia tão limitada que não fora possível conseguirem cousa alguma naquelas partes”<sup>75</sup>, por ser o produto dos recursos humanos insuficientes.

Porém, na extensa alegação dos paulistas a figura de Melo e Castro impregnara um quadro em tons de corrupção, traição e distorção. O acalorado debate em torno da contenda protagonizada pelo governador e os soldados paulistas ocupariam algumas folhas delicadas da documentação alusiva aos desfechos do conflito. Segundo os paulistas, os 519 prisioneiros de guerra

*todos entregou o superintendente mestre de campo aos cabos auxiliares; por o haver ordenado assim o dito governador de Pernambuco atual para que lhos levassem para se quintarem pela fazenda real, e se repartirem com equidade, e justiça; porém não se teve respeito a [parte] dos superintendentes porque havendo eles pensado em os ditos cabos menos ambição, e mais obrigação de agradecimento do benefício que por meio dos superintendentes eles, suas famílias e suas fazendas vinham receber, e no dito governador atual mais lembranças do sucessos do Açú [no Rio Grande do Norte], das misérias, e perdas, que tínhamos padecido, da glória que lhe tínhamos adquirido, de se haverem destruído os negros dos Palmares no primeiro ano de seu triênio*<sup>76</sup>.

Sem sombra de dúvidas os homens de Jorge Velho se sentiam golpeados pelas costas. Os procuradores paulistas não pouparam palavras para acusar Caetano de Melo e Castro. Como outras passagens textuais, são recorrentes as pontuações em itálico – um traço marcante para fortalecer a argumentação. E segue a citação:

*em ele [o governador] e em eles experimentamos o contrário; porque do procedido de trezentas, e setenta e quatro cabeças (que não apareceram*

<sup>75</sup>Carta de Caetano de Melo e Castro, datada de Pernambuco de 4 de agosto de 1694, em que dá notícia do feliz sucesso que teve nos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 198.

<sup>76</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz sem eu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitâneas de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 323-324. Grifo do documento.

*mais na praça de Pernambuco) que montaram além de dez mil cruzados, não deram aos superintendentes mais de quinhentos, e sessenta mil reis em dinheiro e quatrocentos e quarenta reis em fazendas por preços assaz crescidos: está apenas chegou para uma camisa, e calções a aqueles que a vestem, e aquele mal bastou (se bastou) para pagar algum mantimento que com muito dinheiro o superintendente mestre de campo havia comprado para em algum modo remediar a fome. Que seu terço padeceu, nos dez meses do dito quartel de inverno na paragem [...] e o proveito foram para outros, e os trabalhos, as misérias, e as perdas foram para os superintendentes o quais, se nus, mortos à fome, e perdidos estavam na guerra, famintos, e nus, e perdidos ficaram depois da vitória<sup>77</sup>.*

Uma acusação de Melo e Castro atribuída aos Tapuias de Domingos Jorge Velho soara agressiva. A ocorrência de “roubos que fazem os Tapuias de que se compõem o terço dos ditos paulistas se me fizeram algumas queixas pelos moradores confinantes aqueles distritos”<sup>78</sup>. É sensato desconfiar um pouco da denúncia feita pelo governador. O clima de tensão da região próxima ao quilombo, imbuía à população de um comportamento, onde muitos roubos, assassinatos, invasões ou depredações eram rapidamente comunicados ao governo no litoral. Veiculados pelos moradores e a administração colonial, os relatos podiam correr exagerados pelas veias dos chãos de Pernambuco e do Brasil. Fatalmente, nos tempos de colônia, fosse contra nativos ou negros, em momentos variados, os vassalos de Sua Majestade utilizavam-se da violência movida por ambos para viabilizar a *guerra justa* e avançar pelo interior com o gado, ou conter motins dos negros. O próprio Jorge Velho possuía esse argumento, na tentativa de endossar suas ações contra os povos autóctones do sertão, como já observamos no capítulo anterior. No entanto, não deixa de ser estranho. O governador mais uma vez buscara uma superposição para vilipendiar os direitos do coronel dos paulistas.

Como resposta para o problema o administrador objetivara no mês de setembro de 1694, estabelecer “duas aldeias de índios que em outra carta aviso a Vossa Majestade e com a chegada das ditas aldeias que se hão de situar entre os paulistas e as fazendas e currais se evitará este dano”<sup>79</sup>, um medida que teria lá seu fim político – ter um bom conceito perante o comando de Lisboa.

O escopo do governo colonial era endereçar os negros prisioneiros para lugares distantes, inclusive, portara o capítulo 5º do contrato de que venho tratando. O conteúdo jurídico do documento estabelecera “que depois de extinguidos os ditos negros se não poderão

<sup>77</sup>Idem. Grifos do documento.

<sup>78</sup>Carta de Caetano de Melo e Castro, datada de Pernambuco de 4 de agosto de 1694, em que dá notícia do feliz sucesso que teve nos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 198.

<sup>79</sup>Idem.

servir deles nestas capitâneas e será ele Domingos Jorge Velho obrigado a mandar por nesta praça de Recife *todas as prezas* para dela as mandar vender no Rio de Janeiro, ou a Buenos Aires”<sup>80</sup>. É provável essa diretiva estivesse orientada por uma atitude cristã católica com relação ao futuro das crianças, porque só poderiam ficar “os negros filhos dos Palmares de idade de sete até doze”<sup>81</sup>, afinal, seria interessante ficar bem aos olhos da Igreja. Os termos asseguravam a Domingos Jorge Velho “que uns, e outros serão vendidos por conta do dito coronel; e de sua gente; porque para será a sua valia”<sup>82</sup>.

Melo e Castro fizera viagem a Palmares por mar. Todavia, depois de deixar seus aposentos, agora em Palmares, dera uma declaração do teatro de operações qualificadora do sujeito embusteiro e de conduta duvidosa que assumia.

Com as seguintes palavras procurava explorar o lado político da vitória junto ao rei, como se a honra fosse um troféu que se leva nas mãos; o prestígio, um corcel que se cavalga nos vales da perfídia; e o poder, um dos frutos da bajulação:

Creio se dará Vossa Majestade por bem servido *até aqui tenho obrado* e quando assim seja ficarei tendo neste seguro as maiores honras e prêmios *desejando se ofereçam novas empresas nas quais a troco do meu sangue, vida e fazenda alcancem as armas de Vossa Majestade mui repetidas vitórias, sendo castigados todos aqueles que faltem a sua devida obediência.* Deus guarde a muito alta e real pessoa de Vossa Majestade por dilatados anos como diziam todos os seus vassallos *e este mais que todos*<sup>83</sup>.

Possa estar sendo eu um tanto duro na observação da pessoa de Caetano de Melo e Castro. O governador tivera suas contribuições para dismantelar o quilombo. Entretanto, suprimidas as possíveis rispidezes analíticas, não foram encontradas menções na documentação oficial, de que aquele homem público estivesse lutado com suas mãos e pernas nos Palmares. Como ressaltei o auxílio de Melo e Castro se resumira a recursos humanos e financeiros, o que não deixara de ser importante. O modo como falara assemelhasse a alguém tendencioso a tirar proveito político da situação.

Bento Sorrel Camiglio dera ares de que tomara conhecimento das declarações de Melo e Castro. Procurador dos paulistas de Domingos Jorge Velho, diante de tantas

---

<sup>80</sup>Condições e capítulos que o governador João da Cunha Souto Maior concede ao coronel Domingos Jorge Velho para conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros dos Palmares, do Estado de Olinda, 3 de março de 1687 e retificação pelo marquês de Montebelo, datada de Olinda 3 de dezembro de 1691. In: ENNES, 1938, p. 239. Grifo meu.

<sup>81</sup>Idem.

<sup>82</sup>Idem.

<sup>83</sup>Carta do governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, de 18 de fevereiro de 1694, sobre a gloriosa restauração dos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 196. Grifos meus.

exasperações, nitidamente indignado com o governador, o mandatário dos bandeirantes resolvera dar uma resposta. Elaborou um documento dirigido a D. Pedro II, que em suma, esmiuçava os termos do pacto estabelecido com João da Cunha Souto Maior e as condições sumárias para o terço de infantaria comandado por Jorge Velho permanecer na campanha dos Palmares. Com capricho, dedicara um quinhão especial do texto ao governador de Pernambuco, ao tratar do fatídico contrato de 1687, Sorrel Camiglio pontuara:

1.º Primeiramente que na suposição de que o governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro diga que as condições que o mestre de campo Domingos Jorge Velho contratou com o governador João da Cunha Souto Maior e depois confirmadas por Vossa Majestade são nulas, não o podem ser; porque só o seriam se o dito mestre de campo houvesse faltado por sua culpa ou ainda por algum acidente a alguma delas, como se declara no último art. Delas; *sed, sic, est*<sup>84</sup>, que nem ele, nem algum dos seus oficiais faltaram hoje, logo não são nem podem ser por culpa dos ditos nulas; logo o dito governador não tem razão de as aclamar tais<sup>85</sup>.

Em posição de defesa, Sorrel Camiglio já deixara em suspenso a possível interseção de Melo e Castro contra os interesses dos paulistas, um resquício de que, se o procurador dos não soubesse das confabulações, considerava-as perfeitamente prováveis<sup>86</sup>. Sem dúvida, o conteúdo das intrigas entre os militares paulistas e o governador tivera a marca de um choque de versões, em que Caetano de Melo e Castro, tentara desestabilizar o contrato denunciando o seu descumprimento, mas elencara motivações escusas para tanto. As refregas não parariam por aí.

Bento Sorrel Camiglio era um advogado atento às oportunidades dos desdobramentos que a vitória lograria aos soldados. Ao perceber uma oportunidade pontual para lucrar aos paulistas as terras o procurador lembrara com inteligência. Deixe-me o leitor lembrá-lo também desse marcante entrevero.

Reiteradamente expus que com os pesados gastos da guerra, em grande medida custeados pelos vassallos do rei residentes próximos ao quilombo, ao que expus isso em números em dinheiro, causaram uma partida interiorana, visto que muitos deixavam suas terras para tentar a vida longe da efervescência bélica daquelas paragens. O advogado dos

<sup>84</sup>Do latim para o português: porém, sim, é.

<sup>85</sup>Condições que os são paulistas do terço de infantaria de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho pedem que se lhe concedam para poder continuar nos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 213.

<sup>86</sup>O documento utilizado para processar essa minha inferência é o mesmo da nota de rodapé anterior, mas não está datado. A distância temporal entre as colocações do governador Caetano de Melo e Castro, feitas em 4 de agosto de 1694, e as do procurador dos paulistas, infelizmente não podem ser precisadas. Ainda assim, ambos os textos possuem características diretamente comunicantes, como, palavras acaloradas, tratar do mesmo assunto e troca de farpas. Por tudo isso, presume-se estarem a tratar dos mesmos temas.

paulistas resolvera reivindicar perante o rei a posse das terras outrora habitada pelos negros, para seu mestre de campo.

Ele tinha tido argúcia política no momento oportuno. A citação é longa, porém pertinente. No entender do defensor:

Nestas terras ocupadas dos negros dos Palmares, *senhor suposto que há muitos pretendidos donos*, a nenhum se prejudica em Vossa Majestade as mandar todas sem essa cláusula; *porquanto dado que os haja, todos eles tem, pela lei das sesmarias, perdido o direito de as possuir; pois deixarão de as povoar no tempo prefixo que o deviam fazer; para que sendo-lhes concedidos três anos para isso, deixarão de o fazer, e mais de dez, e em mais de vinte, e em mais de trinta, ou sessenta: e com esta dizimação ou impossibilidade de as povoarem e granjearem tem perdido o dito direito.* Portanto Vossa Majestade há de ser servido mandar declarar que as ditas terras se darão ao dito mestre de campo Domingos Jorge Velho, e a gente do seu terço são paulista sem embargo de se haverem dado antigamente a outras pessoas; porque todas tem perdido seu direito por as não haverem povoado logo que se lhe deram; porquanto se houverem feito, não haveriam achado os negros oportunidade de formar tanta potência: e como hoje os paulistas as conquistam e povoam, tem adquirido para si todo o direito que aqueles perderam<sup>87</sup>.

Aparentemente, o argumento de Bento Sorrel Camiglio apoiava-se num critério do direito romano conhecido por *uti possidetis*<sup>88</sup>, muito comum na época das grandes viagens marítimas ibéricas, segundo o qual, o indivíduo ou nação que ocupava, cultivava e utilizava uma terra fazia-se proprietário da mesma, e o que a abandona, perde o direito de posse sobre o lugar.

Embora eu estivesse a imaginar a probabilidade desses moradores serem egressos das terras do quilombo por motivo do custeio da guerra pelos dados de Sorrel Camiglio, pois alguns já faziam até sessenta anos que não as povoavam, acredito que esse tipo de pessoas eram sesmeiros que abandonaram as terras pelo medo de as povoar, temendo a ameaça vizinhança rebelde.

O procurador dos paulistas fizera referência à quebra da legislação sesmarial, e não as motivações dos antigos moradores, nem as ligando aos incômodos adventícios dos rebeldes no calor dos acontecimentos que cercaram as agitações. Segundo o advogado, esses sesmeiros nem sequer chegaram a povoar as terras. Independente disso, não resta dúvida, a ausência destes habitantes criara uma conjuntura propícia para formação e fortalecimento dessa resistência negra seiscentista.

<sup>87</sup>Condições que os são paulistas do terço de infantaria de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho pedem que se lhe concedam para poder continuar nos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 220.

<sup>88</sup>Do latim para o português: Como possuís.

Minhas inquirições prosseguiram e não obtive uma satisfação convincente acerca das bases dos acirramentos pelos negros prisioneiros. Felizmente, uma passagem textual daquele procurador anônimo da fazenda real, citado em trecho antecedente deste tópico, me permitiu arquitetar uma acareação pelo cruzamento dos dados das fontes.

É pois a 1ª queixa dos superintendentes que aprisionando 519 cabeças de escravos de todo o sexo, e idade, os quais entregaram aos cabos de infantaria para; só apareceram em Pernambuco 374 e que importado seu preço mais de dez [cruzados], se lhes deram a eles somente 560 [mil] reis em dinheiro, e 440 reis em fazendas por preços sobidos<sup>89</sup>.

Seria possível concluir que as cifras exatas á versão dos paulistas constituíra tão somente uma conferência passada de antemão pelos militares, não fosse esta opinião pessoal do procurador da fazenda:

Sobre este particular parece, que deve informar o governador de Pernambuco; enviado a distribuição, que se fez desta presa; e dando a causa de chegar tão diminuta, e da que houve para os superintendentes terem dela tão pouca parte, merecendo a maior<sup>90</sup>.

Por estar ausente da intemperança das versões, estes sujeitos históricos permitira-me apresentar um desfecho plausível, sobretudo, porque estaria subjetivamente fora do burburinho. Quanto a isso, é preciso considerar o favorecimento dos anseios do rei de Portugal. Normalmente, esse tipo de funcionário, considerando a análise do conceito de *redes familiares* no império ultramarino português, ascendia à estrutura de poder, por meio dessas estruturas parentais<sup>91</sup>. A posição estava na mesma direção e vontade dos paulistas, o que faz desconsiderar ligações impróprias desse empregado régio com Caetano de Melo e Castro, nem por isso uma preferência explícita pelos interesses reais.

Em toda essa discordância, enquanto os dados sobre os prisioneiros batem com as informações dos paulistas e do procurador da fazenda real, os números do governador divergem. O hipoteticamente chama atenção. Quando estivera nos destroços do reduto

<sup>89</sup>Parecer do Procurador da Fazenda sobre as queixas e requerimentos dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 311.

<sup>90</sup>Ibidem.

<sup>91</sup>Essa reflexão sustenta-se nos estudos dos seguintes autores: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX* (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2005 e PAIVA, Eduardo França. (Org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

quilombola, Caetano de Melo e Castro afirmara: “passam de quinhentos mortos [...] os mais cabos de nome entre eles e os que ficaram vivos são prisioneiros; donde o número passa de *seiscentas peças* e na demanda dos fugidos se continua ainda a vitória”<sup>92</sup>.

Não posso excluir o intuito do governador de aumentar a quantidade de presas para tentar afaná-las, ao serem remetidas a Pernambuco. O acirramento fica suficientemente inconcluso do ponto de vista lógico, pelo acréscimo ao redor de 100 prisioneiros nos cálculos do contraditório governador de Pernambuco. Para ganhar com o contrabando das presas seria muito mais provável a queda da quantificação, e não o avanço. Para mim, as divergências ao redor dessas informações continuam como um mistério.

Os negros dos Palmares foram muito temidos. Durante o tempo em que estiveram estabelecidos no quilombo, políticos e moradores atribuíam aos rebelados toda uma sorte de atrocidades – assaltos, roubos, latrocínios, assassinatos, invasões a fazendas, ainda quando o infortúnio não fosse obra dos rebelados, eles tendiam a serem responsabilizados.

A sugestão do governador de Pernambuco, em manter os negros no terreno do conflito ainda deixava o assunto sem uma solução concreta. Mantê-los no Outeiro da Barriga era correr o risco de reacender um barril de pólvora outrora já detonado. Os primeiros a fazerem oposição à ideia seriam os habitantes próximos a Palmares, afinal, eles sustentaram a duras penas a guerra.

A justificativa do procurador dos paulistas para o ganho do antigo solo dos negros era a de que desejavam “convocarem outros muitos moradores seus patrícios”<sup>93</sup>. Sorrel Camiglio possuía domínio do direito, mas entendia também de estratégias militares, e das artimanhas típicas dos jogos entre os homens. Não pudera ser por menos, vivera entre homens de armas, e a defesa da causa paulista proporcionara-lhe exercitar a última qualidade. Avaliara “que em São Paulo já não há aonde lavrem e plantem: e essa transmigração será cousa de grande utilidade a estas capitânias”<sup>94</sup>.

Com a proposta, o delegado de Domingos Jorge Velho sugerira que essa gente traria contribuições para os sertões “e uma das principais será, servirem de um forte muro contra as invasões dos tapuias bravos e se tirará toda a ocasião aos negros de tornarem outra vez formar habitação nestes matos”<sup>95</sup>.

---

<sup>92</sup>Carta do governador Caetano de Melo e Castro, de 18 de fevereiro de 1694, sobre a gloriosa restauração dos Palmares. Grifos meus.

<sup>93</sup>Condições que os são paulistas do terço de infantaria de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho pedem que se lhe concedam para poder continuar nos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 220.

<sup>94</sup>Ibidem.

<sup>95</sup>Idem.

Ao contrário de Caetano de Melo e Castro, um tanto alheio às qualidades de estrategista e conciliador, Bento Sorrel Camiglio, mesmo que favorecendo os interesses dos paulistas, conciliava a estratégia militar com um programa de defesa sólido em longo prazo, e não uma medida paliativa. O alibi acarretava aos paulistas créditos junto à Coroa, caso esse parecer chegasse ao conhecimento do rei, uma grande ambição tendo em conta as prováveis intersecções adversas de Melo e Castro.

Juntou-se a esse clima de tensão, as reiteradas cobranças de mercês e prêmios ainda prometidos no governo de João da Cunha Souto Maior. Domingos Jorge Velho enviara carta a D. Pedro II em uma de suas muitas requisições. Alegava ter abandonado fazendas, sítios e terras no Estado do Maranhão e Piauí, para partir acompanhado da incerteza e de promessas de tensas em Palmares.

Os velhos grilhões da escravidão para os prisioneiros. Não era o que pensavam os padres da Companhia de Jesus. Junto com o governador e contra Domingos Jorge Velho, os religiosos vieram a protagonizar um acirramento pontual pelo destino dos negros. É preciso atenção para não deixar a problemática histórica repousar no sucinto maniqueísmo entre os religiosos e Domingos Jorge Velho. Ao contrário do que a historicidade pode produzir em torno da torpeza das imagens e descrições daquele pirata dos sertões, Jorge Velho possuía certa habilidade nas intenções. Sua destreza não se resumia ao manejo do punhal e do arcabuz.

Na carta de 15 de julho de 1694, Domingos Jorge Velho cobrara de D. Pedro II, todas as promessas feitas por João da Cunha Souto Maior, em março de 1687. Ao abordar o assunto do que se fazer com os negros adultos prisioneiros dissera o bandeirante:

mandaram os governadores de Pernambuco a requerimento dos padres da Companhia que eu tornasse a por em liberdade, e assim o fiz ( e eles [os Jandoins] são hoje os que tornam a renovar essa rebelião e guerra) com que nenhum lucro me ficou dessa guerra<sup>96</sup>.

Os problemas de Jorge Velho pareciam não ter fim. Quando postos em liberdade, assim como os Jandoins, os quilombolas quase nunca tendiam a querer voltar à vida escrava. O transcurso do tempo, as dificuldades, as perseguições e o sofrimento no desempenho daquela modalidade de combate, os faziam estar dispostos a morrer no propósito de lutar pela liberdade.

---

<sup>96</sup>Carta autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 205.

É preciso uma aproximação do imbricado complexo histórico humanista. Para isso, é perigoso avaliar as antipatias características do imbróglio envolvendo Caetano de Melo e Castro, Domingos Jorge Velho e os jesuítas, com relação às possibilidades imediatas de cada um desses agentes terem deliberadamente concorrido para prejudicá-los entre si.

É desfavorável do ponto de vista historiográfico asseverar essas situações, muito embora, a análise documental e o cruzamento dos paradoxos presentes nos textos oficiais permitam chegar a conclusões fechadas. Considerando as motivações o meu interesse é avaliar as circunstâncias que marcam no complexo das relações de causa e efeito, situar os nódulos onde esses atores históricos foram afetados, incondicional às ações.

Na questão da soltura dos negros, no mínimo, o cumprimento do desejo dos sacerdotes com relação aos rebeldes deixara o bandeirante suficientemente descontente. Não era mais o soldado dos dias de vitória, estaria com os brios feridos por ter de dobrar-se às ordens dos religiosos, e pelo prejuízo da guerra para si e seus homens. Desconfio irremediavelmente que ali houvera o dedo do governador, afinal, essa liberdade fora discutida entre Melo e Castro e os jesuítas. Esse é um exemplo do que tentei teorizar no parágrafo imediatamente anterior a este. Juntos, mancomunados ou não com o escopo de ferir Jorge Velho, os padres e o governador conseguiram golpear o orgulho do experiente soldado dos sertões.

Desta vez, subvertendo o entendimento dos jesuítas e dos governadores de Pernambuco, isto é, a soltura dos negros, criara uma ampla superposição para atacar perante Vossa Majestade os seus antagonistas. De certa forma, Jorge Velho invertera o assunto e começara a tratar da experiência com os gentios, por lidar a tantos anos, desde a vida em São Paulo. O bandeirante poderia argumentar com maior propriedade para preterir os religiosos. Ao falar de seu terço destacara:

Primeiramente nossas tropas com que imos à conquista do gentio brabo [sic] desse vastíssimo sertão, não é de gente matriculada nos livros de Vossa Majestade nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são umas agregações que fazemos alguns anos, entrando cada um com os servos de armas que tem<sup>97</sup>.

Com tipos de gente mestiça, nativos de diversas etnias capturadas desde São Paulo até o Rio Grande do Norte, carente de hábitos citadinos dos homens de destacados centros coloniais, para o tempo, a lembrar, Salvador, São Luís, Olinda e Recife, e de modos ditos *incivilizados* e pagãos era composta a tropa. Talvez, outra característica dos seguidores de

---

<sup>97</sup>Idem.

Jorge Velho era um desconhecimento cultural específico e preciso da maioria destes, sobretudo, os de matriz ameríndia. Segundo números do próprio bandeirante eram “800 e tantos índios, e de 150 brancos quando chamado de Vossa Majestade e de seu governador João da Cunha Souto Maior”<sup>98</sup>.

Em trecho seguinte, Jorge Velho atacara com veemência, mas de forma indireta seus rivais. No entanto, pelo sentido das proposições é simplista imaginar que suas críticas estavam sendo dirigidas tão somente aos padres da Companhia de Jesus. Dissera o bandeirante:

juntos íamos ao sertão deste continente *não a cativar (como alguns hipocondríacos pretendem fazer crer a Vossa Majestade)* senão adquirir o Tapuia gentio brabo [sic] comedor de carne humana para o reduzir ao conhecimento da urbana humanidade, e humana sociedade à associação racional trato, para por esse meio chegarem a ter aquela luz de Deus e dos mistérios da fé católica que lhe basta para sua salvação (*porque em vão trabalha, quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens*) e desses assim adquiridos, e reduzidos, engrossamos nossas tropas, e com eles guerreamos a obstinados e renitentes a se reduzirem: e se ao depois nos servimos deles para as nossas lavouras; nenhuma injustiça lhe fazemos; pois tanto é para os sustentarmos a eles e a seus filhos como a nós e aos nossos: *e isto bem longe de os cativar, antes se lhes faz um irremunerável serviço de os cativar a saberem lavrar, plantar, colher, e trabalhar para seu sustento, cousa que antes que os brancos lho ensinem, eles não sabem fazer*<sup>99</sup>.

A análise das colocações de Domingos Jorge Velho requer um esmero analítico. As duras apreciações tecidas por aquele homem de armas estava sustentada em dois aspectos fundamentais: 1º) Sublinhar com firmeza o empenho dos bandeirantes para adquirir Tapuias, incorporando-os à tropa, ensinando-lhes a extrair da terra o sustento seu e dos desbravadores, desconsiderando esse trabalho uma modalidade de escravidão. Era como se estivesse insinuando que apesar da natureza silvícola da maioria de seus homens, ele, o bandeirante, conseguia lograr êxitos consideráveis e ter o controle da tropa. Com isso, punha em desconfiança o viés da colonização movida pelos religiosos perante o rei. Em certo ponto, queria fazer acreditar a Vossa Majestade que a catequese, as missões e os aldeamentos eram que focos de escravização suscetíveis a sublevações; 2º) É nítido como Jorge Velho julga os padres, e talvez, Melo e Castro ingênuos, ao chamá-los de *hipocondríacos*. No cerne desta questão temos a oposição de dois *projetos coloniais*. Para o bandeirante era preciso extrair da força de trabalho dos nativos, e depois então, inseri-los na fé católica, do contrário, o prejuízo para a Coroa era provável.

---

<sup>98</sup>Idem.

<sup>99</sup>Idem.

Meu caro leitor, esperemos um pouco. Se recordarmos bem, o governador de Pernambuco, em agosto de 1694, houvera tecido uma acusação a respeito de roubos realizados pelos Tapuias de Jorge Velho. A solução proposta por Melo e Castro para contornar a questão fora no mês de setembro de 1694, fundar “duas aldeias de índios [...] e com a chegada das ditas aldeias que se hão de situar entre os paulistas e às fazendas e currais se evitará este dano”<sup>100</sup> acreditava o administrador. Ao observar com atenção o trecho “porque em vão trabalha, quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens”<sup>101</sup> da carta de 15 de julho de Domingos Jorge Velho, e considerando um pequeno espaço de tempo entre as cartas temos outra explicação para esta intriga.

Por um lado, a possível soltura dos negros mancomunada em concordância entre os jesuítas e o governo, podia ser uma atitude deliberada, creio, mais pela parte do governador, do que dos jesuítas, para ferir o orgulho de combatente de Domingos Jorge Velho. Por outro, a ingenuidade dos seus rivais era assinalada pelo bandeirante numa crítica ao estabelecimento das duas aldeias, controladas, por certo, pelos padres.

Esse pensamento é fortalecido quando o governador afirma, logo após manifestar o escopo de fundação das duas aldeias. Há uma passagem da carta de Caetano de Melo e Castro que decidi citar somente agora. Esse trecho aponta um norte explicativo para o acirramento entre o governador de Pernambuco e Jorge Velho:

também dou parte a Vossa Majestade que seguindo a ordem de lançarem fora e para partes distantes destas capitânicas os negros grandes que se aprisionassem chamei a minha presença o ouvidor geral e o vigário geral e alguns prelados e religiosos doutos para conferir se esta ordem de Vossa Majestade se devia entender juntamente com a negras fêmeas e os negros cativos; e uniformes resolveram que deste modo se devia entender a dita ordem tanto pela palavra com que se explica ser genérica como por se saber que as negras e os escravos que chegaram a ter aquela liberdade ficam sendo os menos seguros pelo que a experiência tem mostrado; e nesta consideração me resolvi que uns e outros fossem para; e me parece conveniente mande Vossa Majestade se continue nesta mesma forma enquanto se não acabam de todo os negros dos Palmares ainda que se prendam em diferentes porquanto dos ditos Palmares fugiram muitos e se espalharam por estes sertões; isto é o que entendo Vossa Majestade ordenará o que for servido<sup>102</sup>.

<sup>100</sup>Carta de Caetano de Melo e Castro, datada de Pernambuco de 4 de agosto de 1694, em que dá notícia do feliz sucesso que teve nos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 198.

<sup>101</sup>Carta autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 205.

<sup>102</sup>Carta de Caetano de Melo e Castro, datada de Pernambuco de 4 de agosto de 1694, em que dá notícia do feliz sucesso que teve nos Palmares. In: ENNES, 1938, p. 198-199.

Ainda que o assunto já fosse outro, esta passagem mostra que o governador gozara de uma boa relação com esses *religiosos doutos* aos quais concordava e consultava. No Brasil colonial, em assuntos de guerra concernentes ao destino de almas ameríndias ou negras, os olhos da Igreja sempre ambicionavam estar a par. Se o tempo e a história aplicam lições, Caetano de Melo e Castro teria sentido que as palavras de Domingos Jorge Velho continham mais experiência (como ele constatara) que implicância. O administrador das capitanias de Pernambuco acabaria por reconhecer que ter os quilombolas perto de seus domínios, pelo tempo que fosse, não era ideia, nem negócio interessante.

Assim também, os jesuítas logo vieram a receber a sentença recebida pela defesa que faziam dos rebelados, depois de tentarem em vão custodiá-los e cristianizá-los. Numa pose de lamentação Domingos Jorge Velho lastimara “a grande perda de escravos que esta guerra lhes deu, se lhes impediu o sujeitá-las a requerimento dos padres da Companhia, aos quais esses mesmos”<sup>103</sup> sentindo a resistência dos negros, agora, “pouco tempo depois fizeram arrepender de suas intempestivas intersecções , e indiscreta piedade”<sup>104</sup>. Para o mestre de campo a solução continuava sendo “que nas terras façam grandes povoações (digo senão façam) perpetuamente haverá covis de negros rebelados nelas”<sup>105</sup>.

O esclarecimento das questões expostas nesse tópico permitiu qualificar a influência de aspectos políticos e religiosos para os desdobramentos das intrigas que cercavam Domingos Jorge Velho, João da Cunha Souto Maior, Caetano de Melo e Castro, Bento Sorrel Camiglio e os jesuítas no contexto do conflito em Palmares.

O tom dos discursos de Caetano de Melo e Castro, Bento Sorrel Camiglio e Domingos Jorge Velho evidenciaram um choque pontual de versões. O governador aparentara ter uma boa relação com os religiosos, o que poderia, ainda mais, ter contribuído para utilizar deste artifício para golpear os brios do bandeirante paulistas. Domingos Jorge Velho tivera muitos adversários. Sem dúvida, Caetano de Melo e Castro, em momento amigo, ficaria para ele, no mínimo, como um desafeto. Porém, sua condição de bandeirante, a ambição e as promessas do governador João da Cunha Souto Maior seriam suas chagas de toda a vida.

Peço licença ao leitor para citar um trecho em que Domingos Jorge Velho súplica seus lucros a Coroa. Relevante não era mais esse suplicio, mas o modo como, depois de

---

<sup>103</sup>Requerimento que aos pés de Vossa Majestade humildemente prostrado faz sem eu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre de campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a Vossa Majestade na guerra dos Palmares contra os negros rebelados nas capitanias de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 340.

<sup>104</sup>Idem.

<sup>105</sup>Idem.

marchar léguas a fio pelo sertão, avaliando o malogro material e humano para depois da guerra, lamentava a situação de suas terras nos rincões do Piauí:

A Vossa Majestade, e humildemente prostrado a seus reais pés, pede o superintendente mestre de campo do dito terço que não permita Vossa Majestade que em sequencia do grande zelo, trabalhos, e perdas, *com que ele veio servir a Vossa Majestade de tão longe, haver servido, dez, ou doze anos, com as obras e sucessos que a Vossa Majestade constam*, se veja forçosamente obrigado a largar este serviço, pois se a gente o desamparar não poderá o fazer; e se verá reduzido à miséria sua, e forçado a tornar ir vagar por esse sertão a conquistar de novo aonde viva; *porque as terras que ele largou [no Piauí] já estão ocupadas de outros, e seus gados comidos, ou furtados: ficando em perpétua memória a gente são paulista que isto sucedeu a Domingos Jorge Velho, e a sua gente por haver atropelado todas as conveniências para virem servir*; e por haver servido a Vossa Majestade lhes mande deferir a suas justas, e tão racionais petições como eles merecem, e da generosa e real grandeza de Vossa Majestade devem de esperar<sup>106</sup>.

Aparentemente, comparando com outros momentos, desde a partida de São Paulo, o bandeirante paulista nunca estivera em um ponto tão difícil de sua vida. Os ventos para Domingos Jorge Velho já tinham corridos mais auspiciosos. Agora, com 81 anos de idade, velho no nome e na face, cansado, com o orgulho ferido e desgastado pelas intrigas com o governador de Pernambuco e os padres da Companhia de Jesus, as perspectivas não eram as mais convenientes. Se largadas ou deixadas sob custódia de alguns de seus prepostos, as terras no Piauí foram invadidas. Por consequência, as fazendas e o gado encontravam-se depredados. As reses consumidas outras surrupiadas. Nessa conjuntura, pouco se podia esperar de uma nova saga pelos sertões. Como sabemos, restou-lhe suplicar ao rei, e foi o que fizera.

Em 12 de março de 1695 por meio de alvará régio, Domingos Jorge Velho, enfim, reascendera as esperanças de receber suas benesses: as presas da guerra; as terras para sua gente nos Palmares; as patentes asseguradas em papéis em branco para seus irmãos de armas; contudo à ilustração nobiliárquica do hábito da Ordem de Cristo, não se fez menção.

Com pechas de singeleza, Vossa Majestade chamara as desavenças em torno do contrato, e refregas políticas e religiosas de “dúvidas que se lhe ofereciam e condições que procuravam alterar com os fundamentas [sic]”<sup>107</sup>, apresentados pelo próprio Jorge Velho, e seus procuradores. A respeito da querela em torno das obrigações dos soldados terem tornado-se nulas, o rei menosprezara a nulidade, indicando “sobre se haverem por boas as ditas

<sup>106</sup>Idem, 344.

<sup>107</sup>Alvará régio de 12 de março de 1695 pelo qual se defere os 8 pontos contidos no requerimento dos paulistas. In: ENNES, 1938, p. 246.

condições por os ditos paulistas, não terem faltado a elas, e por este respeito se lhe não poderem negar os quintos das presas”<sup>108</sup>.

Por burocracia régia e obediência de vassalagem, quase oito meses depois, ou seja, para cada mês de espera fora um dos pontos do requerimento dos paulistas, todos os quesitos estavam deferidos por Vossa Majestade. Caetano de Melo e Castro dava seu despacho, entre tantos outros agentes coloniais, como o governador geral D. João de Alencastre, somados imediatos quinze endossantes. “Cumpra-se como Sua Majestade que Deus guarde manda e registre-se nas partes a tocar”<sup>109</sup>, assinava o governador de Pernambuco, quiça, concordando à pena, execrando em pensamentos, agora dobrado pelo peso das ordens reais.

E mando ao meu governador, e capitão geral do Estado do Brasil [D. João de Alencastre], governador da capitania de Pernambuco, mais ministros, oficiais e pessoas a que tocar cumpram, e guardem este meu alvará, e o façam cumprir, e guardar inteiramente, como nele sem contém sem dúvida alguma, o qual se mandará registrar nos livros das secretárias do dito Estado, e capitania, e nos das câmaras, e mais partes por ele ordeno, e valerá como carta, e não passará pela chancelaria, sem embargo da ordenação do livro 2º títulos 39; e 40 em contrário<sup>110</sup>.

## 2.3 Contendas entre clérigos e senhorios nos sertões

### 2.3.1 Sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória: a intensificação das atividades clericais no alto sertão, em finais do século XVII

Passados apenas pouco mais de quatro meses da morte do padre António Vieira, principal ícone jesuíta lusitano da história do século XVII, ocorrida em Salvador, na Bahia, no colégio dos jesuítas, agora, então, em 20 de novembro de 1697, o Conselho Ultramarino, (célula do império responsável por prestar assessoria aos monarcas), representado pelas pessoas do conde de Alvor, Duarte Teixeira Chaves e Miguel Nunes de Mesquita, remetia uma consulta de matéria eclesiástica a D. Pedro II. Curiosamente, ao falecer, Vieira passava por

contenda com a Casa da Torre, mas graças a ele a Companhia de Jesus obtivera oficialmente a jurisdição temporal dos índios, reconhecida pelo regimento outorgado ao Estado do Maranhão (a colônia estava então

---

<sup>108</sup>Ibidem.

<sup>109</sup>Idem, 250.

<sup>110</sup>Idem, 249.

dividida em Estado do Maranhão e Estado do Brasil, em 1686, e em outras leis e provisões do reino de Portugal<sup>111</sup>.

Aqui, é pertinente ter em relevo a disputa pela historicidade do momento. Demarca mais uma motivação para a oposição da Casa da Torre à Igreja. Continuemos.

O assunto dos conselheiros mencionados outrora se ligava a uma carta do bispo de Pernambuco, frei D. Francisco de Lima, a respeito dos termos de fundação da *nova* paróquia de *Nossa Senhora da Vitória*, no brejo da Mocha, fincado nos distantes sertões do Piauí. Nova, pois já existiam pelo menos três edificações católicas sob a proteção da mesma transfiguração mariana, entre Portugal e o Brasil, até 1718, quando o Piauí passou a lograr

preeminência de capitania, com capitão-mor, ordenanças e uma vila, que o sereníssimo senhor D. João V mandou fundar pelo doutor Vicente Leite Ripado, ouvidor do Maranhão, o qual a erigiu no ano de mil e setecentos e dezoito com a invocação de *Nossa Senhora da Vitória*, e o título de Mocha, nome do sítio em que está<sup>112</sup>.

Com a dignidade de capitania, força militar constituída, freguesia, vila e paróquia, o brejo da Mocha fizera o Piauí ser conhecido com maior propriedade pelos grandes polos da colônia.

A vila da Mocha passara a dispor de um aparato administrativo e funcional básico. Obtivera comunicações com compradores e vendedores de gado da feira de Capuame, na Bahia, tropeiros, comboieiros e negociadores vindos de lugares distantes de Pernambuco, e das remotas paragens das Minas Gerais. A carne seca do gado do Piauí servira para alimentar os sôfregos trabalhadores das aluviões e minas. O couro, mais caro, era utilizado no fabrico de uma gama de artigos indispensáveis ao trabalho dos vaqueiros e dos escassos camponeses dedicados à agricultura<sup>113</sup>.

Em Portugal, no Porto, a Igreja de *Nossa Senhora da Vitória* fora concluída em 1539.

<sup>111</sup>BANDEIRA, 2007, p. 243.

<sup>112</sup>PITA, 2011, p. 281-282. Grifo meu.

<sup>113</sup>MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.) *A época colonial: administração, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Para mais informações sobre as boiadas do sertão do Brasil, a feira de gado de Capuame, na Bahia, o comércio, trato do couro e contrato reais referentes à matéria ver a quarta parte do livro terceiro de ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976 [1711], p. 197-203. Na realidade, André João Antonil (1649-1716) era o pseudônimo do jesuíta italiano João Antônio Andreoni. Nasceu em Luca, na Toscana (Itália). Chegou ao Brasil acompanhado por Antônio Vieira e morreu na Bahia. Conferir dados na nota bibliográfica em ANTONIL, 1976 [1711], p. 11.



Imagem 03: SILVA, João Ricardo de Sá e Silva. *Igreja de Nossa Senhora da Vitória*. Porto. Portugal. 2012. 1 fotografia. Fonte: Acesso fotográfico Ricardo Sá.

Outras passagens da obra de Sebastião da Rocha Pita (1730) afirmavam haver uma seguinte na “província de Sergipe, fundada por ordem real. A cidade de S. Cristóvão é a sua capital, com suntuosa matriz”<sup>114</sup>. E uma capela sob a invocação da divindade estava situada “na província dos Ilhéus”<sup>115</sup>, na Bahia. Avaliando a presença do cristianismo nas possessões portuguesas onde o culto católico fora em grande medida assimilado pela população local, (com transmutações e absorvências diversas) como no Brasil; na África, em Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde; e na Ásia, no Timor, o número de templos católicos sob a proteção de *Nossa Senhora da Vitória* podem ter sido em quantidade considerável.

Nos últimos quatro anos do século XVII a Coroa portuguesa voltou uma atenção especial para a intensificação das atividades clericais no alto sertão, incluindo as terras do Piauí. Essas ações abarcavam a administração dos sacramentos e catequese das nações ameríndias, (como evidenciamos no capítulo I). Entrementes, a fundação de igrejas, capelas e outros redutos missionários. As anotações do padre Miguel de Coutinho me permitiu incluir o posicionamento político e a consciência administrativa do sacerdote no Piauí – um quesito recorrente na carreira de alguns eclesiásticos. Habitavam os sertões do Piauí homens brancos

---

<sup>114</sup>PITA, 1730, p. 94.

<sup>115</sup>Idem, p. 95.

e mestiços – bandeirantes criadores de gado e senhorios a cumprir ordens da Casa da Torre dos d'Ávila.

Em finais do século XVII, poderia ser Miguel de Coutinho o único homem com profundidade no entendimento das letras no sertão do Piauí.

Preocupado com a criação, a movimentação dos rebanhos, ataques de silvícolas e o calor dos corpos de negras e gentias, raramente, um fazendeiro despertaria consciência administrativa escrevendo uma carta ao rei. Quiça esse pensamento nem sequer passasse pela sua cabeça.

Para o momento histórico de finais de seiscentos, Miguel de Coutinho elaborara uma descrição minuciosa da contagem das fazendas de gado, enumeração das nações nativas conhecidas, exposição da malha fluvial acompanhada de orientação cardeal e dos lugares naturais mais conhecidos dos transeuntes do alto sertão, a título de exemplo, a serra da Ibiapaba, nos limites com o Ceará, e a serra do Araripe, nos extremos com o Pernambuco.

Um fato desse período ilustrara a posição forte do Conselho Ultramarino e da Coroa, ao tomarem conhecimento do estágio de precariedade das missões na capitania de Pernambuco, por meio de uma

carta do bispo de Pernambuco que contém uma notícia geral do estado das missões naquela capitania, forma em que as dispõem, representando a falta de operários para elas, excessos que cometem os soldados dos presídios contra os índios, abuso com que se servem das índias, e declinação da reforma dos religiosos do Carmo<sup>116</sup>.

Nesse mesmo documento, em 12 de dezembro de 1697, o conde de Alvor, Duarte Teixeira Chaves, Joseph de Freitas Serrão e Miguel Nunes de Mesquita advertiam veementemente D. Francisco de Lima, a respeito do derradeiro, dentre os sete pontos abordados na missiva do prelado.

Os conselheiros enfatizavam o estado de prevaricação dos trabalhos clericais, destacando o desânimo dos missionários marianos descalços, “se não acha neles o fervor que se tinham quando foram para ali mandados”<sup>117</sup> compondo atitude irreduzível “que assim sem uma certeza infalível, se não deve passar a fazer-se esta advertência ao seu provincial”, uma orientação de linha organizacional, demonstração de respeito que se esperava no seio da

<sup>116</sup>Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de dezembro de 1697, com a consulta da Junta das Missões sobre o que escreveu o bispo de Pernambuco acerca do estado das missões daquela capitania, forma em que as dispõem, falta de operários para elas; excessos que cometem os soldados dos presídios contra os índios; abuso com que se servem das índias; e reforma dos religiosos do Carmo. In: ENNES, 1938, p. 357.

<sup>117</sup>Idem, p. 328.

hierarquia do clero regular, diante das sugestões dos conselheiros e ordenamentos régios, geralmente obedecidos. Transcorrida uma semana D. Pedro II ordenava “dar a providência necessária”<sup>118</sup>.

Em ocasiões de admoestação os religiosos eram advertidos ou punidos pelos superiores de suas respectivas ordens. Neste estudo, ao longo de minhas incursões pelo sertão, em momentos do século XVII, foi possível constatar a submissão política e doutrinária dos missionários, nessa ordem, ao rei, ao governador geral do Brasil, ao governador da capitania que abrigava a provável missão, e o prelado superior da respectiva ordem incorporada pelo religioso.

Geograficamente, a distinção entre *alto* e *baixo sertão* aparece em trechos raros da documentação oficial acerca do conflito no quilombo dos Palmares e em demais fontes referentes ao território do Piauí, disponibilizadas por Ernesto Ennes (1938).

Não foi possível precisar com exatidão os territórios correspondentes ao *alto* e *baixo sertão*. Sabe-se, em sua maioria, eram paragens situadas no atual *nordeste brasileiro*. A pesquisa de grau comparativo amparada nos depoimentos das fontes apontou para limites geográficos relativamente próximos ao litoral e à zona da mata, para o baixo sertão –, a serra da Barriga, no quilombo dos Palmares, por exemplo, pertencia a este flanco do território interiorano.

Em direção cardeal oposta, ou seja, para o oeste geográfico, quanto mais se penetrava os sertões de dentro, sertão das Rodelas, localidades avançadas do interior do Brasil, estranha a maioria dos colonos da época, como fora o caso do brejo da Mocha, no Piauí, os cronistas situavam os lugares como pertencentes ao alto sertão.

Algumas vezes, a lembrar dos sertões do Piauí, especificamente fazendo referência ao exemplo da paróquia de *Nossa Senhora da Vitória*, as iniciativas de religiosas partiam de um *sentido cristão católico interno*, isto é, os próprios moradores, fazendeiros e militares sesmeiros de terras, auxiliados pelo padre Miguel de Coutinho, manifestavam o interesse de erigir um reduto de fé, e requeriam por papel formal a prelados superiores. Naqueles momentos finais do século, o bispo de Pernambuco, estivera com intensidade ligado a estas questões, endereçando-as para o rei.

Nessa mesma direção da intensificação das ações religiosas, um ano e dois meses após a manifestação formal dos moradores do sertão do Piauí, agora, em 20 de janeiro de 1699, D. João Martins Mascarenhas de Alencastre, “governador e capitão geral de

---

<sup>118</sup>Ibidem.

Pernambuco e mais capitânias anexas”<sup>119</sup>, recebera uma orientação régia de natureza similar, expressando a preocupação do rei e seus conselheiros em povoar o sertão com os tesouros de Cristo. As ordens expressavam:

muito saudar mandando por um papel, que aqui me apresentou pessoa muito inteligente, e de comum opinião, e bem procedida, e zelosa do serviço de Deus Nosso Senhor, e do meu sobre os *demãos espirituais e temporais*, que se experimentam nesse estado [do Brasil] sendo um dos motivos mais forçosos a não se povoarem os sertões dele por estarem dados a *duas ou três pessoas particulares*, que cultivam as terras, que podem deixando as mais devolutas sem consentirem, que pessoa alguma as povoe em salvo quem a sua custa as descobrir, e defender, e lhe pagar dízimo de foro por cada sítio cada um ano<sup>120</sup>.

O catolicismo de Vossa Majestade não o fizera desprezar os benefícios terrenos proeminentes do controle colonial oportunizado pelo clericalismo ascendente nos sertões de dentro. Os momentos finais do século XVII foram marcados pelo desejo da Coroa portuguesa em conhecer o sertão, e claro, tirar proveito da posse e exploração dos recursos. Uma questão fica em aberto para nós leitor. A identidade dessas *duas ou três pessoas particulares* detentores de grandes propriedades de terras do alto sertão. Tenhamos calma.

Por enquanto, pretendo somente sublinhar os prejuízos temporais e espirituais que esses colonizadores podiam trazer prejuízos para o rei, pois não admitiam a ocupação das terras devolutas, ou seja, tensas públicas despovoadas, e mesmo aquelas povoadas por colonos que chegavam primeiro, estes deveriam pagar as esses particulares os dízimos de foro anuais – encargos caros diante da dificuldade inicial da colonização do Piauí.

A posição real a respeito da fundação do templo religioso no solo do Piauí era clara:

Por decreto de 6 de novembro deste ano manda Vossa Majestade se veja neste Conselho a carta inclusa, que o bispo de Pernambuco escreveu ao secretário Roque Monteiro Paim com os termos da fundação da nova paróquia que mandou fundar no sertão do Piauí, e descrição do distrito dela e pela parte que lhe consultasse a Vossa Majestade o que lhe parecesse, e dando se primeiro vista ao procurador da fazenda respondeu que era muito de louvar o zelo com que este prelado procurava o bem destas suas ovelhas, que desgarradas por aqueles desertos, apenas ouviam os silvos de seu pastor<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup>Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento dos povoadores e descobridores do sertão do Piauí, solicitando a posse das terras que cada um tivesse descoberto e fosse descobrindo, pagando apenas o foro à fazenda real. Anexo: 4 docs. Grifo meu.

<sup>120</sup>Idem.

<sup>121</sup>Ver, Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de novembro de 1697 sobre a carta do bispo de Pernambuco escrita ao secretário Roque Monteiro Paim sobre a fundação da nova paróquia, que se erigiu no sertão do Piauí e sua descrição. In: ENNES, 1938, p. 360.

A iniciativa primeira de fundar a paróquia partira dos quatorze moradores reunidos na fazenda Tranqueira, residência de Antônio Soares Thougia. Mas a administração dos sacramentos e os eventos religiosos vinham acontecendo há algum tempo numa pequena capela, no brejo da Mocha. Acompanhara o padre Miguel de Carvalho nos labores espiritual dos sertões da futura vila da Mocha, “o licenciado Thomé de Carvalho e Silva”<sup>122</sup> responsável por exercer “as cerimônias costumadas de fechar e abrir portas consertar altar, abrir e fechar missal, estender, e dobrar corporais, dobrar e desdobrar ornamentos”<sup>123</sup>.

Os sertões do Piauí das cartas eclesiásticas, requerimentos dos bandeirantes paulistas, ordenamentos e decretos régios, fora um território geográfico ermo, seco e árido. Dentre os três adjetivos é prudente desacreditar o primeiro. Longe de serem desertos, habitavam os sertões do Piauí milhares de Tapuias.

Certamente, moravam mais de 36 grupos ameríndios, sendo que “muitas nações não há no circuito desta freguesia de que se não se sabe nome”<sup>124</sup>, por viverem embrenhados nos matos, advertira o religioso Miguel de Coutinho, em dois de março de 1697. O contato dos povos Tapuias do sertão com bandeirantes, aventureiros, criadores de gado, tropeiros e demais caminhantes, ou ainda assim, homens brancos com moradia fixa, residentes em casas de taipa, adobes ou/e pedra, em geral cobertas de fibra de pindoba, figurara momentos inexistentes ou ocasionais.

Segundo a *descrição* de Miguel de Coutinho, a casa dessas nações passou a ser chamada de Piauí, em razão do “Riacho Piauí [que] corre do sul para o norte entra no Canindé foi o primeiro povoado de todo este sertão no ano de 1682, em que se descobriu, e dele tomou o nome”<sup>125</sup>.

No Piauí colonial, com exceção dos períodos chuvosos de verão, no intervalo entre os meses de dezembro, levando as estimativas a crer que as chuvas chegassem, às vezes, até fins de maio, nas áreas exteriores aos círculos de umidade das fazendas adjacentes aos quatro únicos rios perenes – o Itaim, o Canindé, o Parnaíba e o Gurgueia, (que não deixavam de ser afetadas pelo calor), os outros distritos sofriam de forma demasiado intensa com a seca, pela evasão da água dos braços molhados, lagoas e riachos.

“Tem o sertão do Piauí pertencente à nova matriz de *Nossa Senhora da Vitória* quatro rios correntes: vinte riachos, cinco riachinhos dois olhos d’água, e duas lagoas a beira

<sup>122</sup> Conferir em, Termo da benção da nova capela e posse que se deu a reverendo cura. In: ENNES, 1938, p. 368.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Para informações consultar, Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 389.

<sup>125</sup> Idem, p. 382.

dos quais, estão 129 fazendas de gados, em que moram 441 pessoas”<sup>126</sup>, rezavam as informações do reverendo Miguel de Coutinho, ao evocar a intermitência da bacia fluvial dos quatro únicos rios onde a água corria todo o ano.

Infestado de nativos hostis do alto sertão. Era uma visão habitual do Piauí da época. Em outros momentos, os gentios eram vistos com medo pelo olhar do homem local e do português vindo da Bahia, face à temeridade que causava as grandes populações silvícolas, nos períodos iniciais de presença portuguesa no Piauí, como de resto em todo o Brasil.

Antes da presença lusitana a existência daquele mar de gente remontava a tempos imemoriais. O contato tendia a causar uma matança generalizada, fosse por *interferência direta*, as baixas resultadas dos confrontos; *semi-direta*, os maus tratos da imposição da força, no processo de escravidão ou nativos feridos gravemente nos embates; e por *intervenção indireta*, os nativos mortos por infecção bacteriológica de anticorpos controlados nos corpos dos colonos, porém, fatais ao seu sistema imunológico dos Tapuias<sup>127</sup>.

Com a ressalva de algumas poucas almas de coragem, lusitanos vindos do norte de Portugal, como Domingos Afonso Mafrense, e *piratas do sertão* como Domingos Jorge Velho; naturalistas, transeuntes, vaqueiros vindos da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, e uma sorte variada de outros sujeitos históricos, temiam mais os gentios, principalmente, se estivessem desarmadas e/ou sem escolta armada.

Em 31 de agosto de 1724, o governador e capitão general do Estado Maranhão, João da Maia da Gama, informava ao D. João V, a chegada do novo ouvidor geral do Piauí, as qualidades informadas “pelos avisos que tive do Jaguaribe, e capitania do Ceará por onde passou”<sup>128</sup> o dito ministro, frisava Maia da Gama com a justaposição de largos elogios.

Primeiro homem letrado a assumir o posto, o doutor Antônio Marques Cardoso, por ocasião de uma viagem a vila da Parnaíba, temendo os gestastes e o pior na travessia, requerera ao governador “soldados para o acompanharem por ser distante e correr risco de algum gentio, e me pede os mesmos soldados para fazer a sua correição”<sup>129</sup>, afirmara o governador do Maranhão na oportunidade.

O encontro entre estes dois mundos tão distantes fora marcado pelo desconhecido, o temor, o inesperado e a temeridade. Os agentes coloniais – desde o rei até um morador do

<sup>126</sup>Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de novembro de 1697 sobre a carta do bispo de Pernambuco escrita ao secretário Roque Monteiro Paim sobre a fundação da nova paróquia, que se erigiu no sertão do Piauí e sua descrição. In: ENNES, 1938, p. 370. Grifo meu.

<sup>127</sup>TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>128</sup>Carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão, João da Maia da Gama ao rei D. João V, sobre a chegada e habilitações do novo ouvidor geral do Piauí, Antônio Marques Cardoso. 31/ 08/ 1724. AHU-PI, cx. 1, doc. 26. Anexo: 2 docs.

<sup>129</sup>Idem.

brejo da Mocha, tinham em comum não conheceram com profundidade a cultura e os *modos vivendi*<sup>130</sup> dos ameríndios do Piauí. O nativo tinha sido visto, fundamentalmente, pelo viés da ameaça, um indivíduo a ser exterminado, retirado daquele mundo de sombras e obscurantismo, só possível pelos braços da fé católica. O sertão era este lugar tão exótico e obtuso como o homem nativo, porque era vastíssimo culturalmente e desconhecido em sua *ser*.

O quesito da desertificação humana do território do Piauí, para os conselheiros ultramarinos, o secretário Roque Monteiro Paim e o procurador da fazenda estivera carregado, por um lado, de uma acepção da *coisificação humana* dos povos gentios, e por outro, pelo desconhecimento do território geográfico de que falavam: o sertão do Piauí.

As reflexões de Tzvetan Todorov em *A conquista da América: a questão do outro* (1999), onde o pensamento do autor está amparado na noção de *alteridade*, vinda da antropologia cultural, é um conhecimento salutar para esclarecer o *topos*<sup>131</sup> teórico de onde partiu minha incursão. Ao observar os olhares quinhentistas do espanhol Hérnan Cortez e do alemão Albert Dürer sobre o comportamento e a arte dos nativos colonizados por Espanha, o autor perscrutou:

Albert Dürer admira, desde 1520, as obras dos artesãos indígenas, enviadas por Cortez à corte real; mas não lhe ocorre tentar fazer o mesmo; inclusive as imagens dos índios, desenhadas por Dürer, continuam inteiramente fiéis ao espírito europeu. Os objetos exóticos serão rapidamente trancafiados em coleções, e cobertos de poeira; a ‘arte índia’ do século XVI [...] Formulando as coisas de outro modo: na melhor das hipóteses, os autores espanhóis falam bem *dos* índios; mas, salvo exceção, nunca falam *aos* índios. Ora, é falando ao outro (não dando-lhe ordens, mas dialogando com ele), e somente então, que reconheço nele uma qualidade de *sujeito*, comparável ao que eu mesmo sou<sup>132</sup>.

Os apontamentos de Tzvetan Todorov (1999) são interessantes para compreender o teor do encontro ameríndio-europeu. Para estes senhores, como também para brasileiros e portugueses que ocupavam as funções de bandeirantes predores, fazendeiros, colonos, senhorios, aventureiros, criminosos, ministros e militares da *guerra justa* estimulada pela Coroa portuguesa no Piauí, desde a metade da década de 1720, quando a guerra foi intensificada e organizada, uma vez que as ordens partiram do próprio D. João V, o íncola do Piauí, numa simplificação perigosa, ou fora inimigo ou aliado. Houvera uma dificuldade

<sup>130</sup>Do latim para o português: modos de vida.

<sup>131</sup>Do grego para o português: lugar.

<sup>132</sup>TODOROV, 1999, p. 157. Grifos do autor.

razoável entre colonizadores e autóctones de desenvolverem formas de alteridade e coexistência pacífica, mesmo antes da guerra<sup>133</sup>.

O roubo das gentias de Ribeira do Jaguaribe, uma pacata localidade do Ceará, por homens brancos, fora uma história ilustrativa dessas dificuldades, e um caso marcante de reconhecimento cultural branco com relação aos gentios, por um jurista da época. Tanto pelas mulheres como pelos homens, um evento onde a perspectiva axiológica entre os grupos envolvidos merecem uma atenção<sup>134</sup>.

Em 13 de fevereiro de 1708, Cristóvão Soares Reimão, desembargador da capitania do Ceará, escrevera ao rei D. João V, relatando que “estão vários moradores com índias furtadas de seus maridos há quatro, dez, quinze anos, sem lhas quererem largar; e *fazendo-me os maridos requerimento lhe não deferi* por falta de jurisdição”<sup>135</sup>. Portanto, desde pelo menos 1704, 1698 e 1693.

Aparentemente, o delito tinha a conivência de um capitão mor, pois existiam queixas de que “outros índios me requereram que este capitão mor os não deixava vir trabalhar, e ganhar sua vida com quem os ocupavam, mas que só o havia fazer de sua licença” expusera em registro Soares Reimão. Deste modo, o militar só dificultava as relações com os ameríndios, ao abrir espaço para um clima de convivência sobrecarregado de tensões.

Cercara o acontecimento toda uma aura de cotenda, por “Grandes vexações e misérias padecem estes miseráveis índios”<sup>136</sup>, admoestara aquele homens das leis, a favor dos prejudicados, mas preocupado com o desenrolar do burburinho.

O conteúdo pesado e infrequente do assunto e a ausência de jurisdição competente causara uma interrogação angustiante na cabeça de Cristóvão Soares Reimão. O desembargador fizera com que o assunto chegasse ao bispo de Pernambuco, e a Vossa Majestade. Ao despachar os requerimentos para esfera jurídica superior, qual não tivera sido a surpresa de Soares Reimão. Com a resposta de que

enviando os para as justiças me responderão que não entendiam que haviam fazer, nem tinham dinheiro que gastar: e porque é grande desserviço de Deus, e os tarifadores *mandando algumas* para seus maridos, *as vão buscar*

<sup>133</sup>Sobre o assunto, ver discussão e fontes em, CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Resistência indígena no Piauí colonial: 1718 – 1774*. Imperatriz: Ética, 2008.

<sup>134</sup>Sobre o rapto de mulheres não no Ceará, mas no Piauí setecentista ver, BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Rapto de mulheres: estratégia na formação de núcleos familiares, capitania do Piauí, século XVIII. In: *Clio: Revista de pesquisa em história*. Universidade Federal de Pernambuco, nº 29.2, 2011.

<sup>135</sup>Carta do desembargador Cristóvão Soares Reimão ao rei [D. João V], sobre a vexação por que passam alguns índios da capitania do Ceará pelo fato de certos moradores terem furtado suas mulheres e não as quererem devolver. 13/ 02/ 1708. AHU-CE, cx. 1, doc. 55.

<sup>136</sup>Idem.

*para casa*, tanto que acaba a visita e os missionários não podem obrar nada [...] para o referido me pareceu dar conta a Vossa Majestade para que o bispo particularmente atente pelo grave escândalo desta matéria<sup>137</sup>.

É preciso esmero analítico para tecer quaisquer reflexões em torno desse acontecimento. Há que se sublinhar o comportamento pacifista dos maridos. O fato dos moradores brancos roubarem mulheres gentias é uma tendência da solidão proporcionada pela carência de mulheres brancas no sertão. Sabe-se por meio de Pedro Calmon, durante o século XVII, não só a ausência de mulheres brancas na colônia Brasil era brutal, como a grande ocorrência de crimes passionais em virtude das exíguas damas vindas do reino<sup>138</sup>.

O comportamento dos maridos gentios requererem suas mulheres de volta, e manifestarem isso formalmente frente ao desembargador Cristóvão Soares Reimão por meio de um procedimento formal, quando podiam utilizar a força, evidencia a quebra de uma estereotípia de violência em torno do silvícola, indício relevante naquilo que desnaturaliza um conhecimento dos ameríndios, como brutais, incivilizados e violentos. Visões construídas paulatinamente pelo colonizador branco.

Emanara dos esposos o reconhecimento de que além de exercer o desejo de cônjuge em reaver a esposa, possuíam a noção de agressão a um direito seu, agora numa alçada cultural branca. Manifestar por meio de um requerimento caracterizara um *dialogar* no mundo dos brancos. Nesse caso, a recorrência pacífica seria um remodelamento de sua cultura em moldes portugueses. Nessa mesma orientação, Cristóvão Soares Reimão não prevaricara seu compromisso de magistrado, denotando assim, um reconhecer o *outro* – os maridos ofendidos, humana e juridicamente.

Mesmo assim é necessário pensar. Ao passar quatro, dez, até quinze anos a viver com homens brancos, resolvi estranhar a condição dessas mesmas gentias de Ribeira do Jaguaribe, estarem realmente dispostas a voltar para a casa de seus esposos. Até onde o relato de Cristóvão Soares Reimão aponta, não tentaram uma fuga, ensejando uma explicação para a vontade espontânea em manterem relações de concubinato com brancos.

Em termos culturais e comportamentais, era situação rara a mulher ameríndia ter vários maridos. Mesmo do século XVIII em diante, quando começaram a chegar de Portugal as primeiras mulheres de pele branca, no aconchego dos braços de ameríndias passavam muitos horas os colonos entediados da pacatez colonial. Por o documento consultado não

---

<sup>137</sup>Idem.

<sup>138</sup>CALMON, Pedro. *História social do Brasil: espírito da sociedade colonial*. 1. vol. 2. ed. São Paulo Martins Fontes, 2002.

conter registros de fugas dessas nativas, me fez presumir a falta de vontade de voltarem a viver com seus maridos.

Na cultura ameríndia onde a divisão sexual do trabalho era fundamental para a organização familiar e sobrevivência do tecido social, o roubo de mulheres acarretaria sérios problemas. A nativa furtada causaria ao grupo dois prejuízos: um produtor, ela deixa de cultivar a terra, uma vez que a derrubada da mata, a caça e a pesca era um atributo masculino; outro reprodutor, porque deixava ter filhos para ombrear com maridos, tios, irmãos e primos nas guerras intergrupais e garantir o sustento por meio das atividades de caça, pesca e coleta<sup>139</sup>. Considerando estes aspectos com relação ao furto das gentias de Ribeira do Jaguaribe, o quesito afetivo perde importância e passaria a ter validade, para os maridos, a questão material da mulher.

Num outro ponto, podemos considerar que estes mesmo esposos já estavam inseridos num nível de *aculturação* elevado. O desembargador Cristóvão Soares Reimão numa passagem, fala os maridos levarem as nativas *para casa*. É provável que caso esses cônjuges gentios estivessem desalinhados da cultura branca, o jurista se referisse a expressões como: levar *para os matos, brenhas, sítios, arraiais* algum vocábulo relacionado à vida na natureza.

Para fechar a questão, o simples interesse do desembargador em solucionar o litígio, demarca a implosão do estado de *coisificação do indivíduo*, ao conseguir se colocar no lugar destes, os nativos, e, juridicamente, tentar, na visão dele, um desfecho justo para a querela.

A construção do templo de *Nossa Senhora da Vitória* somente fora concluído passados 36 anos do desejo manifestado pelos moradores reunidos na fazenda de Tranqueira, em 1733.

---

<sup>139</sup>Ver por exemplo, CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e MELATTI, Júlio Cesar. *Índios do Brasil*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.



Imagem 04: SILVA, João Ricardo de Sá e Silva. *Igreja de Nossa Senhora da Vitória*. Oeiras (PI). Brasil. 2011. 1 fotografia. Fonte: Acervo fotográfico Ricardo Sá.

Durante a pesquisa foi necessário encarar a fundação da paróquia de *Nossa Senhora da Vitória* num plano amplificado. Como sublinhei outrora, essa atitude localizada configura-se na alçada de um conjunto de iniciativas, por vontade do morador local, em outros momentos, por ordem e influência direta do Coroa portuguesa, para intensificar as atividades clericais nos sertões, a exemplo da marcha de frei Bernardo de Porciúncula, assunto que aprofundarei oportunamente.

Porciúncula fora um reduto de fé na Itália. Nada mais nada menos que o berço da Ordem Franciscana, onde morreu *São Francisco*. Os passos de frei Nicolau de São José, um religioso carmelita descalço, confirmara outro caso dessas iniciativas de missionários pelos sertões. Ambos tiveram seu martírio e relataram suas experiências no alto sertão, por volta de 20 de agosto de 1700, depois de retornarem à Bahia.

Especialmente, frei Bernardo de Porciúncula iria conhecer da maneira que menos esperara aqueles *dois ou três particulares* mencionados no prólogo da exposição.

### 2.3.2 Igreja versus Casa da Torre

Fundada por Garcia d'Ávila, criado de Tomé de Sousa, a Casa da Torre, estabelecida em Tatuapara, litoral da Bahia, fora um poderoso potentado político e militar do Brasil colonial, pelo menos, o maior enquanto existiu e de que se tem notícia. A maioria das rivalidades entre clérigos e senhorios/colonos nos sertões, eram disputas entre a Igreja

Católica e a Casa da Torre. Luiz Alberto Muniz Bandeira (2007) pesquisador que escreveu o mais importante livro sobre o baluarte dos d'Ávila até hoje, afirmou:

A Casa da Torre constitui, porém, um caso único e extraordinariamente significativo na história do Brasil, dado que sucessivas gerações da mesma família, ao longo de dois séculos, desbravaram os sertões do Nordeste, como se missão cumprissem, distendendo mais e mais terras que seus antepassados conquistaram, e mantendo sobre elas, até meados do século XIX, um domínio com características evidentemente similares às de um feudo da Idade Média<sup>140</sup>.

Para Muniz Bandeira (2007), a Casa da Torre dos d'Ávila surgiu sob os auspícios materiais, humanos e físicos de um feudo/senhorio, onde a manutenção social era baseada em laços de suserania e vassalagem. Não obstante a ausência dos cerimoniais medievais de praxe, o espírito do *Antigo Regime* estaria impregnado. Seu domínio geográfico e político “se estendeu da Bahia, através de todas as províncias do Nordeste, até o Maranhão e durou cerca de três séculos”<sup>141</sup>. Muitos conflitos entre clérigos e colonos nos sertões do norte brasileiro envolveram os interesses dos d'Ávila, e os objetivos da Igreja Católica, especialmente, em refrega com os jesuítas, com relação à penetração do território, o braço do nativo em tempos de paz e guerra, e a catequese.

20 de agosto de 1700. Compenetrado, o frei português Bernardo de Porciúncula minutara da Bahia, relatando atrocidades cometidas e entreveros que tivera com os senhorios prepostos da Casa da Torre, a senhora Leonor Pereira Marinho, Antônio Guedes de Brito e Domingos Afonso Sertão, este último, um hábil conhecedor do chão do Piauí, afinal tinha sido um dos primeiros portugueses a pisar nele, na altura do ano de 1671. Sobre o português expressara os parágrafos 73 e 74<sup>142</sup> do livro sexto do compêndio de Sebastião da Rocha Pita (1730):

73. Neste ano se ampliou mais a extensão das terras que havíamos penetrado nos sertões da nossa América, porque, no ano de mil seiscentos e setenta e um se descobriram os sítios do Piauí, grandíssima porção de terra que está na altura de dez graus norte, além do rio de S. Francisco para a parte de Pernambuco no continente daquela província e não mui distante a do Maranhão.

[...]

74. Um dos primeiros que penetraram aquele terreno foi o capitão Domingos Afonso Sertão, apelido que tomara em agradecimento que lhe deram os

<sup>140</sup>BANDEIRA, 2007, p. 21-22.

<sup>141</sup>Ibidem, p. 21.

<sup>142</sup>As informações a respeito de Domingos Afonso Mafrense estendem-se até o limite do parágrafo 76 do mesmo livro, páginas 280 e 281 da edição citada ao longo deste trabalho.

sertões do Brasil, e por empresa das conquistas que neles fizera, passando de uma fortuna humilde em que vivera na Bahia, á estimação que costumam dar os grandes cabedais<sup>143</sup>.

Atento as oportunidades ensejadas pela penetração do interior do Brasil e pelo itinerário de sua vida, desde cedo nas terras do sertão do Piauí, Domingos Afonso investira no estabelecimento de fazendas de gado.

A Bahia carregara a qualidade de geralmente amar os vultos prodigiosos. As dificuldades para jovens migrantes vindos do reino pobres, camponeses do Porto, Trás-os-Montes, Mafra, Minho e Braga, acentuava-se ao chegar ao Brasil, caso a acolhida não fosse acompanhada de desposo de uma moça de família rica e o auxílio dos jogos de poder da *nobreza da terra*<sup>144</sup>, políticos influentes, donos de engenhos e fazendeiros abastados da Bahia.

Bem lembrou o historiador português António Manuel Hespanha (2005):

O poder personaliza-se, depende dos factores moles que movem o interior de nós mesmos – os afectos, os poderes de sedução, as hegemonias e dependências emocionais, os encantamentos e os aborrecimentos de toda a espécie, a beleza e a fealdade<sup>145</sup>.

O poder abrigara nas camadas sociais uma inteligibilidade subjetiva intrínseca ao ser humano dos tempos coloniais. As amigações, as amizades, os laços de camaradagem, o ódio, os favores concedidos, os pedidos atendidos, as confabulações, as alianças, as relações de parentesco, de compadrio, o amor pela riqueza, por uma mulher, por posição social, todos são atributos inerentes à lógica do poder, e a Bahia ao tempo do jovem português não fugia a isso.

A trajetória das movimentações de Domingos Afonso podem não ter sido uma excepcionalidade. Os anos que passara no Piauí só vieram a aumentar sua riqueza, e fortalecer a alcunha que carregara no esteio do sobrenome para o túmulo:

Possuía já uma fazenda de gados chamada *o Sobrado, da outra parte do rio de São Francisco, distrito de Pernambuco, na entrada da travessia que vai para o Piauí*; e mandando ali exploradores a indagar a terra, trouxeram-lhe as notícias que desejava para as conquistas que pretendia; resolução que executou com valor e felicidade, convidando para esta empresa algumas

<sup>143</sup>PITA, 2011, p. 280.

<sup>144</sup>A *nobreza da terra* ou elite é aceita aqui no sentido de uma categoria de análise histórico social, e não um mero enquadramento, assim como entende o historiador piauiense Alcebíades Costa Filho em, COSTA FILHO, Alcebíades. *A gestão de Crispim: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. (Tese de doutoramento).

<sup>145</sup>HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: \_\_\_\_\_. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX* (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2005, p. 41.

peessoas que pôde juntar, todos alentados, destros e práticos na forma de peleja daqueles bárbaros<sup>146</sup>.

As informações de Sebastião da Rocha Pita (1730) dão margem à dimensão do poder do desbravador. A força de Sertão apoiava-se num largo séquito de prosélitos militarizados, aliás, qualidade bélica, expressão contumaz do *ser* senhorio nos sertões. É possível inferir a existência de uma *rede de comunicações* pela hinterlândia do alto sertão, mais ou menos formando um triângulo geográfico compreendido pela Bahia, Pernambuco e Piauí a favor do português, operacionalmente versátil, dotada de infantaria, cavalaria e serviços de informações, que quiça, vinha paulatinamente sendo formada com o erguimento das fazendas, e se afirmara depois desses acontecimentos, permitindo presumir as incursões de delegados de Afonso Sertão pelo interior, antes mesmo da presença do desbravador. O auxílio dos d'Ávila trouxera parcela de contribuição para a opulência de Domingos Afonso Mafrense.

No Piauí, um dos pontos de apoio de Afonso Sertão era a fazenda das Éguas, perto do Buriti, primeiro riacho ao sul do rio Canindé. Cuidavam da propriedade um “negro [que] se chama Francisco é casado com uma índia de quem tem cinco filhas”<sup>147</sup>, assegurava Miguel de Coutinho.

À medida que avançara com os rebanhos pelos sertões de dentro afastara as populações autóctones ainda mais para o interior, onde provavelmente foram viver em outras paragens do Piauí, ou em sítios dos atuais estados de Tocantins e Goiás.

Apesar de levar muitos íncolas à morte e espantá-los para o Brasil interior, é quase certo que viera a dominar outros para seu serviço pessoal, administração dos bens e braço armado nas possíveis batalhas a travar. Contudo, numa passagem da vida, o lusitano experimentou a violência do gentio:

Entrou por aquelas terras até ali não penetradas dos portugueses, e só habitadas dos gentios bravos, com os quais teve muitas batalhas, saindo de uma, *perigosamente ferido*, mas de todas vencedor, matando muitos gentios e fazendo retirar a outros para o interior dos sertões<sup>148</sup>.

Um choque de dados entre anotações específicas de Sebastião da Rocha Pita (1730), concluídas no ano de 1724, e as descrições tecidas pelo padre Miguel de Coutinho, de meados

---

<sup>146</sup>PITA, 2011, p. 280.

<sup>147</sup>Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, 381.

<sup>148</sup>PITA, 2011, p. 281.

de março de 1697, levantou-me a ligeira possibilidade de Domingos Afonso Mafrense ter desapossado um certo Manoel Pinto de sua própria fazenda.

Os comentários do religioso são referentes a um Piauí de temporalidades anteriores, por certo, recuando a 1682. Esta cronologia pode ser retrocedida umas duas ou três décadas ao tempo de escrita, tomando como referência os grupos sociais e a faixa etária dos sujeitos dessa fonte, em circunstâncias imprecisas, crianças e adultos.

Neste momento do estudo um conjunto de fatores históricos conspirava para esse desdobramento. São eles: o confronto das datas fornecidas pelo militar e o padre para a presença e passagem de Domingos Afonso Sertão pelo Piauí; as fazendas de Afonso Mafrense e Manoel Pinto terem sido relativamente próximas para a distância daquele período. Dotarem de igual topônimo –, *o Sobrado*, portanto, possivelmente sendo a mesma localidade; e a orientação geográfica dos acidentes naturais feita para precisar a localização das supostas duas propriedades, através de dois afluentes do rio Canindé e do relevo limítrofe entre Piauí e Pernambuco, o que ensaiaria a possibilidade aventada, de ter Domingos Afonso Sertão atacado Manoel Pinto.

De acordo com Miguel de Coutinho, a décima segunda fazenda adjacente ao riacho Piauí, afluente do rio Canindé, fluindo em sentido “do sul para o norte”<sup>149</sup>, localidade onde “foi o primeiro povoado de todo este sertão no ano de 1682”<sup>150</sup>, (quando, segundo Rocha Pita, há onze anos, Afonso Mafrense já passara e estaria estabelecido em solo do Piauí), “se chama *o Sobrado* [e] está nela Manoel Pinto com dois negros”<sup>151</sup>. No entender de Rocha Pita (1730), Afonso Sertão

Possuía já [em 1671] uma fazenda de gados chamada *o Sobrado*, da outra parte do rio de São Francisco, distrito de Pernambuco, na entrada da travessia que vai para o Piauí; e mandando ali exploradores a indagar a terra, trouxeram-lhe as notícias que desejava para as conquistas que pretendia<sup>152</sup>.

Podíamos imaginar leitor. Porém, se era comum duas fazendas terem o mesmo topônimo, seria no mínimo estranho duas propriedades com o mesmo nome adjuntas. Diante das arbitrariedades praticadas nesse processo de penetração do Piauí colonial pelo desbravador português, considerando as datações sugeridas por Rocha Pita (1671) e relativizadas as de Miguel de Coutinho (1682), o grande número de fazendas controladas por

<sup>149</sup> Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 382.

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem, p. 383.

<sup>152</sup> PITA, 2011, p. 280. Grifo meu.

Domingos Afonso Mafrense e seus mandatários, aumentaria a probabilidade de serem localidades distintas, até porque o rio Canindé fica situada distante dos limites com o Pernambuco, no sentido norte-sul, um pouco abaixo dos atuais municípios de Picos e Oeiras.

No mesmo raciocínio, a análise semântica das expressões utilizadas pelo sacerdote esfriam as reflexões levantadas inicialmente acerca de uma provável expulsão ou morte de Manoel Pinto.

Quando o nome de Domingos Afonso Sertão aparece ligado à fazenda Buriti, cuidada pelo escravo Francisco e sua companheira, no depoimento, o padre confere ao português, não somente a posse e o habitar da fazenda, mas o *senhorio* sobre ela, ao se referir ao português como “senhor da dita fazenda”, um grau de posse superior. Ao passo que Manoel Pinto, como muitos outros colonos, fora lembrado apenas por *estar nela*.

Não creio ser ambas a fazenda *o Sobrado*, residência de Manoel Pinto, citada por Miguel de Cotinho e a propriedade batizada com nome idêntico referida num dos parágrafos de Sebastião da Rocha Pita, o mesmo lugar. Não obstante estarem as duas relativamente chegadas para a época, são separadas por pouco além de 35 léguas, ou ao redor de 200 quilômetros. E dificilmente, pelo número de fazendas arroladas por Miguel de Coutinho, 129, não se confundiria a tal ponto esquecendo-se de sublinhar uma intriga entre Afonso Sertão e Manoel Pinto.

É finalmente o próprio Miguel de Coutinho quem esclarece o desfecho dessa dúvida, ao se referir a

um riacho chamado o Piauí do qual tomou nome esta povoação por ser o primeiro que se povoou e vai sair no rio de São Francisco a uma fazenda chamada *o Sobrado 10 léguas acima da Santa Sé e 100 acima da matriz da Conceição, e 200 da vila do Penedo, estas 40 léguas se contam para o rio de São Francisco da última fazenda desta povoação chamada o Tabuleiro Alto; da qual a nova matriz de Nossa Senhora da Vitória se contam 60 léguas [...] com que fica a nova igreja distando do rio de São Francisco 100 léguas, da antiga matriz da Conceição 200, da vila do Penedo 300 da praça de Pernambuco quase 400 e para a Bahia serão 300 léguas*<sup>153</sup>.

Tomando como referência geográfica a igreja *de Nossa Senhora da Vitória* e as outras distâncias coordenadas pelo padre, exclui-se a possibilidade da fazenda *O Sobrado* de Manoel Pinto e a de nome igual de Domingos Afonso Sertão ser a mesma propriedade.

<sup>153</sup> Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 372. Grifo meu.

Sebastião da Rocha Pita (1730) esmiuçara um trecho da vida de Antônio Guedes de Brito (nosso segundo particular), em que participara do socorro a uma nau capitânia –, um galeão naufragado no litoral da cidade da Bahia, e das providências tomadas para o enterro do corpo do general João Correia da Silva, tendo o militar tombado no naufrágio. Segue a citação do parágrafo 62 do livro sexto:

62. Tinha acudido por terra o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito (pessoa de quem logo a nossa história fará precisa e decente menção) com muitos oficiais e soldados do seu terço, em que fora provido pelo capitão-general Alexandre do Sousa [Freire]; chegou àquela costa, e se não pôde a sua zelosa diligência e da sua gente obrar nada em remédio do perigo, fez muito na caridade com os mortos, mandando-lhe dar sepultura; e buscando com especial cuidado o corpo do general João Correia da Silva, o achou e fez conduzir a sua casa, donde lhe deu sepultura no convento dos religiosos capuchos de Santo Antônio da cidade da Bahia, com geral e solene enterro, em que competiam a sua piedade e a sua riqueza<sup>154</sup>.

Mas assim como a imagem alegórica do zodíaco em gêmeos, Antônio Guedes de Brito tivera a sua segunda face. Como muitos homens de seu tempo era um servo da ambição e um amante do poder.

Notou Luiz Alberto Muniz Bandeira (2007) um intento duvidoso do militar ao tempo da segmentação dos poderes da Casa da Torre, quando ele ocupava o posto de sargento mor, evidência do tenro interesse de Antônio Guedes de Brito e dos senhores daquele baluarte do sertão do Brasil, em vender com tramoias os olhos do rei.

A dilatação do domínio da Casa da Torre em mais de uma centena de léguas dentro do sertão de São Francisco, acarretou-lhe, entretanto, sérios confrontos. O primeiro ocorreu com o sargento-mor Antônio Guedes de Brito [...] O conde de Óbidos, D. Vasco Mascarenhas, concedeu-lhe, em 1663, uma sesmaria, ‘a maior que ainda se deu’, a abranger desde a nasença do Itapicuru até o S. Francisco e por ele acima, tantas léguas houvesse, até as cabeceiras do Paraguaçu, com o que toda a extensão territorial do Urubu, até 10 léguas abaixo do rio Salitre, passou a pertencer quase exclusivamente à família de Antônio Guedes de Brito, dando origem ao morgado da Casa da Ponte, e à Casa da Torre de Garcia d’Ávila, cujo interesse, de ambas, consistia, sobretudo, em proceder à mineração, por trás de manadas de bois, longes das vistas do governo<sup>155</sup>.

As confabulações entre Antônio Guedes de Brito e a Casa da Torre de Garcia d’Ávila começara cedo no sertão. Um dos motivos que dificultara o controle da Coroa sobre

---

<sup>154</sup>Ibidem, p. 277.

<sup>155</sup>Ibidem, p. 195-196

esses potentados, às vezes, consistira na falta de informações concretas a respeito das ações que eles desempenham na Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí.

Além disso, refém do domínio local desses particulares, possivelmente, o rei de Portugal se sentia inibido para adverti-lhes, imputar punições, sobretudo, devido não estar em condições de barganhar com o poder local e precisar deles para promover o reconhecimento do território.

Por enquanto, a respeito da senhora Leonor Pereira Marinho prefiro somente mencionar a qualidade dos acirramentos que ela e Catarina Fogaça, sua progenitora, mantiveram com os jesuítas. Segundo Muniz Bandeira (2007):

Apesar de que ela e sua mãe, Catarina Fogaça, as senhoras da Torre, pudessem haver recorrido à força contra os padres, dado que naqueles sertões a violência consistia a mais eficaz forma de solução dos litígios, Leonor Pereira Marinho fora aparentemente sincera ao declarar que estava alheia aos acontecimentos nas aldeias de Sorobabé, Aracá e Curumambá. Seu procurador e os vaqueiros tomaram, quiça, a iniciativa de expulsar os jesuítas por excesso de zelo, em meio de um clima de desconfiança e tensões gerado pelo choque de interesses<sup>156</sup>.

Diante desses apontamentos do autor, fortaleço ainda mais a questão em torno do emprego da violência, a utilização da perfídia, da astúcia, dos motivos reais escamoteados, insígnia maior dos particulares ligados à fortaleza política e militar da Torre. Não quero dizer que os jesuítas e outros regulares não tinham artimanhas para pelejar com os d'Ávila. Não resta dúvida, este processo histórico delinear-se por mecanismos de exercício do poder peculiares à vida política nos sertões.

Frei Bernardo de Porciúncula estava cumprindo determinações do governador geral do Brasil, D. João Martins Mascarenhas de Alencastre, e sob superiorato do arcebispo metropolitano da Bahia,

D. João Franco de Oliveira o qual todo o seu empenho era que não faltassem missionários em o seu Arcebispado para que aonde ele não pudesse ir fossem eles a destruir vícios e por as suas ovelhas no caminho da salvação para que assim lhe desse parte do que havia para lhe por remédio<sup>157</sup>.

O depoimento do religioso evidencia as preocupações dos agentes coloniais de doutrinar com a religião os sertões do rio de São Francisco e demais rincões do alto sertão. A

---

<sup>156</sup>Idem, p. 244.

<sup>157</sup>CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento dos povoadores e descobridores do sertão do Piauí, solicitando a posse das terras que cada um tivesse descoberto e fosse descobrindo, pagando apenas o foro à Fazenda Real. Anexo: 4 docs. Grifo meu.

falta de sacerdotes no interior do Brasil, dava margem a um elevado nível de concubinato, praticamente, uma tendência causada pela escassez de mulheres brancas e o grande número de mulheres Tapuias. As negras eram em número bem menor. Contudo, a presença da Coroa portuguesa não conseguiria evitar o concubinato, prática arraigada nos costumes dos homens dos trópicos.

Ao interrogar os moradores do alto sertão baiano e pernambucano sobre o porquê de não edificarem igrejas, Porciúncula teria ficado um tanto surpreso. Dissera ele:

E perguntando lhe eu porque fiam igreja e não sustentavam padres que lhe dissesse missa, responderam que *Leonor Pereira Marinho* era senhor[a] da maior parte do sertão, e que não queria que se fizessem igrejas, e o mesmo dizia *Antônio Guedes de Brito* [...] e que não sabiam que razão houvesse para que só a eles como também a *Domingos Afonso Sertão*<sup>158</sup>.

Leonor Pereira Marinho, Antônio Guedes de Brito e Domingos Afonso Sertão, os três poderosos senhorios, detentores de terras nas margens esquerda e direita do rio São Francisco, na Bahia e em Pernambuco não tinham limites. Por isso, tentei apreender a significação de ir contra a construção de uma igreja, e entender o desenrolar desses fatos para a compreensão deste trabalho.

O templo católico não necessariamente em estrutura e localização física, mas, principalmente, pela presença psicológica, social e espiritual (*a Casa de Deus*), o seu significado funcional, para além de um local de administração de sacramentos, congregação de fiéis e catequese de nativos, funcionara como uma modalidade de posto avançado do império português.

Psicologicamente, (e aqui não quero discutir o *religioso*, o *espiritual* e o *sagrado*), esse tivera seu lado de litígio político. A fundação de uma igreja figurava a presença de *Deus* no sertão e o intento de eliminação dos *vícios* – o concubinato praticado por homens brancos e nativos; a violência e o crime, ambos, contributos da precariedade da carência orgânica de homens que pudessem resolver pendências de maneira diplomática, às vezes, atitude dos clérigos. Embora o poder de senhorios, vaqueiros e fazendeiros funcionar como lei, esse modo de *fazer justiça*, quase sempre era acompanhado de ações violentas indescritíveis.

Soma-se ao conjunto de ordenamentos religiosos a eliminação do incesto dos gentios. Em resumo, nessa situação, ir contra a igreja também representara ir contra a ordem régia de ordenamento religioso do sertão.

---

<sup>158</sup>Ibidem. Grifo meu.

Os estudos de Muniz Bandeira (2007) apontam uma contrapartida interessante para as rivalidades entre Igreja e os senhorios da Casa da Torre no Piauí, como também, com relação à aplicação da justiça.

Nesta capitania, apesar de decretada, a expulsão dos moradores empossados e com sítios e fazendas nas sesmarias obtidas pelos primeiros colonizadores – Francisco Dias d’Ávila, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão, Antônio Guedes de Brito e outros não se efetivou, porém, e a questão das terras entrançou-se com a oposição da Companhia de Jesus, detentora de vastas propriedades em todos os sertões do Brasil [...] além de que no Piauí, a justiça era pessimamente administrada e os ricos e poderosos e outros tantos régulos tratavam seus rendeiros e colonos como verdadeiros escravos ‘os jesuítas, tanto mais detestáveis quanto obravam toda sorte de arbítrios sob a capa de religião, de posse de uma grande fortuna e por isso poderosos na capitania, gozando de privilégios que os reis imprudentes lhes haviam concedido, eram os verdadeiros senhores da situação, eram a verdadeira justiça, decidiam de todos os pleitos, intervinham em todos os negócios, punham em antagonismo o povo com a autoridade e indispunham os índios, sobre quem tinham muito poder e mando, contra os povoadores’<sup>159</sup>.

A consciência histórica dos apontamentos do historiador baiano propicia visualizar a dimensão das rivalidades entre Igreja Católica e o bastião da Casa da Torre. É um tanto irrelevante ponderar que o rei sabia como, de fato soubera dos atos praticados por Antônio Guedes de Brito, Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Sertão nos sertões da Bahia, Piauí e Pernambuco juntos, porquanto, Vossa Majestade não tinha meios consistentes para impedir esse *poder paralelo*, e barrar o *sentido interno* da colonização, já que os mesmo particulares eram agentes de viabilização da colonização.

As atrocidades cometidas pelos três particulares não tinham limites. A questão passava pela vistas de frei Porciúncula de maneira atônita, ao ouvir admirado os relatos dos moradores dos sertões baiano e pernambucano, pois

sem tem senhorio das demais terras do que daquelas do que se lhe deram em sesmaria, e que não [há] hoje mais terras descobertas e povoadas era por culpa dos ditos senhorios, porque assim como alguém descobre algum sítio, e o quer povoar por lhe ter custado o risco da sua vida e dispêndio da sua fazenda em desapossar o gentio e o aldeado e pô-lo no grêmio da Igreja, dizem os ditos senhorios das terras que lhe andem pagar renda, ou quando não que despejem porque querem meter os seus gados nela e desta sorte se tinham senhores demais, terras do que aquelas que se tinham dado em

---

<sup>159</sup>BANDEIRA, 2007, p. 339.

sesmaria, e julgo ser isto assim porque recolhendo me o ano de 1699 da missão que tinha ido fazer ao rio de São Francisco<sup>160</sup>.

Destarte, depois deste depoimento do frei, temos assim, um imbróglio pontual, onde toda essa querela começa a ganhar a clareza escondida pela sombra dos desmandos dos três senhores, também recôndita pelo seu ar de intriga.

Ao agir daquela forma, os potentados estavam indo duas vezes contra a política lusitana. Primeiro, estavam a prejudicar as ações da igreja consentidas por D. Pedro II, e segundo, desvirtuando o princípio jurídico do *uti possidetis*<sup>161</sup>. A truculência do emprego da força desapossando outros particulares donos de sesmarias, caracterizara a oposição velada às vontades do rei, e a explícita ao clero, contrariando as ordens régias para a administração do império, nomeadamente no alto sertão.

A historicidade dessa conjuntura sinaliza o que venho tentando engatinhar historiográfica e teoricamente por meio da pesquisa: *o sentido interno da colonização portuguesa nos sertões*. O diálogo ambivalente com os estudiosos do conceito de *redes*; propagadores da vertente do *Antigo Regime nos trópicos*; e *Império* permitem esclarecer este itinerário empírico, sem a mínima pretensão de esgotamento dessas reflexões em estudos posteriores.

A pesquisa desenvolvida nutriu uma simpatia pelas ideias de Muniz Bandeira (2007), em torno do *sentido interno* das empreitadas portuguesas no Piauí. De Lisboa o rei tinha conhecimento dessas arbitrariedades, mas não conseguia impedir, até mesmo porque o monarca carecia do braço armado dos senhores de Tatuapara para viabilizar a penetração dos sertões, uma tendência já sublinhada anteriormente.

Outra explicação provável para Leonor Pereira Marinho, Antônio Guedes de Brito e Domingos Afonso Sertão não quererem a fundação de paróquias, era que isso podia fatalmente gerar agrupamentos humanos ao redor de padres e outros fazendeiros de menor poder militar, posteriormente unidos, vindo a ameaçar os três particulares.

Quatro patas ocupam mais espaço do que duas, porém, elas tendem a fatalmente se dispersar. Dois pés acompanhados de um missal, uma cruz e um rosário tinham o poder de unir as almas, ocupando-as em seu âmago: o espírito.

---

<sup>160</sup>Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre requerimento dos povoadores e descobridores do sertão do Piauí, solicitando a posse das terras que cada um tivesse descoberto e fosse descobrindo, pagando apenas o foro à Real Fazenda. 4 docs.

<sup>161</sup>Do latim para o português: Como possuíis.

Um atributo de poder fundamental para um senhorio não era fazer uso da terra, e sim, concentrar o máximo de propriedades, e aí então, delas tirar proveito, povoando-as com seus rebanhos. Estabelecer a criação de muares e fundar fazendas, deixando nelas delegados autorizados a levar até as últimas consequências os interesses senhoriais fora uma ordem. A agricultura, via de regra, configurava uma atividade ignóbil. Preferia-se aumentar a riqueza por meio da caça aos gentios, escravizando-os e tomando seus territórios.

De certa forma, o gado fora outro colono, ele tomara a posse da terra à medida que permite a seu proprietário justificar o domínio e a arbitrariedade do emprego bélico. Mas, pela tangente, a principal característica da criação de gado, antes de se fixar numa fazenda, é a dispersão. Núcleos humanos organizados podiam ameaçar os três particulares ligados aos d'Ávila, e os senhorios sabiam disso. Pessoalmente, frei Bernardo de Porciúncula tomara conhecimento das atrocidades praticadas por Leonor Pereira Marinho.

Numa de suas andanças pelo sertão, Porciúncula relatara que “por mandado de Dom João Alencastre e do arcebispo, encontrei com vinte e tantos homens de cavalo armados com mais de cinquenta índios a irem fazer guerra por mandado da dita Leonor Pereira Marinho a Luis da Costa”<sup>162</sup>. Luis da Costa deveria ser um desses sesmeiros vindo do norte de Portugal, sem grandes cabedais, escasso poder de resistência contra um invasor arrivista, relegado ao ostracismo político nos sertões próximos ao São Francisco.

O frei tinha pela frente mais de vinte cavalarianos, e uma quantidade maior que cinco dezenas de gentios com poder de fogo e armas brancas, possivelmente, arco e flechas envenenadas. Formava o conjunto das armas do religioso um crucifixo. A arma que tinha estava na fé e no convencimento de fazer as hostes da senhora da Torre retroceder.

Porciúncula intentara em vão interceder invocando o respeito à imagem de Cristo. Desejava resolver a contenda da maneira mais diplomática e pacífica possível, algo difícil para os senhorios de Tatuapara, acostumados a falar pela boca do arcabuz, o fogo amigo do gentio, e assinar formalidades e vontades com sangue.

Entrementes, seguiu-se grande luta armada,

e botarem lhe fora os gados das terras que ele [Luis da Costa] tinha descoberto, com grande perigo de vida por estar toda povoada de gentio, e pedindo lhe eu por aquele Cristo que levava comigo que tornassem para trás que nem Deus nem Sua Majestade tal queriam que para isso havia justiça na Bahia respondeu me o que ia por cabo por algum modo de desprezo e

---

<sup>162</sup>Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento dos povoadores e descobridores do sertão do Piauí, solicitando a posse das terras que cada um tivesse descoberto e fosse descobrindo, pagando apenas o foro à Fazenda Real. 20/ 01/ 1701. AHU-PI, cx. 1, doc. 4. Anexo: 4 docs.

fazendo pouco caso da imagem de Cristo que lhe pus a vista que ele ia fazer o que mandava<sup>163</sup>.

Por si só, o relato do religioso oferece uma dose da violência atroz de Leonor Pereira Marinho. É presumível caso a questão fosse endereçada para a justiça na Bahia, onde a poderosa senhora provavelmente teria homens inseridos no domínio das leis capazes de emitir parecer favorável e políticos influentes no Senado da Câmara que poderiam interceder, sairia vitoriosa da disputa.

Luis da Costa teria resistido alguns dias ou semanas. Depois de um primeiro embate entre as forças do sesmeiro e as da matrona Leonor Pereira Marinho; talvez, também, ofendida pela intercessão de frei Bernardo de Porciúncula, foi duplicado o contingente às portas da fazenda de Luis da Costa, comandado por Diogo de Mello, aparentemente, um famigerado preposto ou mercenário. Conforme o relato surpreendente do religioso:

Leonor Pereira Marinho que só a el[a] conhecia e não conhecia a mais ninguém e não conseguida a diligência que foram fazer por causa da resistência que achara tornou a dita Leonor Pereira Marinho. Nesta era [veio] a mandar Diogo de Mello homem facinoroso com muitas mortes com dobrada força de gente a tornar outra vez a fazer guerra ao dito Luis da Costa e por lhe fogo as casas e tirar lhe as terras que lhe custaram tanto trabalho, e disto resultou conforme as novas que lá que pondo-se em defensiva houve bastante mortes. E que a vista disto não queriam estes ditos moradores arriscar as suas vidas em descobrir terras para serem todas dos ditos três senhorios que se fazem a força de armas que bem sabiam que de as não descobrirem e povoarem que resultava grande perda à fazenda real porque se fossem mais as povoações dariam pelos dízimos dobrado dinheiro que hoje se dá por elas<sup>164</sup>.

Como vimos, os pedidos de concórdia de frei Bernardo de Porciúncula foram inúteis, e teriam estimulado Leonor Pereira Marinho a dobrar a cavalaria, comandada por Diogo de Melo.

O carmelita Nicolau de São José também tomara conhecimento dos terríveis eventos realizados pelos soldados da dita senhora da Torre e Domingos Afonso Sertão, quando estivera embrenhado nos matos do sertão do rio São Francisco. Segundo o frei ao entrar

acima ao rio São Francisco e o corri todo de lua, e outra parte, de norte e sul, desde o sertão de Rodela e as últimas povoações do dito rio, que ficam fora do rio metidas pelo interior do sertão, pelo qual fui atravessando muitas terras despovoadas habitadas dos gentios bravos, dos quais estão os povoadores confinantes, recebendo continuamente notáveis danos e

---

<sup>163</sup>Idem.

<sup>164</sup>Idem.

lastimando me de os ver tão oprimidos, vivendo em tanto risco, inquirindo a causa, e perguntando porque se não opunham ao furor do gentio, achei em todos darem me por reação entre outras muitas que alegam, que não era reação, que eles perecem em tanto risco a própria vida por conveniências alheias<sup>165</sup>.

As *conveniências alheias* mencionadas por frei Nicolau de São José eram os desmandos manifestados pelos senhorios da Casa da Torre. O depoimento corrobora a maneira como atuava nos sertões esse poder. Além de intimidados pelos gentios esses povoadores viviam sob a tensão de terem suas terras devastadas e tomadas por Antônio Guedes de Brito, Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Sertão para majorar ainda mais a riqueza outrora conquistada por artifícios militares e paramilitares.

Embora não constasse nenhum Luis da Costa entre os colonos das anotações do padre Miguel de Coutinho, não se pode descartar a possibilidade desses senhorios estarem a praticar em terras do Piauí, (entre as décadas de 1680, quando Garcia d'Ávila já alcançara com robustez as terras do Piauí, e fins da metade da década de 1690) esse tipo de ações armadas.

Os moradores prejudicados expuseram ao frei carmelita

que as ditas terras estavam dadas por sesmarias, e que os senhores eram obrigados a descobri-las, e povoá-las, e defendê-las do gentio, que com esta condição lhe foram concedidas, e que se os tais a não queriam fazer, ou não podiam que as deixassem povoar, que eles as defenderiam, o que os ditos senhorios lhe não permitem; antes o fossem tanto ao contrário, que se algum descobre algum sítio, em que vai arriscar a sua vida, e despender a sua fazenda no seu descobrimento depois dele descoberto o tomam os senhorios, e se metem de posse dele, se lhe acomoda, e quando lhe na acham conveniência o deixam ao descobridor arrendando o por anos reservando sempre o domínio da terra em que ficam sempre os descobridores e povoadores com sujeição e a vontade dos senhorios para todas as vezes que quiserem, os mandarem despejar como muitas vezes sucede [...] e como nisto recebem notáveis danos perdendo o que com tanto trabalho tem adquirido<sup>166</sup>.

Diante dessas passagens não restam dúvidas a respeito do poder da Casa da Torre nos sertões. É sabido que a Coroa portuguesa *garantia juridicamente* a posse das terras por quem primeiro as tivesse descoberto. Mas, o alibi das cartas sesmarias alegado pelos senhorios estudados, ficava temerário discutir pelo domínio da terra, que o diga o miserável Luis da Costa, que teve suas terras tomadas e saqueadas.

---

<sup>165</sup>Ibidem.

<sup>166</sup>Ibidem.

Ao cruzar dados de consulta do Conselho Ultramarino (reiteradamente citada) acerca do desejo de D. Pedro “sobre o requerimento dos povoadores e descobridores do sertão do Piauí, solicitando a posse das terras que cada um tivesse descoberto e fosse descobrindo, pagando apenas o foro à fazenda real”, as possibilidades desse tipo de ação armada ter ocorrido no Piauí, utilizado infantaria e cavalaria, e indo contra a fundação de igrejas, podem ser perfeitamente prováveis.

O padre Miguel de Coutinho fora o relator de volume do abuso de poder de Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Sertão em terras do Piauí. De acordo com o sacerdote:

de todas estas terras são senhores, Domingos Afonso Sertão, e Leonor Pereira Marinho, que as partem de meias, tem nelas algumas fazendas de gados seus, as mais arrendam a quem quer meter gados pagando-lhes 10 réis de foro por cada sítio, e desta sorte estão introduzidos donatários das terras sendo só sesmeiros para as povoarem com gados seus; em tanto que até as igrejas querem apresentar, e esta nova queriam fundada debaixo do título de sua; &<sup>167</sup>.

Dita esta posição daquele religioso é como se eu estivesse em uma casa ensombrada e muitas luzem em formato de interrogação interrompessem o horizonte de penumbra. Não estariam Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Sertão, juntos, já praticando ações armadas no Piauí, contra fazendeiros e colonos sem capacidade bélica de resistirem ao fogo de seus arcabuzes, dessa forma, prevaricando as diretrizes da política colonial lusitana quanto ao povoamento e descoberta dos sertões de dentro?

Manifestaram o desejo de unir a paróquia de *Nossa Senhora da Vitória* aos títulos de seus domínios, mas não concretizaram. Teriam não levado a frente a ideia, receosos por uma junção entre o padre Miguel de Carvalho e os quatorze senhores que endossaram o documento enviado a Pernambuco, que chegou depois à Lisboa, temendo além de uma resposta da elite local, problemas com o rei?

Um desses quatorze cavalheiros era o capitão mor Francisco Dias da Siqueira, governante de um arraial dos paulistas com nada mais nada menos que 605 homens. Um dos vários delegados de Domingos Jorge Velho. Ao frear um pouco minha enumeração e fazer um rápido balanço histórico passou outro pensamento curioso a respeito da reflexão dos fatos.

Os motivos profundos de oposição à Igreja passam pela alçada do quesito financeiro. Seria exagerado imaginar que estavam invadindo propriedades e anexando-as, como suas, para não pagar foros à fazenda real?

---

<sup>167</sup> Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, 370.

Em 1671, Domingos Afonso Mafrense se encontrara no Piauí com Domingos Jorge Velho, na altura com muitas fazendas erguidas. Em 1695, um dos motivos que Domingos Jorge Velho expusera *aos pés* de D. Pedro II para qualificar as desvantagens de um retorno às terras do Piauí, era suas fazendas terem sido invadidas e depredadas por outros colonos que as haviam tomado. Em 1697, Domingos Afonso Mafrense e Leonor Pereira Marinho tinham manifestado interesse pelo assunto da fundação da paróquia de *Nossa Senhora da Vitória*. Estamos diante de um espaço de cerca de 30 anos em que um quesito liga todos esses sujeitos históricos e eventos: a posse e invasão de terras no Piauí. Um quadro histórico delicado oferecedor de um norte para medir não só o tamanho da força destes senhorios nas terras do Piauí, mas possibilidades de investigação debruçam-se sobre o *sentido interno* da colonização nos sertões do norte brasileiro, especialmente, no Piauí.

No século XVIII, por exemplo, o ajuntamento histórico dos acirramentos entre os jesuítas, teria motivado a expulsão dos religiosos por Sebastião José de Carvalho e Melo, “mais conhecido pelo título que lhe foi conferido, em 1770, de marquês de Pombal”<sup>168</sup>. Adversário contumaz dos padres, Pombal lhes decretou o banimento em 1759. Peço licença ao leitor para tratar sucintamente deste aspecto, em parte, tônica de fato histórico anterior a 1759, e que irei tratar posteriormente no texto. Esse acontecimento, inclusive, povoou ainda páginas de literatura ficcional piauiense. O romance *Vaqueiro e Visconde* (1986), de autoria do oeirense José Expedito de Carvalho Rêgo – uma biografia de Manuel de Sousa Martins, o visconde da Parnaíba, é um exemplo disso. O livro possui trechos de ficção pura, mas está arquitetado, em largo período da história da província Piauí, desde 1767, quando nascera o visconde, até a transferência da capital de Oeiras para a Teresina, em 1852, antiga vila nova do Poti. A mudança histórica foi viabilizada por um arranjo político do baiano José Antonio Saraiva. Rêgo não faz referências diretas às datas. Preferiu adotar um balizamento, no romance, pela tonalidade dos acontecimentos ligados à figura do visconde.

Em passagem da trama romanesca, os personagens *Valério Coelho Rodrigues* e *Né Martins*, respectivamente, avô e pai do protagonista, conversavam tranquilamente sobre o assunto envolvendo os padres da Companhia, deitados em redes na varanda da casa do último, depois de um farto jantar:

Coelho Rodrigues dizia-se satisfeito com o primeiro governador, João Pereira Caldas. Fazia oito anos [desde 1759] que governara e fizera muita coisa proveitosa. Não tinha gostado, porém, da *expulsão dos jesuítas*. Os padres tomavam conta bem das fazendas de gado, cuja administração lhes

<sup>168</sup>BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 190.

fora confiada. Se entregues a administradores outros iriam certamente decair. Algumas tinham sido doadas a portugueses ricos e ambiciosos, que não precisavam delas. A ele mesmo, Coelho Rodrigues, quiseram entregar uma, que lhe ficava mais próxima, porém não aceitou<sup>169</sup>.

Nesta obra, o posicionamento de Expedito Rêgo (1986) é significativo na medida em que ele oferece uma dimensão da publicidade do fato. Dessa forma, o autor se utiliza de uma estratégia literária para, historiograficamente, fazer visível a habilidade administrativa dos jesuítas, a simpatia de um grande senhor de terras por eles, e a insatisfação deste perante o governador da província com aquela atitude, opinião que o autor põe na boca de uma figura de ficção, inspirada em personagem histórico real – Valério Coelho Rodrigues, através de um narrador. Porém, oferece a interpretação dúbia da expulsão dos padres pelo então governador da província do Piauí, João Pereira Caldas, e não pelo seu algoz imediato, o marquês de Pombal.

Como indicou Charles Ralph Boxer (2002), destacado historiador britânico, brasilianista e estudioso do império ultramarino português:

A origem do ódio patológico de Pombal pelos jesuítas é incerta. Não há nenhuma indicação de que esse ódio existisse antes de 1750, e Pombal devia os primeiros progressos em sua carreira, ao menos em parte, aos jesuítas. Contudo, dez anos mais tarde, a fobia se tornaria uma obsessão maníaca da qual jamais se libertou. Seu meio-irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que governou o estado do Maranhão-Pará, lhe enviava um fluxo constante de denúncias dos missionários jesuítas na Amazônia, que dizia ele, continuamente zombavam da autoridade da Coroa. Tais afirmações repetidas enfaticamente, fossem verdadeiras, falsas, ou exageradas, devem ter reforçado as convicções antijesuítas de Pombal, se é que não o inspiraram em sua origem<sup>170</sup>.

Os apontamentos de Boxer (2002) com relação à antipatia nutrida por Sebastião José de Carvalho e Melo, para com o regulares da Companhia de Jesus parecia se resumir a um período de apenas dez anos. Por esse exemplo, é fundamental a necessidade de estudar os fatos em sua dinâmica interna.

Como vemos meu caro leitor, às vezes não é apenas a oposição do rosário ao arcabuz, mas o estabelecimento de mecanismos de poder para engrossar cabedais, de afirmação do interesse privado, em detrimento do público. As condições do curso da história, só ganham sentido, quando passamos a vê-las pelos olhos, o coração e o desejo dos homens.

---

<sup>169</sup>REGO, José Expedito. *Vaqueiro e Visconde*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986, p. 16. Grifo meu. O romance possui uma primeira edição de 1981, sob o título de *Né de Sousa*, como era tratado popularmente o visconde da Parnaíba.  
BOXER, 2002, p. 199.

### **CAPÍTULO III – O SANGUE DAS ALMAS: perspectiva histórica para um estudo da formação da miscigenação no sertão do Piauí, na segunda metade do seiscentos**

#### **3.1 Prólogo: uma ideia fixa**

Desde meados de 2011, quando iniciava os meus estudos acadêmicos em história do Piauí, vinha padecendo de uma *ideia fixa*, similar àquela a que afligira o personagem *Brás Cubas*, de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880), obra de Machado de Assis marco do realismo na literatura brasileira.

Nas minhas leituras sobre o Brasil subjugado politicamente a Portugal, amadurecia o pensamento em torno da tendência em ter abrigado o Piauí colonial, um alto nível de mestiços, quiça, o maior de toda a colônia. Os esforços de reflexão historiográfica de alguns estudiosos para tentar entender as propostas de formação histórica, cultural, étnica, social e política do Brasil em torno da variedade de tipos humanos da sociedade colonial brasileira, me aguçaram a vontade de projetar um estudo nesta direção.

Decidi partir do plano historiográfico nacional para o regional<sup>1</sup> no confronto das informações de Sérgio Buarque de Holanda (1995), Caio Prado Júnior (2006), Pedro Calmon (2002), e, especialmente, Gilberto Freyre (2006), com estudos a respeito do Piauí de autoria de Luiz Mott, Claudete Maria Miranda Dias (2006), numa observação especial a Alcebíades Costa Filho (2010) e Tanya Maria Pires Brandão (1999). Consegui visualizar que em Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas, principalmente, em Pernambuco, Bahia e São Paulo existira uma grande quantidade de negros escravos, em contraste com a exígua escravaria do Piauí da segunda metade do século XVII, aliás, um território social ainda em constituição, e um dos poucos lugares habitados do interior do Brasil na época. As opiniões de Charles Boxer (2002) também foram consideradas nas interlocuções, por sinal, historiador que faz um contraponto com Freyre (2006).

Uma das críticas do historiador britânico ao sociólogo brasileiro dizia respeito “a validade de algumas generalizações amplamente aceitas, como, por exemplo, a afirmação de Gilberto Freyre (2006) de que portugueses e brasileiros sempre tenderam, na medida do possível, a favorecer a ascensão social do negro”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>Deve-se considerar que a divisão em história nacional e regional é tão somente uma atitude de organização analítica.

<sup>2</sup>BOXER, 2002, p. 286.

No diálogo com Tanya Maria Pires Brandão (1999), Pedro Calmon (2002), Charles Boxer (2002) e Gilberto Freyre (2006), tomando como documento base a *Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco* (1697), redigida pelo padre Miguel de Coutinho, depois de fazer uma análise dos sertões de dentro, busquei sinalizar as prováveis motivações para a abundância de mestiços no Piauí do século XVIII, uma situação que teve sua gênese na segunda metade do século anterior.

O elevado patamar de mestiços no Piauí setecentista é um consentimento de uma das teses de Boxer (2002) e constatação de uma das proposições de Tanya Brandão (1999) para o século XVIII, na dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que foi lançada em livro como *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII* (1999).

Segunda a historiadora piauiense, no ano de 1772, entre homens e mulheres, o Piauí tinha uma população de 3.205 brancos, 4.050 mulatos, 3.108 mestiços, 1.131 vermelhos, 1.354 mamelucos (que podem ser incluídos entre os mestiços) e 6.343 negros, num total de 19.191 almas<sup>3</sup>. Como nota-se, dessa reunião, temos 8.512 pessoas de sangue mestiçado.

Com relação ao caso piauiense, na mesma direção de Brandão (1999) enxertou Boxer (2002), ao sintetizar basicamente a composição étnica brasileira na altura do segundo quartel do século XVIII.

É difícil determinar a composição racial do país em 1750 à luz dos poucos números confiáveis de que dispomos, e que se referem a localidades muito espalhadas. As classificações fundamentais, sem levar em conta as *numerosas subdivisões*, eram aproximadamente as seguintes: brancos, ou, pelo menos, pessoas socialmente aceitas como tal; pardos, ou pessoas de cor de ascendência mista, incluindo os mulatos, embora fossem, às vezes, classificados em separado; pretos, ou negros, escravos ou livres; os ameríndios cristianizados. O Estado setentrional do Maranhão e Pará, nessa época administrado separadamente do Brasil, tinha mais ameríndios, vindo em segundo lugar os mamelucos ou caboclos (uma mistura de brancos e ameríndios), em terceiro, brancos e mulatos e, por último, negros. A floresta tropical, chuvosa, do vale do Amazonas, apesar de fornecer uma admirável estrada fluvial para o interior, era ecologicamente desfavorável à colonização branca em grande escala e, ainda hoje, a vasta selva amazônica tem menos habitantes do que a ilha de Porto Rico. Nos populosos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, e seus arredores, predominavam negros, pardos e mulatos, seguidos de brancos puros (?) e, depois, de caboclos e ameríndios. Nos distritos mineiros de Minas Gerais, o número de pretos excedia talvez ligeiramente o de brancos e mestiços (sobretudo mamelucos)

---

<sup>3</sup>BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999, p. 101.

era muito maior do que o de negros, tal como acontecia entre os poteiros, e os criadores de gado do Rio Grande do Sul. *Em outras regiões, como o vale do rio São Francisco e o Piauí, as raças estavam a tal ponto misturadas que os mestiços eram de longe os mais numerosos*<sup>4</sup>.

Está claro que depois da segunda metade do século XVIII o elevado estado de mestiços relativo aos sertões margeados pelo rio São Francisco e o Piauí era um produto, uma constatação, e não um processo inicial, como também comprovou Tanya Brandão com relação família do Piauí.

Quando lemos a bibliografia dos autores mencionados em comparação com o renomado ensaio da *formação da família patriarcal brasileira, Casa grande e senzala* (2006), de Gilberto Freyre, os motivos grande quantidade de mestiços nos sertões são tratados evasivamente, quando não fugidios em favorecimento, de certa forma, por uma história que prima, em suas devidas proporções, por uma ênfase básica: ter se formado a família brasileira nos engenhos de cana de açúcar, nos povoados próximos das minas, nas lavouras de tabaco, no encontro de bandeirantes com a gentia e a negra (e mais tarde nos cafezais) – horizontes históricos da vida dos povos pernambucano, baiano, mineiro e paulista. Até mesmo quando se desloca analiticamente para o interior do Brasil, Gilberto Freyre atravessa o atual Nordeste, de Pernambuco ao Maranhão, sem fazer menção aos contributos da família ganadeira nascida no Piauí, ou ao *senhor de fazenda* de finais do século XVII.

Por enquanto, posso sugerir duas explicações rápidas para o elevado grau de mestiços nos sertões do Piauí do século XVIII: a ausência de mulheres brancas, como em toda a colônia, assim entendido por Pedro Calmon<sup>5</sup>; e o pequeno número de escravos e escravas.

Em 1697, a única mulher branca a residir nos sertões do Piauí era a senhora Mariana Cabral, residente na fazenda Belo Jardim de Santa Cruz, esposa de Domingos de Aguiar, “e é o único homem branco casado nesta nova freguesia”<sup>6</sup> de *Nossa Senhora da Vitória*.

A desconcentração de cativos no solo do Piauí esteve ligada à pouca mão de obra necessária para fazer funcionar o aparelho orgânico da fazenda de gado vacum e cavalariço, atividade mãe formadora da sociedade colonial do Piauí, ao lado da Igreja Católica, proporcionando a agregação populacional e o povoamento da terra com rebanhos administrados por arrendatários de “Domingos Afonso Sertão, e Leonor Pereira Marinho, que as partem de meias, tem nelas algumas fazendas de gados seus, as mais arrendam a quem lhe

---

<sup>4</sup>BOXER, 2002, p. 185-186. Grifo meu.

<sup>5</sup>CALMON, 2002.

<sup>6</sup>Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 379.

quer meter gados pagando-lhe 10 reis de foro”<sup>7</sup>. A construção de capelas e redutos missionários, a missão de uma forma geral, como as missões dos padres da S. J.<sup>8</sup>, estabelecidas na Serra da Ibiapaba, auxiliaram na organização espiritual do Piauí, mas às vezes, causavam choques com os poderosos, uma vez que os padres se recusavam a enviar seus pupilos ameríndios para lutar nas guerras, e trabalhar nas lavouras<sup>9</sup>, o que seria uma explicação para o emprego sistematizado do africano.

O terceiro elemento explicativo faz alusão às enormes populações autóctones hostis, que, na segunda metade do século XVII, ainda não viviam num estado de concórdia que pudesse fazer surgir nas fazendas uma vasta prole de mamelucos, isto é, filhos de brancos com nativas<sup>10</sup>, o que teria criado relações de coexistência.

O quadro abaixo foi construído utilizando fonte citada anteriormente. Tem o objetivo de oferecer ao leitor uma noção da constituição e quantificação étnica da população piauiense no final do século XVII – brancos, negros, nativos e mestiços, e auxiliar no mapeamento das motivações para tantos mestiços no setecentos. Os números variam ligeiramente para mais com relação aos dados do padre Miguel de Coutinho (1697), e os de Tanya Brandão (1999), devido, neste trabalho, terem sido acrescentadas as crianças. Não é intuito dar profundidade ao tema mestiço no Piauí, até porque as poucas fontes não permitem isso. Desejei neste capítulo traçar nortes para estudar os motivos do itinerário do elevando grau de mestiços nos sertões do Piauí seiscentista em futuras pesquisas.

*QUADRO I: CONSTITUIÇÃO ÉTNICA E PERSPECTIVA DA PROLE NAS  
RELAÇÕES MARITAIS NAS FAZENDAS DO PIAUÍ (1697)*

<i>FAZENDA/ ARRAIAL: BRANCOS</i>	<i>COMPANHIA</i>	<i>PROLE</i>	<i>DISTÂNCIA DA FAZENDA SEGUINTE</i>
Arraial dos paulistas entre as fazendas São Francisco Xavier e Sítio de Catarina: capitão Francisco Dias de Siqueira	Branco, mestiço, gentios e possíveis mulheres Tapuias	Possível prole cabocla e de mestiços com nativas	
Doutor Manoel Nunes Colares	Homens diversos vindos da Bahia e		

<sup>7</sup>Idem, p. 370.

<sup>8</sup>Do latim para o português: Companhia de Jesus.

<sup>9</sup>Consultar CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Resistência indígena no Piauí Colonial: 1718-1774*. Imperatriz: Ética, 2008.

<sup>10</sup>Ver *QUADRO I: CONSTITUIÇÃO ÉTNICA E PERSPECTIVA DA PROLE NAS RELAÇÕES MARITAIS NAS FAZENDAS DO PIAUÍ (1697)*

	moradores do Piauí		
<i>Cabeceira do Canindé</i> Fazenda Cachoeira: Henrique Valente e Antonio Lopes			Cinco léguas
Fazenda Boqueirão: Manoel Alves	Três negros		Seis léguas
Fazenda Poções de São Miguel: capitão Antonio Nunes			Três léguas
Fazenda Campo Grande: Antonio Bento	Um negro		Cinco léguas
Fazenda Campo Largo: João Rebelo e João Ferreira das Neves	Dois negros e uma mestiça	Mestiça casada com um dos negros: possível prole fruto de mestiça com negro	Duas léguas
Fazenda Torre: Manoel Pereira	Um negro		Duas léguas
Fazenda Ilha: Cribones Caldeira e Custódio Afonso			Duas léguas
Fazenda Graciosa: Francisco de Quadros			Quatro léguas
Fazenda Várzea Branca: Barnabé de Araújo	Um negro e uma Tapuia	Possível prole cabocla e cafuza	Três léguas
Fazenda Passagem: João Carneiro da Fonseca	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Boa Vista: Gonçalo Nunes Teixeira	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Aldeia: Julião Gomes	Um negro		Três léguas
Fazenda Porto Alegre: Francisco Cardoso da Rosa e Antonio de Souza Branco	Um tapuia		Três léguas
Fazenda Tatu: Salvador Carneiro	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Gameleira: Antonio Nunes	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Retiro: Antonio Fernandes	Um negro		Duas léguas
Fazenda Barra: André			Duas léguas

Barbosa Correa e Raphael Barbosa	Dois negros		
Fazenda Craíbas: Antonio da Cunha Souto Maior	Quatro negros		Duas léguas
Fazenda Lagoa do Sussuapara: Constantino Ferreira e Faria	Dois negros		Oito léguas
<i>Rio Parnaíba</i> Fazenda Santa Rosa: João Ferreira de Barros	Dois negros		
<i>Margens do riacho Itaim Mirim. Afluente do Canindé</i> Fazenda Jenipapo: Francisco Gil dos Reis	Três negros		Duas léguas
Fazenda Tabua: Paulo Ferreira de Azevedo	Dois negros		Uma légua
Fazenda Serra: Estevão Borges e Antonio Nunes	Uma mulata e dois negros	Possível prole mestiça de brancos com mulata, e mulata com negros	Três léguas
Fazenda Forta: capitão Antonio de Antas de Azevedo e (?) da Gama de Azevedo, e Fernando Velho da Gama	Quatro negros		Duas léguas
Fazenda Franqueira: André da Fraga	Um negro		Duas léguas
Fazenda Canavieira: Francisco Cardoso de Amaral	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Saco: Gonçalo Antunes	Um negro e um mulato		
<i>Cabeceira do riacho das Guaribas. Afluente do Canindé</i> Fazenda Buraco: Antonio da Silva	Dois negros		Duas léguas
Fazenda As Pedras: Sebastião Pereira	Um negro		Três léguas
Fazenda Sussuapara: Melchior Travassos Borges	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Samambaia:			

Aleixo de Barros Galvão; e o senhor da fazenda, o alferes Francisco Bezerra Correa	Um nativo e três nativas	Possível prole nativa e cabocla	Duas léguas
Fazenda Boqueirão: João de Souza e o senhor da fazenda, o capitão Alexandre Rebelo de Sepúlveda	Dois negros e uma cabocla	Possível prole mestiça de negros e brancos com cabocla	Duas léguas
Fazenda Tucano: Antonio Barbosa Bezerra	Um negro e uma Tapuia	Possível prole cabocla e cafuza	
<i>Riacho do frade. Afluente do Itaim Mirim</i> Fazenda O Frade: Brás Teixeira	Um negro e um culumim (criança nativa)		
<i>Riacho Serra Talhada. Afluente do Canindé</i> Fazenda Atalhada: Belchior Gonçalves	Um negro		
<i>Riacho Corrente. Afluente do Canindé</i> Fazenda Corrente: dono da fazenda o alferes Cristóvão Álvares da Palma e Melchior Roiz	Três negros		
<i>Riachinho do Mocambo. Afluente do Canindé</i> Fazenda Mocambo: Domingos Lopes de Carvalho	Um negro e uma Tapuia	Possível prole cabocla e cafuza	
<i>Rio Itaim Açu. Afluente do rio Parnaíba</i> Fazenda A Onça: Manoel de Araújo Velho	Um negro		Duas léguas
Fazenda Anta: Manoel Gonçalves Palha	Um negro		Três léguas
Fazenda Boqueirão:			

Paulo Afonso do Monte e Miguel de Abreu Sepúlveda	Seis negros e quatro nativas	Possível prole cabocla e cafuza	Duas léguas
Fazenda Juazeiro: Melchior Lobo Barreto	Um negro		Duas léguas
Fazenda Sambaíba: Lucas Vasques Barbosa	Um negro		Três léguas
Fazenda Poti: Antonio Gonçalves	Quatro negros		Três léguas
Fazenda São Lázaro: Joseph Ribeiro de Castor	Duas Tapuias	Possível prole mameluca	Três léguas
Fazenda São Pedro: Domingos de Carvalho	Dois Tapuias		Três léguas
São Cosme: Melchior Ribeiro	Um Tapuia		
<i>Riacho do Cais.</i> Afluente do Itaim Açu Fazenda Dor de Barriga: Gaspar Ferníz Salgado	Um negro		Três léguas
Fazenda O Bigode: Francisco Mendes da Costa	Um negro		
<i>Riacho Cabeça do Tapuia</i> Fazenda Cabeça do Tapuia: Ignácio Barbosa da Gama	Um negro e um Tapuia		Duas léguas
Fazenda Olho d'água: João Barbosa	Um negro e um Tapuia		Duas léguas
Fazenda Sítio da Cruz: Francisco Afonso Barbosa e Cristóvão Barbosa Pereira	Três negros		
<i>Riacho Cana Brava:</i> Afluente do Itaim Açu Fazenda Cana Brava: Egas Moniz de Seia Barreto	Três negros e duas negras	Possível prole mulata e negra	Três léguas
Fazenda Inhingas: João Lobo	Dois negros		
<i>Riacho São Nicolau.</i>			

<i>Cruza com o rio São Vitor</i> Fazenda Sítio do Mendes: João de Versa	Dois negros		Três léguas
Fazenda São Nicolau: Salvador João	Dois negros		Dez léguas
Fazenda Sítio das Pedras: Miguel Gomes	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Santo Antonio: Domingos Antunes	Dois culumins e uma Tapuia	Possível prole nativa e mameluca	
<i>Riacho da Vitória. Cruza com o riacho São Nicolau</i> Fazenda Vitória: Antonio Álvares	Dois negros		
<i>Riacho negro. Cruza com o São Nicolau</i> Fazenda Serra Negra: Rodrigo da Costa	Dois negros		
<i>Rio São Vitor. Afluente do Itaim Açú</i> Fazenda São Vitor: João Pinto	Dois negros		Quatro léguas
Fazenda São Mateus: Joseph Nunes Ferreira e Manoel do Vale	Quatro negros		Três léguas
Fazenda Belo Jardim de Santa Cruz: Domingos de Aguiar com sua mulher Mariana Cabral, e Domingos da Silva	Quatro nativos	Possível prole branca	Três léguas
Fazenda Taperá: Simão da Costa e Melchior Simões	Dois negros		
<i>Riacho de Santa Catarina. Afluente do São Vitor</i> Fazenda São Francisco de Xavier: Francisco da Cunha e Antonio de Paiva	Quatro nativos		Três léguas
Fazenda Sítio de Catarina: Antonio Gomes, e o dono da fazenda Andre Gomes da Costa	Três negros e uma Tapuia	Possível prole mameluca e cafuza	

<i>Riacho de São Vicente. Afluente do São Vitor</i> Fazenda Gado Bravo: Francisco Meireles	Um negro		Quatro léguas
Fazenda São Vicente: Manoel Álvares Quaresma	Quatro negros		Três léguas
Fazenda Santo Antonio: Gonçalo Carneiro e Gaspar da Cruz	Dois negros		Três léguas
Fazenda Alegrete: Manoel da Rocha	Dois negros		
<i>Riacho das Berlengas. Afluente do Itaim Açú</i> Fazendas Craíbas: Luis da Silva	Três negros		Duas léguas
Fazendas Berlengas: Dionísio Dias Pereira	Um negro		Cinco léguas
Fazenda São João das Flores: Balthesar Machado	Um nativo e uma nativa	Possível prole nativa e mameluca	
<i>Riacho Santo Antonio. Afluente do Itaim Açú</i> Fazenda Santo Antonio: João Roiz	Um negro		
<i>Riacho Maratamhaim Afluente do Parnaíba</i> Fazenda Jenipapo: Miguel Pinheiro de Carvalho	Dois negros		Quatro léguas
Fazenda Carnaíba: Damásio Pinheiro	Um negro		Duas léguas
Fazenda Estreito: Simão da Costa			Três léguas
Fazenda Boa Cea: Antonio Luiz	Um negro		
<i>Riacho das Cobras Cruza com o Maratamhaim</i> Fazenda Sítio da Cobra	Dois negros		
Fazenda da Barra: Manoel Antunes Trigo	Um negro		
<i>Riacho Bitorocara</i> Fazenda A Serra:	Um nativo		Duas léguas

Pedro Alves Pereira			
Fazenda Bitocara: capitão Bernardo de Carvalho	Quatro negros		Duas léguas
Fazenda Jatobá: alferes Lourenço de Souza Meireles	Um negro		
<i>Riacho Buriti.</i> <i>Afluente do Canindé</i> Fazenda das Éguas de propriedade de Domingos Afonso Sertão	Negro Francisco casado com uma nativa	Cinco filhas cafuzas	
<i>Riacho da</i> <i>Tranqueira. Afluente</i> <i>do Canindé</i> Fazenda Saco	Dois negros: Domingos Afonso, preto casado com uma mestiça, e outro negro	Possível prole fruto de mestiça e negro Domingos Afonso	Uma légua
Fazenda Lagoa Grande: Antonio dos Santos e Luiz Roiz Vianna	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Tranqueira: Antonio Soares Toughia e Domingos Afonso Serra	Dois negros e uma negra		Três léguas
Fazenda Sussupara: capitão André Dias da Costa	Dois negros	Possível prole mulata e negra	Três léguas
Fazenda Salinas: Ignácio Gomes e o dono da fazenda, alferes Silvestre da Costa Gomes de Abreu	Quatro negros, uma negra e uma nativa	Possível prole mulata, negra e cafuza	
<i>Riacho Piauí.</i> <i>Afluente do Canindé</i> Fazenda Almas Santas: Silvestre Gomes casado com uma nativa	Um nativo e uma nativa	Dois filhos mamelucos	Treze léguas
Fazenda Tabuleiro Alto: Manoel dos Santos	Dois negros		Cinco léguas
Fazenda Curral do Campo: Manoel Costa	Um negro e uma negra	Possível prole negra e mulata	Dez léguas
Fazenda Grande: Antonio Gomes Pereira	Um negro e uma nativa	Possível prole cafuza e mameluca	Cinco léguas

Fazenda Sítio das Pimentas: alferes João da Rua Siqueiros	Um negro e um nativo		Três léguas
Fazenda Espinhos: João Francisco de Oliveira	Dois negros		Três léguas
Fazenda Salinas: João Vaz	Dois negros		Seis léguas
Fazenda Cachoeira: André Leitão de Abreu	Um negro		Três léguas
Fazenda Gameleiras: Francisco Machado Guimarães	Dois negros e uma nativa	Possível prole cafuza e mameluca	Quatro léguas
Fazenda A Serra: Lourenço da Costa Veloso e Manoel de Azevedo	Dois negros e um mestiço		Duas léguas
Fazenda Riacho: Joseph Freire de Andrade	Dois negros		Uma légua
Fazenda O Sobrado: Manoel Pinto	Dois negros		Uma légua
Fazenda Lagoa do Jacaré: Cristóvão de Brito Sampaio	Três negros e uma negra	Provável prole negra e mulata	Duas léguas
Fazenda Espinheiros: Francisco da Cunha	Dois negros		Duas léguas
Fazenda Lagoa das Itaris: Manoel da Silva Soares	Dois negros e três nativas	Possível prole cafuza e mameluca	Três léguas
Fazenda Sítio de Baixo: Francisco Muniz	Um negro		Duas léguas
Fazenda Sussuapara: Melchior de Araújo Costa	Um negro e uma negra	Provável prole negra e mulata	Duas léguas
Fazenda dos Algodões: Sebastião Cardoso de Araújo e Alexandre Ferreira	Dois negros e um nativo		Duas léguas
Fazenda Catarens: Manoel Pinto de Carvalho e Antonio Roiz Calvo	Dois negros		Quatro léguas
Fazenda Tapera: Francisco Varela	Dois negros		
<i>Margem do riacho Piauí</i> Fazenda O Pobre:	Um negro e um nativo		

Pedro Alves de Oliveira			
<i>Riacho Mocaitã.</i> Cruza com o Piauí Fazenda Angicos: Miguel Miz	Um negro e um nativo		Quatro léguas
Fazenda Mocaitã: Manoel Leite Arnoso, e o dono da fazenda capitão Joseph Garcia Paz	Quatro nativos, Dois negros, quatro nativas e um mulato	Possível prole mameluca, nativa, cafuza e mestiços de nativas e mulato	Quatro léguas
Fazenda Lagoa do Jacaré: Antonio Afonso	Um negro		Uma légua
<i>Olho d'água próximo ao riacho Mocaitã</i> Fazenda Boa Vista: Luiz Moutinho	Um negro e um nativo		
<i>Riacho da Itagoera.</i> Cruza com o riacho Guaribas Fazenda Maravilha: Gonçalo de Almeida e Francisco de Almeida	Dois negros		Dois léguas
Fazenda Batalha: Manoel Barbosa	Um negro		Três léguas
Fazenda Jacaré: Manoel Miz	Dois negros		Quatro léguas
Fazenda Sítio das Flores: Domingos Barbosa	Dois nativos		
<i>Riacho das Guaribas.</i> Afluente do Parnaíba Fazenda Guaribas: Manoel Dias Braga	Um negro		Três léguas
Fazenda Pico: Domingos Gonçalves	Dois negros		Quatro léguas
Fazenda Mato: Francisco de Barros	Um negro		
<i>Próximo as cabeceiras do riacho das Guaribas</i> Fazenda Rio Grande: Francisco Freitas de Lima	Três negros		Sete léguas
Fazenda Salinas: Manoel Pereira	Dois negros		
<i>Rio Goroguca</i> Fazenda Serra Vermelha: João Félix	Um negro		Três léguas

e Melchior Lopes			
Fazenda Estreito: Manoel da Costa Fajardo	Um negro		Duas léguas
Fazenda Buritis: Francisco Antunes	Um negro		Duas léguas
Fazenda Barreiras: Gregório de Barros	Um negro		Duas léguas
Fazenda Castelo: Antão da Silva	Um negro		Três léguas
Fazenda Sítio das Manganas: Álvaro Velho	Um negro		Vinte léguas de matos e rochas
Fazenda Sítio Real: Miguel Ribeiro	Um negro		
<i>BALANÇO</i>			
<i>ETNICIDADE</i>		<i>QUANTIDADE</i>	
Branços		154	
Negros		211	
Nativos		71	
Mestiços		14	
Total		449	

Fonte: Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 370-389.

### **3.2 Motivações para alto nível de miscigenação: uma paisagem étnica do sertão do Piauí em finais do século XVII**

Sertão do Piauí. Finais do século XVII. Da varanda da casa de taipa coberta de fibra de Pindoba, construída no sopé de uma colina, esparramado numa rede que trocara por bugigangas com Tapuias em uma paragem qualquer, ainda embriagado pela saciedade do almoço, o *senhor de fazenda* português mira o horizonte. Ao cair do sol estridente do Equador, observa sonolento o vaqueiro branco que vai dar água ao gado nas praias de um ribeirão, no largo de uma várzea, auxiliado por dois cativos.

Esbaforido pelo calor, mas ninado pelo punho choroso da rede, o sono domina o rude bilontra. Está sonhando. Dentre outras paisagens, recorda rapidamente de camponesas amorenadas do Minho, de Braga e do Porto, queimadas pelo sol ou pelo sangue mouro, e de algumas macilentas raparigas que iam despedir-se dos marujos na foz do Tejo, em Lisboa.

Ao desembarcar no Brasil, percorre com olhar voluptuoso o corpo de negras de grandes nádegas e lábios carnudos; nativas de boca fina, olhos ligeiramente puxados e cabelos lisos. Mocinhas brancas de famílias abastadas e rechonchudas matronas casadas com políticos, donos de engenhos e fazendeiros, avista-as só de longe, emolduradas numa janela, na companhia de uma ama africana.

Acorda quase com a penumbra total para o jantar, despertado por uma amasia cabocla. Uma alimentação básica, porém farta. Entre um pedaço e outro de carne seca, em alarde, é interrompido bruscamente por um de seus vaqueiros, que farejara pegadas frescas de gentios que teriam rondado ao final da tarde, os fundos da propriedade. À noite, espanta a solidão e refresca o desejo nos braços de sua serviçal mameluca.

Esse quadro histórico-social descrito por mim pudera perfeitamente ser de realidade. As informações do padre Miguel de Coutinho permitem o atrevimento dessa célere viagem, desde o reino até uma fazenda dos longínquos sertões do Piauí seiscentista.

Num lugar, a fazenda Boqueirão, na cabeceira do riacho das Guaribas, afluente do rio Canindé, escolhi para dar vida a atuação dos sujeitos históricos articulados nessa dinâmica do tempo, aos quais o historiador piauiense Alcebíades Costa Filho (2010) em recente tese de doutoramento resumia em “quatro grupos distintos: os colonizadores, os colonos, os nativos e os escravos”<sup>11</sup>. Inevitavelmente, a natureza da miscigenação passava por essas alçadas sociais. Aparentemente, Costa Filho (2010) esqueceu-se de sublinhar a posição da mulher no seio da recém-nascida casa de fazenda, fosse branca (havia apenas uma) negra, ameríndia ou mestiça.

Os imigrantes portugueses seriam o senhor de fazenda, o capitão Alexandre Rebelo de Sepúlveda, talvez um fidalgo preterido pela carreira marítima, animado pela promessa de riqueza no Brasil. Teria decidido partir de Portugal instigado pela política imperial, acabando por administrar uma das fazendas nas terras sesmarias dos senhorios da Casa da Torre. João de Souza é o vaqueiro branco que assume as rédeas da propriedade no absenteísmo do patrão<sup>12</sup>.

Em Portugal, em conversas com colegas de muitas bandeiras sobre Américas, Áfricas, Ásias, Europas, cultura, política, economia, arte e futebol, foi da boca de um amigo angolano que eu ouvi: “Portugal é o norte da África”. Esse pensamento cômico passava pela ideia fixa leitor, a que fiz menção no prólogo.

---

<sup>11</sup>COSTA FILHO, 2010, p. 17.

<sup>12</sup>Sobre o absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí ver artigo em MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

Recordei-me das leituras de Gilberto Freyre (2006), que acusava Manuel Bonfim pela sua observação exagerada dos ameríndios, mas o seguiu de perto nas reflexões acerca da influência dos povos étnicos mulçumanos sobre os lusitanos. Afirmou Freyre (2006):

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata nos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente nem de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sobre a europeia e dando um acre requieime a vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura<sup>13</sup>.

A África não fora apenas povos exóticos, conquista, ouro, escravos. O continente negro dera uma contribuição étnica e cultural para a Lusitânia. Parcelas de migrantes portugueses já chegavam ao Brasil mestiçados de sangue mouro, bérbere e árabe. De modo que, a ideia internalizada e inconsciente, produto de leituras rasas de um português branco como leite é frágil.

No nosso caso, os *colonizadores* são Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho. Todavia, não devemos nos prender tanto a essa classificação, e sim, tê-la numa análise versátil como agentes históricos móveis na política portuguesa quando se tratar das relações maritais.

O vaqueiro fora um espécie de título nobiliárquico do sertão, mas esteve abaixo do senhor de fazenda. Porém, este ficava abaixo do senhorio, tendo operacionalmente alguns atributos similares, por exemplo, mobilizar homens armados e uma insígnia de armas. A distinção social podia estar no brasão da família e na patente ostentada pelo militar português, basicamente duas: alferes, o equivalente a tenente hoje, e capitão. No Piauí, quando confrontamos essas situações, sobretudo a do vaqueiro com a de outros senhores de fazenda, vemos que os donos da fazenda detinham uma possibilidade maior de terem companheiras, negras, nativas ou mestiças, e alguns poucos até mesmo tiveram filhos com elas.

Viviam “estes moradores do arrendamento destas fazendas de gados de quatro cabeças que criam lhe toca uma ao depois de pagos os dízimos, são obrigados quando fazem partilhas a entregarem ao senhor da fazenda tantas cabeças como acharam nela quando entraram”<sup>14</sup>. O regime de *quarta* do rebanho inviabilizava a acumulação de capital e convertia o boi em moeda de troca, embora nesse sistema estivesse implícito o estímulo pré-capitalista

<sup>13</sup>FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

<sup>14</sup>Descrição do sertão do Piauí remetida ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor frei Francisco de Lima bispo de Pernambuco. In: ENNES, 1938, p. 373.

de acumulação do cuidador do gado em aumentar as rezes, e assim ter mais cabeças fruto da quarta. Percebo que o morador, o homem que fica na terra e junto com o escravo cuida da terra era o colono de fato. O escravo também ocupava esse encargo.

São exemplos: a fazenda das Éguas de propriedade de Domingos Afonso Sertão e fazenda Saco, cuidadas, respectivamente, pelo negro Francisco casado com uma nativa, onde dessa união nasceram cinco filhas cafuzas; e a outra ficava sob responsabilidade do negro Domingos Afonso, preto casado com uma mestiça, e outro cativo. O interessante pelo relato do padre Coutinho é que o segundo negro parecia possuir uma condição de sujeição perante Domingos Afonso.

De acordo com o padre Miguel de Coutinho:

Para a parte do norte confina esta povoação com a costa do mar correndo do Ceará para o Maranhão para a qual tem dois caminhos, abertos ambos em o ano de 1695 um vai ao Maranhão, e outro a serra da Ibiapaba, a qual tem ido moradores, e em companhia de alguns vieram os padres da Companhia de Jesus que nela assistem, fazer missão a esta povoação em o mês de dezembro próximo passado de 1696 e se recolherão a serra em janeiro de 1697.

As comunicações do Piauí com o Ceará, e conseqüentemente com a serra da Ibiapaba Bahia, assim como, com o Maranhão e a Bahia, começaram a ter intensidade no final do século XVII. Com isso não podemos descartar a prováveis relações de mancebia entre moradores do Piauí e nativas da serra, e claro, a oposição dos jesuítas quanto ao concubinato.

Com essa motivação, trágico incidente ocorreu em Pernambuco entre o padre André Garro e dois soldados. Os conselheiros ultramarinos – o conde de Alvor, Joseph Nunes de Freitas Serrão, Miguel Nunes de Mesquita e Francisco Pereira da Silva em resposta a duas cartas escritas pelo frei Francisco de Lima, ao secretário Roque Monteiro Paim foram os relatores do caso: “no insulto, e excesso que cometeram dois soldados em ferirem ao missionário o padre André Garro por lhes querer impedir levarem consigo duas índias donzelas, que com efeito tiraram, e as conduziram para onde lhes pareceu ”.

A solidão dos homens do sertão fora um atributo fatal para gerar a miscigenação. Seria ingênuo pensar que os desejos carnis, a lascívia inerente à nudez da nativa não levariam logo os moradores do Piauí transladados para a serra da Ibiapaba a se deitar com gentias e gerar uma prole mameluca.

Fora também o padre Miguel de Coutinho quem oferecera uma passagem da utilização do gado como moeda. Segundo o sacerdote no caminho aberto “Para o

Maranhão”<sup>15</sup> em 1695, surgira um trato incipiente de gêneros, um escambo em pleno alto sertão, “com princípio de comércio de redes, panos de algodão e cuias que nesta povoação [do Piauí] trocam por vacas com intenção de as levarem para as terras do Maranhão”<sup>16</sup>.

Os dois escravos de minha história inicial, como muitos cativos que vinham para o Piauí, são os responsáveis diretos pela execução dos lides com o rebanho, buscar no mato as vacas paridas, os bois relutantes em juntar-se ao bando, a ordenha das rezes leiteiras.

Possivelmente, ao contrário do escravo do engenho, esse negro possuía certa mobilidade social, que se deixe bem claro, uma mobilidade que se resume a cela do cavalo. Através dela o cativo chegava para principiar, longe dos olhos de seu senhor, amigações com nativas, negras e mestiças de outras fazendas, visto que a maior porção das fazendas são separadas por duas ou léguas, facilmente transportas no lombo do animal. Padre Miguel de Coutinho deixa a entender se esses cativos moravam na mesma casa do senhor. O eclesiástico não faz menção a senzalas ou residências em separado, o que pode nos fazer intuir que a casa grande de Gilberto Freyre não ocorrera no Piauí do final do século XVII. A casa de fazenda não tinha capela, engenho e senzala. Pela conjuntura social de seus moradores ela seria uma casa de pequena a média, onde os párias moravam nos fundos, e o senhor tinha um lugar privilegiado para ter os encontros amorosos com suas amantes.

Um quesito me chamou atenção. O fato de senhores de fazenda e militares ligados, alguns ligados por sobrenomes, isto é, possivelmente conectados por laços de parentesco possuírem mulheres. O padre Miguel de Coutinho não é preciso nesse assunto de *ter mulheres* negras ou gentias, chega a dizer que estes senhores estavam *com* negras e nativas. Mas, é quase certo que esses militares donos de fazendas tivessem tido filhos mestiços com cativas e silvícolas, pelos mesmas motivações carnavais que teriam levados os dois algozes de padre André Garro a feri-lo.

Com exceção do capitão Antonio Nunes, que não tinha amásia, Estevão Borges e Antonio Nunes tinham em sua fazenda uma mulata; o alferes Francisco Bezerra Correa morava com três mulheres Tapuias; o senhor de fazenda e capitão Alexandre Rebelo de Sepúlveda vivia com uma cabocla; Antonio Barbosa Bezerra com uma Tapuia; Miguel de Abreu Sepúlveda com quatro nativas; o alferes Silvestre da Costa Gomes de Abreu tinha a companhia de uma negra e uma nativa; Silvestre Gomes era casado com uma nativa, e com ela teve dois filhos mamelucos; Manoel da Costa residia com uma negra; Antonio Gomes

---

<sup>15</sup>Idem, p. 372.

<sup>16</sup>Idem.

Pereira com uma nativa, Melchior de Araújo Costa, com uma negra; o capitão Joseph Garcia Paz com quatro ameríndias.

Especialmente, quando cruzamos os pré-nomes, sobrenomes e os pós-nomes dos militares Alexandre Rebelo de Sepúlveda, Miguel de Abreu Sepúlveda, Silvestre da Costa Gomes de Abreu, vemos que possuem sobrenomes e pós-nomes em comum. Essa constatação leva a crer, como de fato ocorria com outros homens de armas, que os militares tinham mais condições tanto de adquirirem mulheres como escravos.

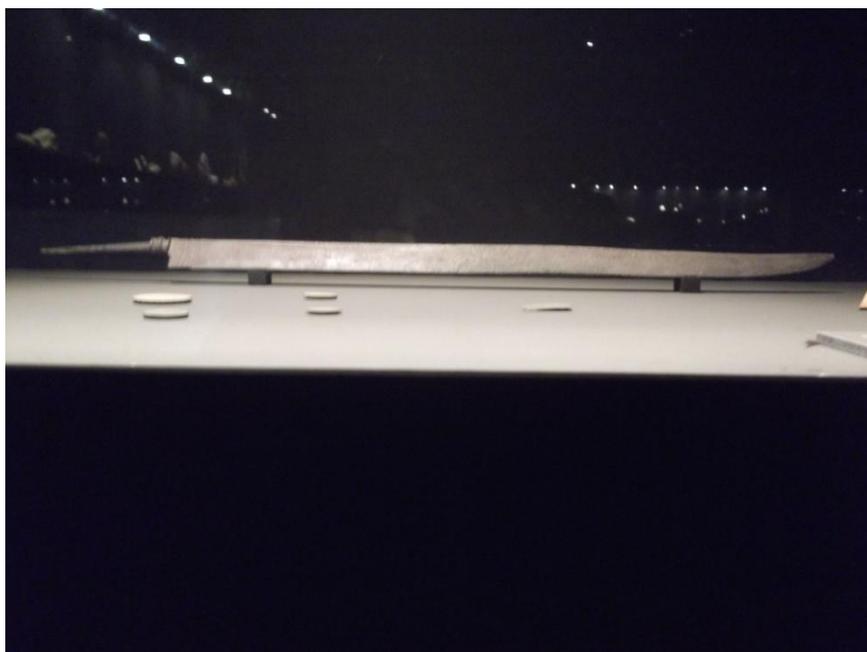


Imagem 05: SILVA, João Ricardo de Sá e Silva. *Lâmina de espada do século XVI*. Museu do Homem Americano. São Raimundo Nonato (PI). Brasil. 2010. 1 fotografia. Fonte: Acervo fotográfico Ricardo Sá.

Segundo os pesquisadores da Fundham – Fundação Museu do Homem Americano, a peça acima foi encontrada na superfície do solo. No Musée de l’Armée, em Paris, ela foi identificada como tendo sido feita na França, no século XVI. Ainda segundo os arqueólogos teria sido trocada por nativos do Piauí. Uma interdisciplinaridade entre a história, com o cruzamento de fontes no Maranhão, na Bahia, no Ceará e em Pernambuco, com estudos de arqueologia histórica poderia render conclusões não apenas para os motivos da miscigenação, mas para os primeiros contatos entre negros africanos, nativos e europeus no Piauí. Por fim, fico com uma sugestão da historiadora piauiense Claudete Maria Miranda Dias (2006):

Faltam ainda algumas pesquisas e estudos, para que se estabeleça com mais precisão as possíveis relações entre os povos pré-históricos e as populações nativas (índios) dizimadas pelos colonos brancos com a guerra da

colonização entre meados do século XVII e do XIX. O caminho para preencher essa lacuna, é a arqueologia histórica, em estágio inicial por pesquisadores da Fundham e da UFPI. *A história da colonização dessa região ainda é bastante incipiente, quanto em termos de historiografia quanto em testemunhos, mal conservados ou mesmo distribuídos enquanto ao contrário as pesquisas arqueológicas fornecem mais dados e informações do que a história que está intimamente relacionada à arqueologia*<sup>17</sup>.

Acontece que a arqueologia no Piauí, padece de um pecado, ela basicamente se interessa por homens de milhares de anos, e não dos mais jovens, com algumas centenas, “pois é importante ter-se em vista três tipos de povoamento: o pré-histórico, o nativo ou indígena e o colonial”<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup>DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *História e historiografia*. Recife: Edições Bagaço, 2006, p. 88. Grifo da autora.

<sup>18</sup>Idem, p. 90.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória sacerdotal de Francisco Pinto, Luiz Figueira, Pedro Pedrosa, Antônio Ribeiro, Jacobo Rolando, João de Barros, Miguel de Coutinho, D. Marcos Teixeira e outros tantos clérigos pelos sertões, a disposição para se manterem em condições em que muitas vezes não estavam acostumados, era sustentada por um argumento moral e religioso forte – espalhar por aquelas paragens do interior do Brasil infestadas de gentios, os tesouros de Cristo, tendo em momentos a oposição de bandeirantes e senhorios, e às vezes, sem os meios satisfatórios para fazê-lo.

As distâncias entre o êxito e o fracasso podiam estar separadas por uma linha tênue. Uma atitude errada significava a barreira entre a vida e a morte. Conhecer o território a avançar, ter cavalos e carregadores, em geral, escravos negros e Tapuias para transpor a carga, falar a língua dos gentios, avaliar as rotas, os caminhos e trilhas mais praticáveis, ter disposição física e psíquica para continuar apenas das adversidades, seriam atributos fundamentais para ter sucesso na evangelização.

Foi possível perceber que os sacerdotes eram responsáveis pela viabilização de trocas culturais nativas estranhas a muitos homens de armas, porque num certo sentido, conseguiam penetrar a intimidade cultural e a organização social dos ameríndios, ao invés de vê-los tão somente como um instrumento bélico e uma força produtiva.

No entanto, em termos, clérigos e militares coincidem na posição referente aos silvícolas. À medida que a exposição histórica avançava as várias denominações axiológicas para os povos americanos exerciam uma comunicação direta com a intencionalidade do respectivo agente colonial, clérigo ou não, ao se reportar sobre determinado grupo de nativos, ou dos gentios de uma região de maneira amplificada. *Tapuias, gentios de corso, bárbaros, gentio bárbaro comedor de carne humana, gentio indômito, nações*, são conceitos históricos que contribuem para a implosão da ordem generalista do conceito de *índios*, ainda tão difundido na historiografia brasileira e estrangeira. Cada uma dessas terminologias exprimia um juízo de valor preciso, e a justificativa para uma prática, agressiva ou não, do projeto colonial branco, recorria ao emprego dessa axiologia acerca dos povos autóctones.

Os documentos oficiais, a crônica de Sebastião da Rocha Pita e as investigações dos pesquisadores consultados, apontam para a existência de canibalismo, sodomia, poligamia, incesto, escravidão, inerência e predisposição para a guerra. Comportamentos que os clérigos tentavam normatizar pela aplicação dos dogmas da Igreja Católica. Estudos específicos

permitiriam revelar *topos* culturais e sociais pouco conhecidos do grande público leitor, a respeito das vivências silvícolas, para além dos estereótipos admitidos.

Os clérigos também tiveram seu papel político, administrativo e de dar testemunho das suas experiências de vida, fator fundamental para compreensão desse passado.

A entrada de Domingos Jorge Velho na guerra dos Palmares fora fundamental para a queda da organização da resistência negra, até porque outras expedições já haviam fracassado. A incorporação de gentios, principalmente, Aroazes e Cupinharões do Piauí, Tabajaras do alto sertão, e Jandoins do Rio Grande do Norte, opuseram aos negros rebeldes, talvez, um tipo de tropa em grandes proporções, contra a qual, eles ainda não tinham combatido.

Os desdobramentos da sustentação financeira e logística do conflito é um exemplo do *sentido interno da colonização*, no que diz respeito à manutenção dos confrontos pelos moradores residentes próximos ao quilombo. Está claro que a Coroa portuguesa, em determinadas ações, desde as primeiras viagens a Índia, dependia demasiado das iniciativas particulares, locais, e do poder econômico de seus vassalos.

A viagem de Domingos Jorge Velho aos Palmares evidenciou também a dureza da travessia pelo sertão, mesmo para os seus esquadrões, habituados com as mais insuportáveis condições de vida no interior do Brasil.

Os versáteis e diversos ataques movidos pelos quilombolas causaram uma espécie de êxodo interiorano. Havia uma preocupação em patentear, em dar publicidade aos ataques ao redor rede de resistência palmarista, para ganhar a simpatia dos irmãos no cativeiro, chegando às vezes, a ocorrer dos quilombolas levarem escravos à força. Apesar de não consistir em preocupação empírica deste trabalho, a reflexão acerca das atuações estratégicas dos quilombolas, ajudaram um pouco na compreensão do mundo das escravidões e das dinâmicas de um sistema escravagista, que gira em torno do eixo básico da violência.

No Brasil, o sistema escravocrata era dotado de meios de coerção para imposição do trabalho a contento em engenhos, lavouras e roças, como os feitores; de limites para incômodos entre senhores e cativos; e de artifícios e recursos humanos que os donos de escravos empregavam para caçar, evitar fugas, rapinas, assassinatos e demais ações de resistência. Um dos sujeitos a quem era incumbida a recaptura do escravo era o capitão do mato.

A união dos ameríndios mais belicosos em arraias paulistas tornava-se mais provável do que nos redutos de fé, uma vez que o nativo já estava habituado desde tempos imemoriais a lutar. Fora um guerreiro nato. Aparentemente, a situação cultural e social na guerra era mais fácil de ser vivenciada que a tranquilidade de uma missão ou aldeamento. Entre os

bandeirantes, o nativo deveria manifestar o que já estava ambientado a fazer, exercer a violência, assim que a natureza, o inimigo, ou a ameaça de outro grupo silvícola em combate, ou para tomar áreas de caça, pesca e coleta, estivesse iminente.

Embora houvesse um choque de interesses pela posse do gentio, do seu braço armado e da sua custódia, houvera também na oposição entre Domingos Jorge Velho e os jesuítas, outra contradição: o confronto de dois *projetos coloniais*. O do bandeirante ameríndio, segundo ele mesmo, intentava fazer do gentio um bandeirante vermelho, e depois inseri-lo na fé católica. Os jesuítas queriam evangelizá-los e utilizá-los nos diversos trabalhos diários. Bem medido e bem pesado, ambos eram iniciativas escusas e similares no seu verdadeiro propósito – extrair a belicosidade do ameríndio e/ou sua força de trabalho. O bandeirante queria criar um soldado escravo e o jesuíta um soldado de Cristo.

Seria interessante perscrutar nos discursos históricos acerca do conflito entre os regulares da Companhia de Jesus e Domingos Jorge Velho, com a operacionalização de métodos específicos de análise documental, em que medida, e qual o teor, implícito ou explícito, desses *projetos coloniais*, e, especialmente, qual a viabilidade dessas concepções para além das disputas no interior dos documentos oficiais.

No embate entre o governador de Pernambuco e o bandeirante paulista foi irrelevante investigar exatamente se Caetano de Melo Castro estaria mancomunado com os padres da Companhia, contra Jorge Velho. Fato é que o político golpeou os brios de soldado. Independente de estar ou não confabulando com os jesuítas, (até porque as comunicações entre clérigos e políticos figurava evento corriqueiro), Melo e Castro conseguiu ferir o orgulho do desbravador com a soltura de negros feitos prisioneiros, incidente que foi seguido de outras disputas e desconfiças, por exemplo, a discordância no número de prisioneiros de guerra, além das repetidas reivindicações dos bandeirantes perante o rei para cumprimento do contato de 1687, assumido em nome da Coroa pelo governador de Pernambuco, na época, João da Cunha Souto Maior.

A aparência das contendas locais entre os freis Bernardo de Porciúncula e Nicolau de São José, e Antônio Guedes de Brito, Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Sertão eram litígios que passavam pelo prisma antagônico de Casa da Torre versus Igreja Católica, de modo que, a partir do momento que nos prendemos excessivamente ao aspecto local, temos a ver o complexo histórico de maneira simplificada.

A atuação dos três poderosos senhorios dava uma noção da fragilidade da Coroa portuguesa em barganhar com as *redes* de poder local. Se estes potentados não formavam uma

*rede*, pois é preciso estudos mais aprofundados para afirmar isso, eles estavam funcionando como tal.

É possível aventar que com as ações violentas movidas nos sertões os prepostos da Casa dos Ávila estavam tentando tomar cada vez mais terras, inclusive indo contra a construção de igrejas e demais redutores missionários. No cerne desta questão, podia estar presente o receio de Antônio Guedes de Brito, Leonor Pereira Marinho e Domingos Afonso Sertão, concernente ao surgimento nos sertões de forças políticas e militarizadas, em torno de senhorios menores, colonizadores, colonos e fazendeiros, ameaçando o poderio da Casa de Tatuapara.

As informações do padre Miguel de Coutinho para traçar possibilidades de estudo a respeito das motivações para o elevado grau de miscigenação no Piauí setecentista, foram possíveis em virtude da divisão dos sexos da população colonial do seiscentos. O mapeamento da miscibilidade de finais do século XVII, e que fatalmente elevou o nível de miscigenação no século posterior, deve levar em conta três atributos comparativos: a quase ausência da mulher branca, a pouca mão de obra negra nas fazendas, quando comparada aos grandes polos escravagistas da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e o enorme número de nações nativas. É possível que a mobilidade do vaqueiro escravo tivesse gerado um número considerável de cafuzos, filhos de nativas com negros. Além disso, a violência dos ameríndios do Piauí poderia ter inibido casos de roubo de mulheres gentias, como o incidente de Ribeira do Jaguaribe, no Ceará, e conseqüentemente, diminuído a tendência de aumento de mamelucos. Contudo, repousam sobre este assunto questões históricas muito mais complexas passíveis de estudo.

Uma proposta para precisar as motivações para o alto nível de miscigenação no Piauí do século XVIII, deve ser feita com um cruzamento excessivo de dados em fontes variadas, na Bahia, Pernambuco e Maranhão, as três principais ligações do Piauí em finais do seiscentos, principalmente, nos documentos relativos a migrações nesse período. Deve-se avaliar com cuidado o ambiente da miscigenação, as ligações desta com os patamares de aculturação e a organização familiar na casa de fazenda. No Piauí, a interdisciplinaridade entre a historiografia colonial e a arqueologia histórica é uma proposição profícua, mas ambiciosa.

Desde uma manhã de ignorância a uma noite de erudição, ao historiador deve ser cara a desconfiança, mas, em igual teor, a sensatez. É necessário *ficar nu* e ser capaz de pintar-se como o gentio, de vestir a roupa de um rei, de um clérigo, de um fazendeiro, de um conselheiro ultramarino, de um colono, de um senhorio, de um político, de um bandeirante, de

um escravo, das mulheres de todas as cores que geraram o homem brasileiro, do leigo ou do homem letrado, e tentar com aquilo que eles nos dizem, adentrar-lhes o coração, os gestos, os sentidos, as ações e os pensamentos no seu complexo mais obtuso, naquelas questões que se descortinam na tessitura de uma amálgama de incompreensões.

Estendo-me nas sábias palavras do poeta e historiador Alberto da Costa e Silva, que aqui as tomo na posição que me convém, mas no mesmo sentido humano:

Nós temos de imaginar como eles eram, porque parte do que eles eram continua em nós naquilo que nós somos. De maneira que é uma história que está entranhada em nós, que corre em nosso sangue, que corre em nossas veias, e em última análise, o nosso objetivo ao fazer história, é este, é descobrir o homem que se foi e que ainda fala ao nosso ouvido<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>SILVA, Alberto da Costa e. Exposição história da África: além da escrita e dos documentos oficiais. In: *Brasil-África: histórias cruzadas*. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=sZ\\_XvPiaPFI](http://www.youtube.com/watch?v=sZ_XvPiaPFI). Último acesso em: 09 set. 2013, 11: 18.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1938.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português*. Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de doutorado).

ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. 1. vol. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. (Dissertação de Doutorado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.).

AMORIM, Adelina Maria. *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade do seiscentos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; Universidade Católica Portuguesa, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX* (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.

\_\_\_\_\_. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

\_\_\_\_\_. Rapto de mulheres: estratégia na formação de núcleos familiares, capitania do Piauí, século XVIII. In: *Clio: Revista de pesquisa em história*. Universidade Federal de Pernambuco, nº 29.2, 2011.

CALMON, Pedro. *História social do Brasil: espírito da sociedade colonial*. 1. vol. 2. ed. São Paulo Martins Fontes, 2002.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *A geopolítica lusitana do século XVIII no Piauí colonial*. Imperatriz: Ética, 2007.

\_\_\_\_\_. *Resistência indígena no Piauí colonial: 1718 – 1774*. Imperatriz: Ética, 2008.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlote de. Salvar-se, salvando os outros: o Pe. Vieira, missionário no Maranhão 1652-1661. *Oceanos*. Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, n. 30/31, 1997.

CHAVES, Monsenhor. *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1994.

COSTA, João Paulo A. Oliveira e. *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1998. (Dissertação de doutoramento).

COSTA, João Paulo Peixoto. *Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1808-1820)*. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012. (Dissertação de mestrado).

COSTA FILHO, Alcebíades. *A gestação de Crispim: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. (Tese de doutoramento).

COUTINHO, Valdemar. *A missionação clandestina no Japão no século XVII*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997. (Dissertação de mestrado).

CUNHA, Maria Manuela da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *História e historiografia*. Recife: Edições Bagaço, 2006.

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. vol. 1. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: RS: L&PM, 2011.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os descobrimentos e a economia mundial*, Presença, 1981-1983 (4 vols.).

GOMES, Flávio (Org.) *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7letras, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *A época colonial: administração, economia, sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LEVI, Giovanni. *Os perigos do Geertzismo*. Campinas, SP, nº 6, pp. 137-147, 1999.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUIZ, Antônio Filardi. *Dicionário de expressões latinas*. 2. ed. São Paulo: Atlas S. A. 2009.

MACHADO, Paulo. *As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica paraibano-piauiense*. Teresina: Corisco, 2002.

MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. (Tese de doutoramento).

MARTINS, Maria Odete Soares. *A Missionaçãõ nas Molucas no século XVI — Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1994. (Dissertação de mestrado).

MCBRIEN, Richard. *Os papas. Os pontífices: de São Pedro a João Paulo II*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MELATTI, Júlio Cesar. *Índios do Brasil*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MIRANDA, Reginaldo. *Aldeamentos dos Acoroás*. Teresina: COMEPI, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Armas e armadilhas*, IN: NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1966.

\_\_\_\_\_. *Devassamento e conquista do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1983.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Universidade Federal do Pernambuco: Recife, 2007. (Tese de doutoramento).

PAIVA, Eduardo França. (Org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. PAIVA, José Pedro. *Padre António Vieira: bibliografia*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1730].

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUEIROZ, *Dicionário latim-português*. 12. ed. São Paulo: LEP, 1960.

RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RATZINGER, Joseph. Catequeses do Santo Padre. Atividades do Santo. Padre. In: *Sumos Pontífices: Bento XVI*. Vaticano: Roma, fev. 2013. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/audiences/2013/documents/hf\\_benxvi\\_aud\\_20130227\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2013/documents/hf_benxvi_aud_20130227_po.html). Último acesso em: 31 mar. 2013, 14: 31: 30.

REGO, José Expedito. *Vaqueiro e Visconde*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. Exposição história da África: além da escrita e dos documentos oficiais. In: *Brasil-África: histórias cruzadas*. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=sZ\\_XvPiaPFI](http://www.youtube.com/watch?v=sZ_XvPiaPFI). Último acesso em: 09 set. 2013, 11: 18.

TAURAN, Jean-Louis Pierre. Eleição 13 de março de 2013. Franciscus. In: *Sumos Pontífices: Francesco*. Vaticano: Roma, mar. 2013. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/francesco/elezione/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/francesco/elezione/index_po.htm). Último acesso em: 31 mar. 2013, 16: 32: 17.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, INL, 1977 [1864].

YBOT LEON, António. *Los franciscanos: pioneiros de la fé en el Brasil*. Lisboa, [s. n.], 1960.

## FONTES

Carta do desembargador Cristóvão Soares Reimão ao rei [D. João V], sobre a vexação por que passam alguns índios da capitania do Ceará pelo fato de certos moradores terem furtado suas mulheres e não as quererem devolver. 13/ 02/ 1708. AHU-CE, cx. 1, doc. 55.

Carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão, João da Maia da Gama ao rei D. João V, sobre a chegada e habilitações do novo ouvidor geral do Piauí, Antônio Marques Cardoso. 31/ 08/ 1724. AHU-PI, cx. 1, doc. 26. Anexo: 2 docs.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, acerca da guerra com os índios e a paz com a nação Guegué; elogio do desempenho do capitão-mor Antônio Gomes Leite nesta guerra e propõe para este o hábito da Ordem de Cristo. 24/ 07/ 1747. AHU-PI, cx. 4, doc. 235.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento dos povoadores e descobridores do sertão do Piauí, solicitando a posse das terras que cada um tivesse descoberto e fosse descobrindo, pagando apenas o foro à Fazenda Real. 20/ 01/ 1701. AHU-PI, cx. 1, doc. 4. Anexo: 4 docs.